

A city skyline is visible in the background, overlaid with a network of white lines and nodes. A large teal diagonal band runs across the top left. The title 'CENÁRIOS' is written in large white capital letters on a dark blue background.

CENÁRIOS

BRASIL
2022



SAGRES
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS







CENÁRIOS

BRASIL
2022



SAGRES
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS





EXPEDIENTE



SAGRES
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS

REALIZAÇÃO

SAGRES - Política e Gestão Estratégica Aplicadas

Presidente

Verônica Korilio

Vice-Presidente Executivo

Raul Sturari

APOIO E PATROCÍNIO (para publicação)

Abrig – Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais

Presidente

Guilherme Cunha Costa

1º Vice-Presidente

Jack Correa



Abrig
Associação Brasileira de
Relações Institucionais

Apoio

ISAPE – Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia

Presidente

João Henrique Salles Jung

Vice-Presidente

Gabriela de Mendonça Lima Penna



ABRAEE – Academia Brasileira de Estudos Estratégicos

Presidente

Sergio Ernesto Alves Conforto

Diretor Executivo

Reinaldo Danelon Junior





SAGRES**Política e Gestão Estratégica Aplicadas****EQUIPE EXECUTIVA****COORDENADOR**

Raul Sturari

COORDENADORA ADJUNTA

Verônica Korlilio

COORDENADORES SETORIAIS

Mário Andreuzza

Túlio Marques Jr.

PROCESSAMENTO DOS DADOS DA CONSULTA ÁGURES

Luís Henrique S. Lopes

Marilene Antunes Lopes

ESTUDO E REDAÇÃO DAS INCERTEZAS CRÍTICAS

Bernhard Javier Lago Smid

Betina Thomaz Sauter

Bruna Toso de Alcântara

Bruno Magno

Carlos Henrique Fernandes e Silva

Eduardo Solano Spim

Felipe Guimarães Oliveira

Gustavo Henrique Feddersen

Jacintho Mendes Lopes Júnior

João Henrique Salles Jung

Laís Helena Andreis Trizotto

Lucas Kerr de Oliveira

Luciano Inácio de Souza

Luís Henrique S. Lopes

Marilene Antunes Lopes

Raul Cavedon Nunes

Robinson Romeu Aversa

Valeska Ferrazza Monteiro

Viviane Amaral Gurgel

ANÁLISE E REDAÇÃO FINAL

Raul Sturari

Verônica Korlilio

Túlio Marques Jr.

Marilene Antunes Lopes

Luís Henrique S. Lopes

DIAGRAMADOR

Thiago Álvares

IMAGENS

Todas as imagens disponíveis na internet.

Cenários Brasil 2022/Coordenadores:
Raul Sturari, Verônica Korlilio,
Mário Andreuzza e Túlio Marques
Jr. – Brasília : SAGRES, 2018.

128 p. : gráfs., mapas, tabs.
ISBN 978-85-53117-01-7

1. Prospectiva. 2. Política e
Estratégia. 3. Cenários futuros. 4.
Brasil. I. Sturari, Raul. II. Korlilio,
Verônica. III. Andreuzza, Mário.
IV. Marques Jr., Túlio. V. SAGRES
– Política e Gestão Estratégica
Aplicadas.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e
inteira responsabilidade dos coordenadores, não exprimindo,
necessariamente, o ponto de vista das organizações
parceiras.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele
contidos, desde que citada a fonte.

©SAGRES. Todos os direitos reservados.

APRESENTAÇÃO

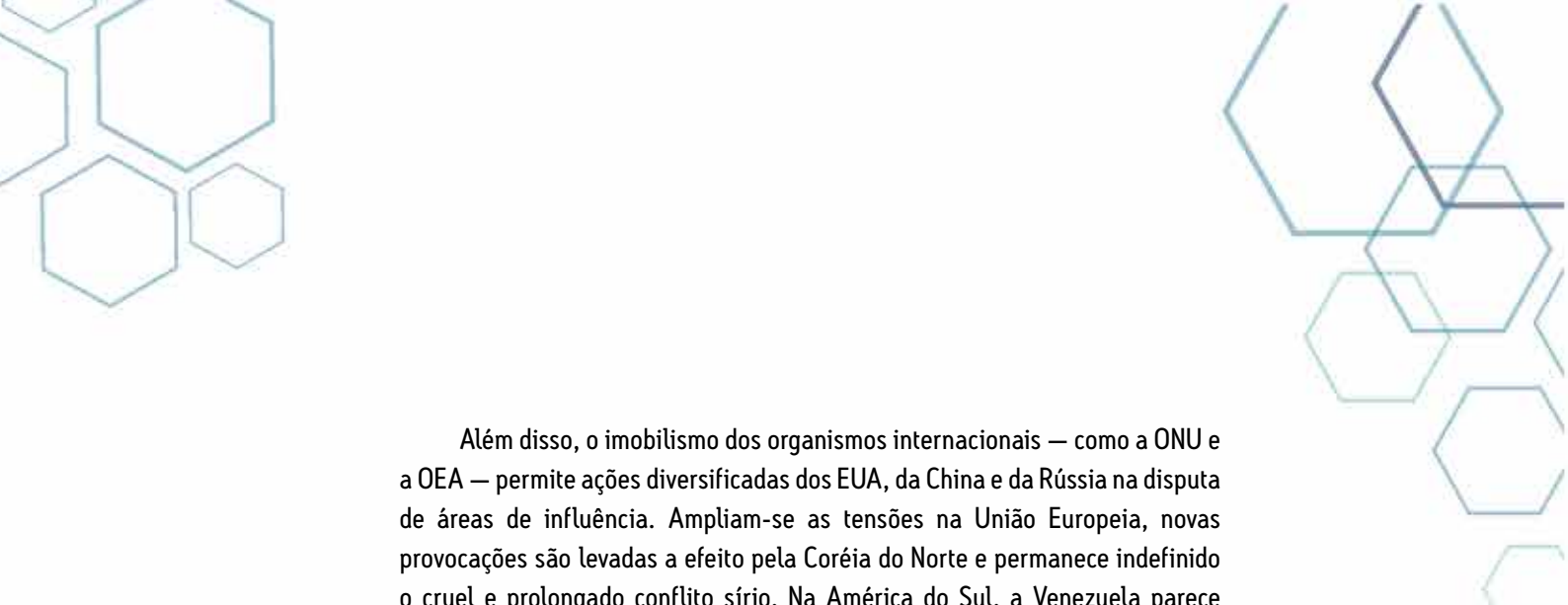
Não é exagero afirmar que o Brasil vive uma crise histórica de proporções e contornos inéditos, com reflexos em todos os setores e extratos da sociedade. A deterioração da estrutura econômica é evidenciada nos altos índices de desemprego, na elevada carga tributária, na asfixiante burocracia e nos exorbitantes custos de produção — com destaque para a energia e a logística — que sufocam a produção nacional.

As fragilidades da gestão governamental e o desequilíbrio das contas públicas reduzem ainda mais a qualidade dos precários serviços ofertados à população, particularmente nas áreas da saúde, da educação, da segurança pública e da mobilidade urbana.

Nos últimos dois anos, uma série de acontecimentos políticos, jurídicos e policiais vêm colocando o País em constante ebulição. Se antes havia um paralisante embate entre o Legislativo e o Executivo, assiste-se agora a marcantes contenciosos entre estes e o Judiciário, envolvendo também o Ministério Público. Princípios e valores tão caros às pessoas de bem, que compõem a maioria da sociedade brasileira, estão sendo repetidamente relegados a segundo plano por autoridades e ícones políticos. O maior temor é de que a harmonia entre os poderes da República — necessária e fundamental para o Estado democrático de direito — seja ameaçada.

Os poucos sinais de recuperação da economia são tímidos e podem se revelar insustentáveis, tendo em vista as precárias relações entre o Executivo e o Legislativo federal. As urgentes e necessárias reformas, com destaque para a Previdência Social, foram levianamente deixadas para o próximo período de gestão.

Também no ambiente internacional, a conjuntura é pontilhada por momentos de salientes turbulências que, direta ou indiretamente, impactam a formulação e a condução de Políticas Públicas. O protecionismo e a truculência diplomática do Governo Trump, dos Estados Unidos da América (EUA), têm elevado o preço internacional do petróleo e valorizado o dólar norte-americano. Esses e outros fatores, somados à fragilidade da economia nacional, trazem como consequência um câmbio progressivamente desfavorável ao cidadão consumidor brasileiro.



Além disso, o imobilismo dos organismos internacionais — como a ONU e a OEA — permite ações diversificadas dos EUA, da China e da Rússia na disputa de áreas de influência. Ampliam-se as tensões na União Europeia, novas provocações são levadas a efeito pela Coréia do Norte e permanece indefinido o cruel e prolongado conflito sírio. Na América do Sul, a Venezuela parece caminhar para o caos, colocando em dúvida as atuais posições de isolamento por parte das potências extrarregionais e desafiando os demais estados da América Latina a adotarem atitudes diplomático-militares mais consistentes.

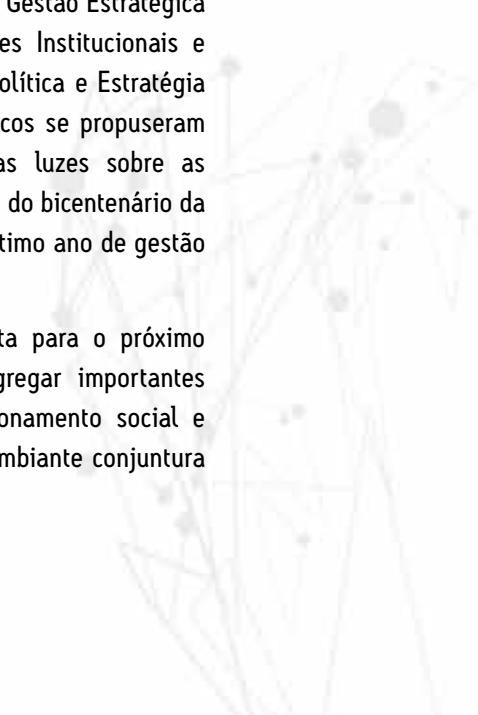
A conjuntura se apresenta ainda mais incerta do que sempre foi.

Em meio a esse nebuloso quadro, um exercício reflexivo de elaboração de Cenários Prospectivos parece extremamente difícil, senão impossível. Mas é também, paradoxalmente, muito necessário a todos os que pretendem exercer, em toda a plenitude, seu papel de cidadão.

Importante destacar que estudos prospectivos para estados e territórios normalmente têm horizontes temporais mais afastados, abrangendo, por exemplo, duas décadas. Contudo, as invulgares incertezas que se apresentam para o curto e médio prazos terminaram por se impor, recomendando, neste caso, um horizonte de somente cinco anos.

Esse é o desafio que o Instituto SAGRES – Política e Gestão Estratégica Aplicadas, a ABRIG – Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais, o ISAPE – Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia e a ABRAEE – Academia Brasileira de Estudos Estratégicos se propuseram a enfrentar, oferecendo à sociedade brasileira algumas luzes sobre as alternativas de futuro que poderão se configurar, até o ano do bicentenário da Independência do Brasil (2022), o qual coincide com o último ano de gestão do próximo governo, a ser eleito em outubro de 2018.

Em meio ao enevoadado panorama que se apresenta para o próximo quinquênio, um mergulho nesta publicação permite agregar importantes subsídios para a tomada de decisões e para o posicionamento social e profissional de pessoas físicas e jurídicas, em face da cambiante conjuntura nacional.





AGRADECIMENTOS

Esse estudo não seria possível sem a parceria entre o SAGRES, a ABRIG, o ISAPE e a ABRAEE, por intermédio de alguns de seus integrantes que, voluntariamente, aderiram ao vultoso desafio e se dispuseram a alinhar suas expertises e conhecimentos à base metodológica oferecida pela FIGE – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica. Foram meses de trabalho, por vezes em detrimento de atividades sociofamiliares e profissionais. Mas estamos certos de que todo o empenho resultará em orgulho, na medida em que a presente publicação seja acolhida em amplos setores da sociedade brasileira.

Agradecemos também às 447 (quatrocentos e quarenta e sete) pessoas que iniciaram e, particularmente, às 132 (cento e trinta e duas) que completaram a Consulta Águres, oferecida pela internet. O questionário abordava complexos assuntos da conjuntura nacional e demandava pelo menos 45 minutos de análises e respostas. O processamento das percepções coletadas foi fundamental para completar as análises da equipe de cenaristas e indicar as mais adequadas combinações que permitiram esquematizar e descrever os Cenários Prospectivos.

S U M Á R I O

1. METODOLOGIA	13
2. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	21
3. CONSULTA ÁGURES.....	25
3.1 Perfil dos Respondentes	27
3.2 Importância e Conhecimento	34
3.3 Análise das Percepções Médias Gerais	39
4. CENÁRIO REFERÊNCIA.....	69
5. CENÁRIO OTIMISTA.....	79
6. CENÁRIO FORA DA CONCHA	93
7. REFERÊNCIAS.....	125



REALIZAÇÃO



SAGRES
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS





1

METODOLOGIA

Aqueles que elaboram Cenários Prospectivos não têm a pretensão de prever ou prever o futuro — até porque isso é impossível.

Cenários futuros constituem o principal produto da Prospectiva Estratégica, que pode ser conceituada como disciplina que reúne um conjunto sistemático de técnicas e métodos de estudos de futuro para o longo prazo, principalmente relacionados à ciência, à tecnologia, à economia e à sociedade, com vistas a subsidiar o planejamento e a gestão estratégica de empresas, setores produtivos e territórios. Caracteriza-se por uma visão global, sistêmica, dinâmica e aberta na identificação das hipóteses alternativas de futuro, como consequência dos possíveis comportamentos dos atores envolvidos (*Sturari e Korilio, 2017*).



Inúmeros estudos retrospectivos indicam que as quebras de tendência são muito mais comuns que sua manutenção. Apesar disso, é normal que a maioria dos grupos que se dedicam a investigar o futuro visualizem os cenários mais prováveis como uma simples projeção do presente, o que é um erro a ser evitado. Os melhores estudos, portanto, têm por finalidade alargar os mapas mentais dos dirigentes e subsidiar decisões estratégicas imediatas, com reflexos que se irradiam pelo longo prazo.

Os Cenários Prospectivos aqui apresentados foram elaborados com base na Metodologia FIGE – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica, conforme Sturari e Korilio (2017). O cerne da metodologia está baseado na ferramenta interativa PDCA, largamente utilizada no controle e melhoria contínua de processos e produtos. PDCA vem do inglês *Plan – Do – Check – Act*, ou seja, Planejar – Executar – Verificar – Agir. Desse modo, o ciclo completo da FIGE está consubstanciado nas etapas:

- **Intenção Estratégica**
 - **Avaliação Diagnóstica e Análise Prospectiva**
 - **Plano Estratégico**
 - **Planos Táticos**
 - **Planos Operacionais**
 - **Execução**
 - **Monitoramento e Avaliação**
 - **Ações Corretivas**
- 

METODOLOGIA **FIGE**

Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica

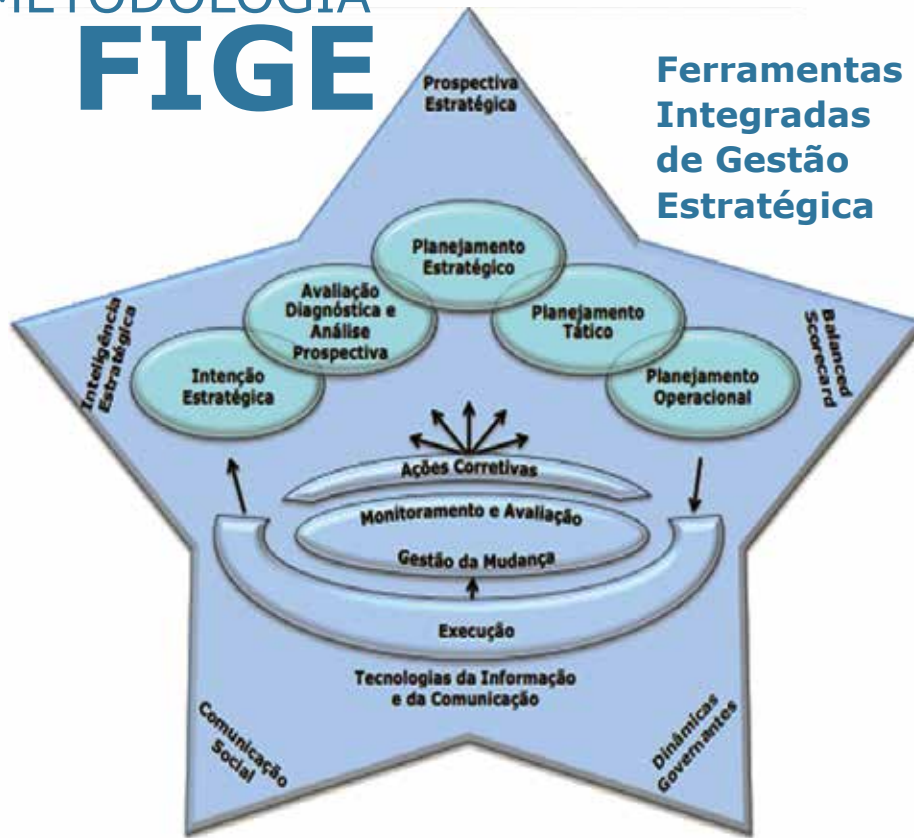


Figura 1: Metodologia FIGE – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica.

Esse completo ciclo de planejamento e gestão é apoiado por disciplinas que, na atualidade, oferecem as melhores ferramentas e práticas para a condução de organizações, públicas e privadas:

- **Inteligência Estratégica**
- **Prospectiva Estratégica**
- **Balanced Scorecard**
- **Dinâmicas Governantes**
- **Comunicação Social**

A Prospectiva agrega a todo o processo ambiguidades e incertezas sobre o futuro que, de outro modo, seriam desconsideradas. Mas principalmente integra o PDCA, ao lado da Avaliação Diagnóstica, com a Análise Prospectiva, cujos mais importantes produtos são os Cenários Prospectivos — fundamentais como subsídio para a elaboração do Plano Estratégico.

Para tanto, o Método Sagres de elaboração de Cenários Prospectivos foi concebido como fruto da prática em diversos projetos de consultoria, tendo como base adaptações da Análise Morfológica, criada por ZWICKY (1967), empregada também por GODET (2000) e aperfeiçoada por RITCHEY (2013).

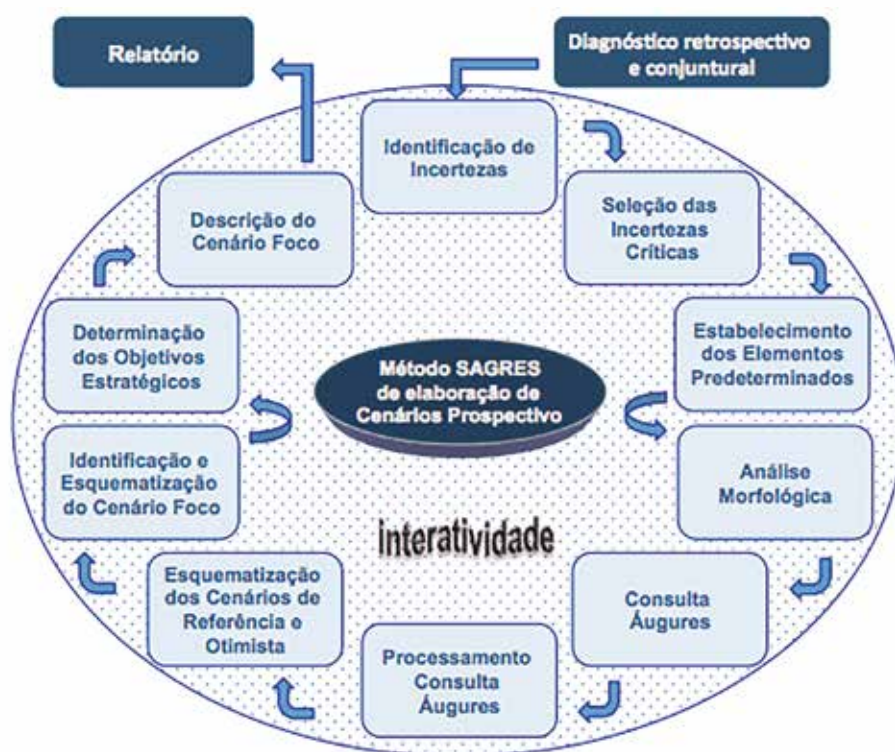


Figura 2: Método SAGRES de elaboração de Cenários Prospectivos.

O diagnóstico retrospectivo e conjuntural foi realizado no âmbito de duas equipes setoriais, as quais contavam com integrantes das quatro instituições parceiras. Ao longo desse trabalho, foram identificadas



cerca de 70 (setenta) incertezas que poderiam compor os Cenários Prospectivos.

No final, um trabalho de seleção envolvendo todos os participantes permitiu identificar 19 (dezenove) Incertezas Críticas que deveriam ser submetidas à Análise Morfológica e comporem os Cenários Prospectivos para o Brasil, tendo como horizonte temporal o ano de 2022.

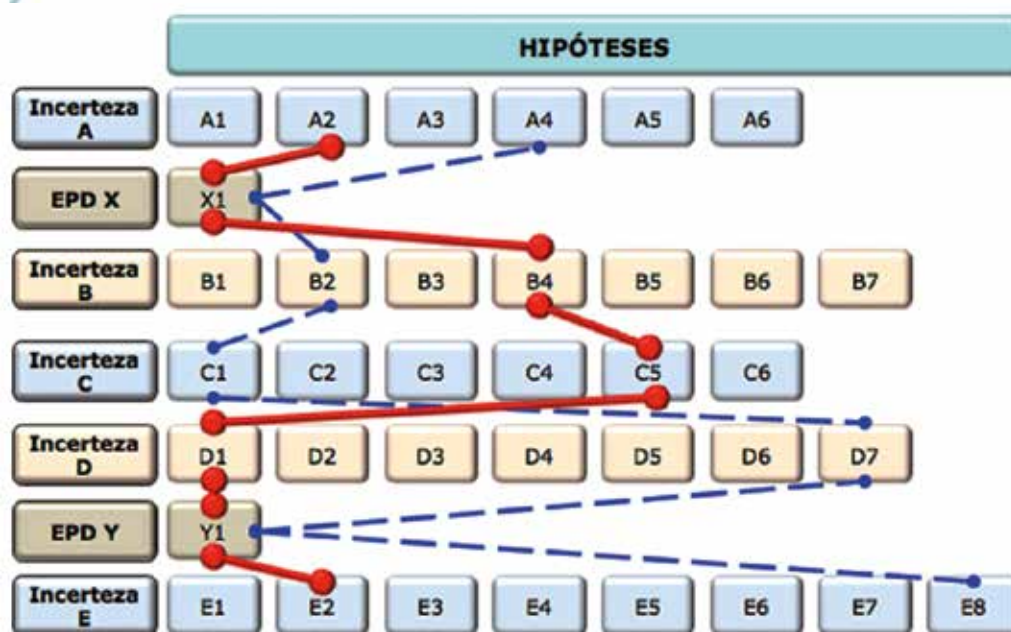
Os analistas passaram então a realizar a Análise Morfológica de cada Incerteza Crítica, buscando identificar as hipóteses possíveis para cada uma delas. Vale dizer que cada Incerteza Crítica foi examinada como se constituísse um universo à parte, onde das hipóteses representariam minicenários.

Essa etapa exigiu aprofundados estudos e avaliações, cujos resultados contaram com o apoio e a supervisão dos coordenadores, em todos os níveis. Ao final, as Incertezas Críticas e respectivas hipóteses serviram de base para a Consulta Águres — adaptação do Método Delphi concebida no âmbito da Metodologia FIGE.

Realizada por intermédio da Plataforma *Survey Monkey*¹, a Consulta foi bem-sucedida e coletou percepções completas de 132 (cento e trinta e dois) respondentes de todo o Brasil. Além dos cenários, como descrito a seguir, a Consulta Águres permite também análises segmentadas de diferentes grupos de respondentes, segundo diversos aspectos: sexo, faixa etária, região de moradia, escolaridade e atividade profissional. Os gráficos correspondentes aos grupos citados podem ser consultados no anexo eletrônico a esta publicação, disponível no site do Sagres (<http://sagres.org.br/trabalhos-disponiveis/>).

Segundo uma visão geral dos respondentes que terminaram a Consulta, a combinação de uma das hipóteses de cada Incerteza Crítica permite visualizar o caminho crítico ou a “espinha dorsal” de cada um dos cenários.

¹ Para mais informações: <https://pt.surveymonkey.com>. Consulta realizada em maio de 2018.



LEGENDA:

- **EPD = elemento predeterminado.**
- **Cenário vermelho: A2, X1, B4, C5, D1, Y1 e E2.**
- **Cenário azul: A4, X1, B2, C1, D7, Y1 e E8.**

No exemplo exposto (figura 3), depreende-se que há 14.112 (quatorze mil e cento e doze) combinações possíveis. Todavia, uma análise mais aprofundada permite afirmar que a sequência em que as hipóteses são descritas faz com que o cenário mude. Vale dizer que o cenário vermelho "A2, X1, B4, C5, D1, Y1, E2" é diferente do cenário "X1, B4, C5, D1, Y1, E2, A2" e do cenário "B4, C5, D1, Y1, E2, A2, X1" e assim sucessivamente. Desse modo, na verdade, o número de cenários possíveis de serem visualizados é de 14.112 vezes 7! (sete fatorial), o que resulta em 71.124.480 (setenta e um milhões, cento e vinte e quatro mil e quatrocentos e oitenta) cenários. Isso



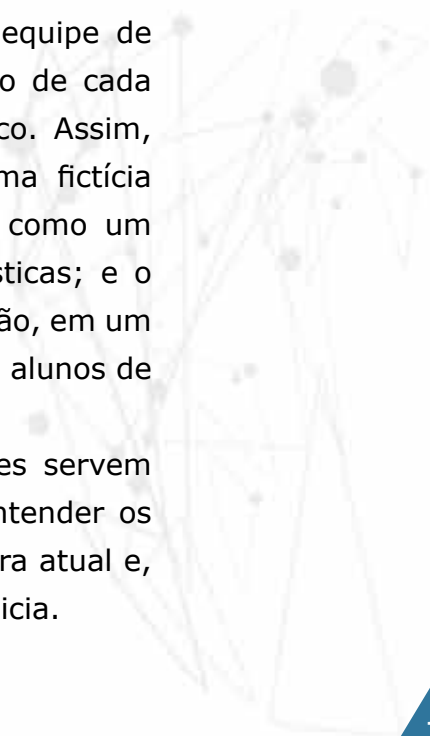
somente para cinco Incertezas Críticas e dois elementos predeterminados. Vale lembrar que o estudo em tela, Cenários Brasil 2022, tem 19 Incertezas Críticas, o que aumenta exponencialmente esses números.

Evidentemente, grande parte desses cenários não são exequíveis, porque combinam hipóteses confrontantes entre si. Daí a importância da Consulta Águres e das aprofundadas análises decorrentes. Por isso, as mais importantes correntes de prospectiva terminam por descrever no máximo quatro Cenários Prospectivos, sob pena de “poluir o panorama” e prejudicar a apresentação de pragmáticos subsídios à tomada de decisão.

No presente trabalho, o processamento das percepções coletadas na Consulta Águres permitiu a esquematização e descrição de dois Cenários Prospectivos: o Cenário Referência (mais provável) e o Cenário Otimista. Todavia, a equipe de cenaristas optou por descrever, também, um Cenário “Fora da Concha”, ou seja, de baixa probabilidade, segundo a média dos respondentes, porém de grande impacto. E, logicamente, exequível.

Seguindo uma prática comum a outras correntes metodológicas e adotada pelo SAGRES, a equipe de cenaristas optou por apresentar a descrição de cada um dos cenários de modo diferente e lúdico. Assim, o Cenário Referência foi narrado como uma fictícia entrevista em mídia impressa; o Otimista como um informativo, com diversas matérias jornalísticas; e o “Fora da Concha” como um fórum de discussão, em um ambiente virtual de ensino a distância, entre alunos de um curso de pós-graduação.

Os cenários e suas intrincadas nuances servem de subsídios para todos os que desejam entender os complexos fatores que envolvem a conjuntura atual e, especialmente, o incerto lustro que ora se inicia.







2

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO

O diagnóstico retrospectivo e conjuntural que serviu de base para a elaboração dos Cenários Prospectivos foi conduzido por dois grupos setoriais.

O primeiro, coordenado por Mário Andreuzza, encarregou-se das dimensões relativas às Relações Internacionais e à Segurança e Defesa, ou seja, mais voltado para o ambiente externo. Por sua vez, o grupo coordenado por Túlio Marques Jr. assumiu os estudos dirigidos ao ambiente interno, com ênfase nas dimensões Política, Econômica e Social. As demais dimensões da estratégia, como Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como Meio Ambiente, foram abordadas de modo transversal, especialmente devido ao horizonte temporal de médio prazo.

Ao longo dos estudos, análises e avaliações, foram identificadas inúmeras variáveis, posteriormente consolidadas em cerca de 70 (setenta) incertezas que poderiam compor os Cenários Prospectivos. No final, um trabalho de seleção envolvendo todos os participantes permitiu identificar 19 (dezenove) Incertezas Críticas (Quadro 1) que deveriam ser submetidas à Análise Morfológica e comporem os Cenários Prospectivos, para o Brasil, tendo como horizonte temporal o ano de 2022.

Ao longo do processo de diagnóstico não foi elencado nenhum elemento predeterminado cuja relevância indicasse sua inclusão nos cenários. Isso se justifica pelas inúmeras e complexas incertezas que caracterizam a conjuntura atual e o futuro de curto e médio prazos.

INCERTEZAS CRÍTICAS

**Incetezas Críticas
para o Brasil, até
2022.**

- 1 **Papel da ONU na governança do Sistema Internacional.**
- 2 **Atuações de potências extrarregionais na América do Sul.**
- 3 **Relacionamento oficial do Brasil com os países do Entorno Estratégico.**
- 4 **Posição oficial do Brasil com relação ao conflito na Venezuela.**

5 Atuações de outros Governos e ONGs internacionais para acesso a recursos naturais brasileiros.

6 Evolução média anual do PIB brasileiro.

7 Evolução da dívida pública interna.

8 Alterações na carga tributária média brasileira.

9 Evolução das taxas de desocupação e de desemprego.

10 Intensificação do processo de privatização, no Brasil.

11 Mudanças nos modelos de parcerias público-privadas para saúde, educação e infraestrutura.

12 Alteração da regulação da energia e o crescimento do mercado livre.

13 Grau de renovação do parlamento brasileiro, nas eleições de 2018.

INCERTEZAS CRÍTICAS

Incertezas Críticas para o Brasil, até 2022.

INCERTEZAS CRÍTICAS

**Incerteza Crítica
para o Brasil, até
2022.**

14 Mudanças na legislação eleitoral.

15 Qualidade da Educação Básica
(Ensino Médio inclusive).

16 Evolução do Orçamento de Defesa
Nacional.

17 Evolução da capacidade militar de
dissuasão para reagir às ameaças
convencionais e às novas ameaças.

18 Capacidade Brasileira de Defesa
Cibernética.

19 Capacidade de Defesa das
Infraestruturas Críticas do País.



3

CONSULTA ÁGURES

A Consulta Águres é uma adaptação do método Delphi, desenvolvido pela RAND Corporation² nos anos de 1950/60.

Teve origem nos Jogos de Guerra desenvolvidos pelas Forças Armadas norte-americanas durante a Segunda Guerra Mundial e consiste na seleção de um grupo de especialistas que responde a várias rodadas de consultas sobre determinado assunto, de modo a permitir a visualização das médias de suas percepções. Desde a primeira publicação, em 1964, a técnica tem sido aplicada para um amplo espectro de temas, permitindo análises prospectivas que subsidiam planejamentos e decisões estratégicas.

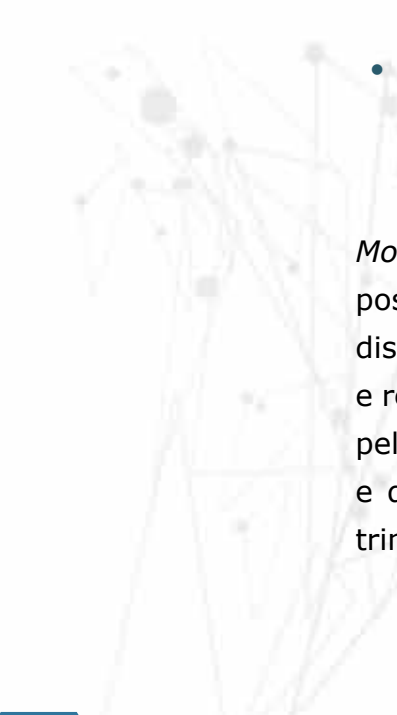
² RAND Corporation. Disponível em: <http://www.rand.org/>. Consulta realizada em 12.02.2018



Assim como o nome Delphi é uma homenagem ao Oráculo de Delphos, da Grécia antiga, Águres refere-se aos sacerdotes da antiga Roma, que previam o futuro pela observação dos hábitos dos animais, principalmente os voos, os cantos e as vísceras das aves. Formavam um colégio venerado em Roma e nada de importante se fazia sem que esses sacerdotes fossem consultados.

A Consulta Águres é fruto de pesquisas e experiências realizadas pelo Instituto Sagres – Política e Gestão Estratégica Aplicadas. A essência do Método Delphi está preservada, coletando percepções sobre o futuro, mas a Consulta Águres se diferencia pelas seguintes peculiaridades:

- **Possibilidade de ouvir milhares de pessoas, via web.**
- **Processar as opiniões valendo-se de programas informatizados.**
- **Recortar e analisar separadamente diversos públicos selecionados, dentre o universo total de respondentes.**
- **Realizar somente uma rodada de consulta, enquanto o Delphi realiza pelo menos duas.**



Realizada por intermédio da Plataforma *Survey Monkey*, a Consulta foi levada ao maior número possível de cidadãos por todos os meios de divulgação disponíveis. Exigia pelo menos 45 minutos de análises e respostas. O êxito dos trabalhos pode ser confirmado pelo número de respondentes: 447 (quatrocentos e quarenta e sete) pessoas iniciaram e 132 (cento e trinta e duas) completaram o questionário.

3.1

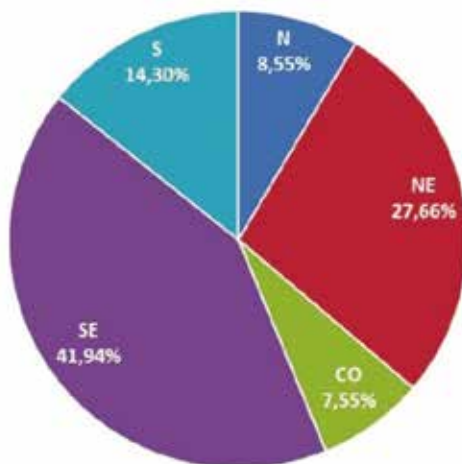
PERFIL DOS RESPONDENTES

O número total de respondentes que completaram a Consulta (132) é considerado estatisticamente relevante, para um estudo dessa natureza. Esse significativo grupo permite recortes e análises segmentadas por Região de domicílio, bem como por idade, gênero, escolaridade e setor profissional.

É preciso destacar que não se trata de uma pesquisa de opinião pública, a qual busca o pensamento médio de todos os segmentos sociais. Embora a Consulta Águres permita que todos participem, é interessante que o público respondente seja majoritariamente de pessoas que ocupam posições de destaque em seu ambiente social ou de trabalho, tendo em vista a complexidade e a natureza dos assuntos envolvidos.

3.1.1. Distribuição Regional

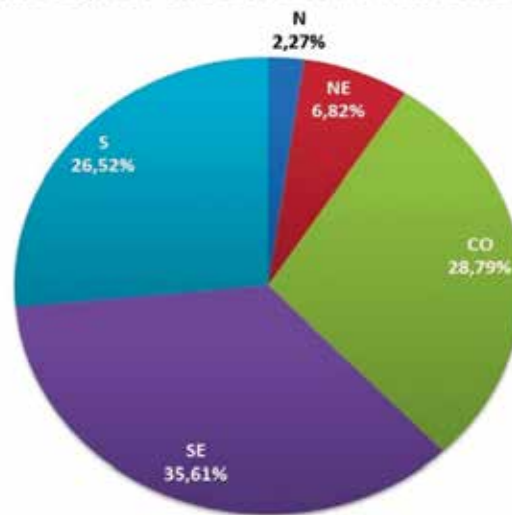
DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL - Brasil 2017



Fonte: IBGE³.

³ Fonte: IBGE. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2017/serie_2001_2017_tcu.shtm. Acesso em 04.06.2018.

DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL - RESPONDENTES



Fonte: Consulta Águres.

A comparação da distribuição dos respondentes com a distribuição da população do Brasil — em 2017, segundo o IBGE — demonstra uma maior representação das Regiões Centro-Oeste e Sul, em detrimento do Norte, Nordeste e Sudeste.

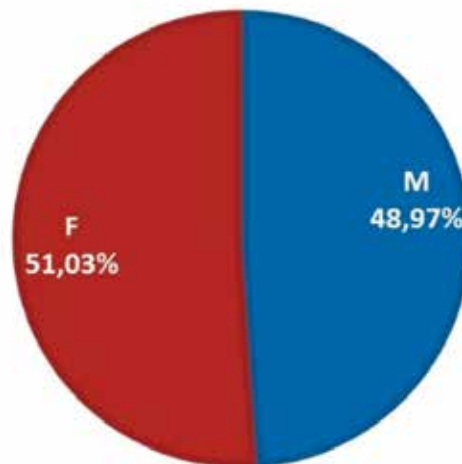
Brasília é a sede do SAGRES e da ABRIG, bem como o domicílio de grande parte de seus associados. Isso explica o maior número de respondentes do Centro-Oeste, mas não implica, necessariamente, em percepções regionalizadas, uma vez que grande parte dos residentes no Distrito Federal são oriundos de outras Regiões brasileiras e trabalham em órgãos públicos e em atividades que proporcionam uma visão mais nacional do que regional.

Por sua vez, o número proporcionalmente maior de respostas coletadas na Região Sul deve-se, provavelmente, à difusão e à participação dos integrantes do ISAPE, os quais também praticam uma visão nacionalizada da conjuntura, até porque seus estudos estão concentrados nas áreas de Relações Internacionais e de Segurança e Defesa.

Desse modo, é possível afirmar que há uma boa distribuição geográfica dos respondentes e que as diferenças proporcionais de modo algum impactam, negativamente, as médias obtidas. Vale dizer que a Consulta contou com uma boa amostra nacional.

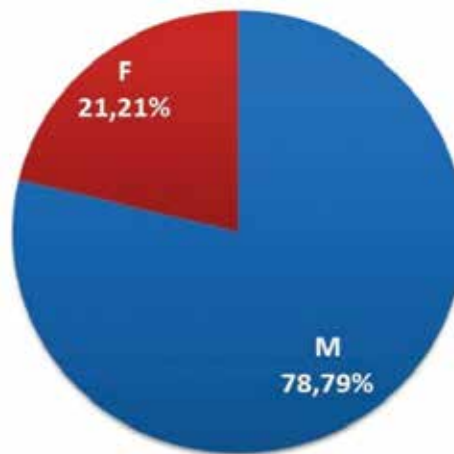
3.1.2. Sexo

DISTRIBUIÇÃO POR SEXO - BRASIL 2010



Fonte: IBGE⁴.

DISTRIBUIÇÃO POR SEXO - RESPONDENTES



Fonte: Consulta Águres.

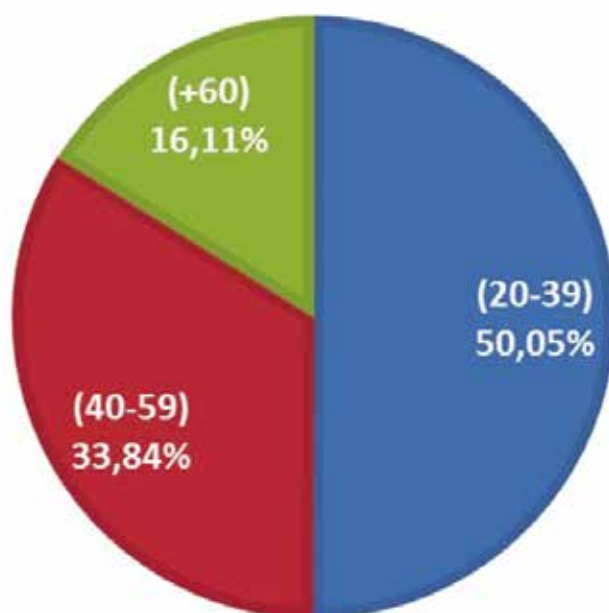
⁴ Fonte:IBGE. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-atividades/17662-construindo-graficos.html>. Acesso em 04.06.2018.

A predominância masculina de respondentes da Consulta enseja estudos mais aprofundados, embora o universo feminino seja robusto o suficiente para permitir análises segmentadas. Eventuais discrepâncias nas percepções podem ser objeto de especial atenção por parte dos cenaristas e usuários do estudo.

3.1.3. Faixa etária

Quanto às faixas etárias, não foi observado nenhum respondente abaixo de 20 anos, embora não houvesse restrições nesse sentido.

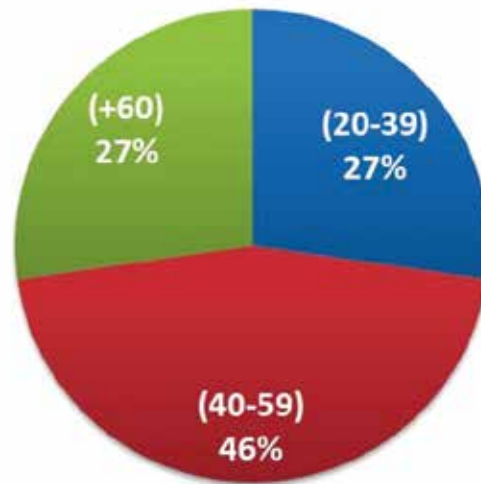
FAIXA ETÁRIA - BRASIL 2010



Fonte: IBGE⁵.

⁵ Fonte: IBGE. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12>. Acesso em 04.06.2018.
Obs: para o gráfico da população do Brasil, nos percentuais acima, o grupo com menos de 20 anos foi retirado do cálculo e os novos percentuais recalculados para melhorar a comparabilidade com os respondentes.

FAIXA ETÁRIA - RESPONDENTES

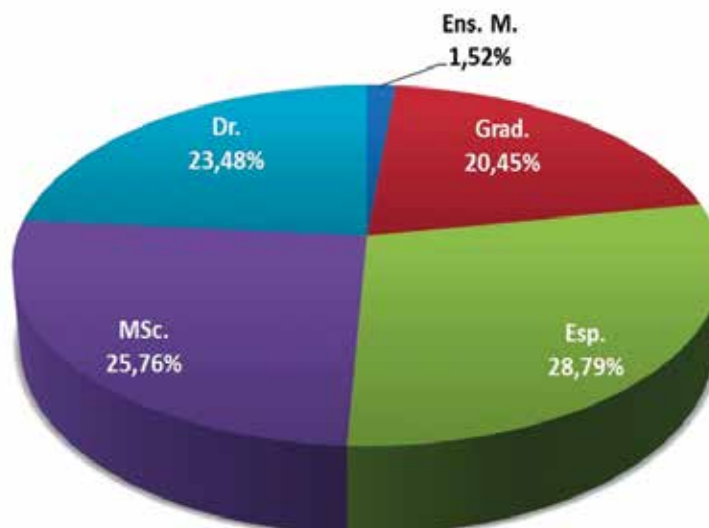


Fonte: Consulta Águres.

A análise dos dados permite afirmar que os respondentes têm idade média bem superior ao da população, especialmente nas faixas de 40 a 59 anos e com 60 ou mais anos. De modo geral, pessoas de mais idade e, em média, mais experientes, têm mais poder de reflexão, análise e síntese, o que é positivo para o resultado da Consulta.

3.1.4. Escolaridade

ESCOLARIDADE - RESPONDENTES



Fonte: Consulta Águres.

A escolaridade média dos respondentes foi significativamente melhor do que a da população como um todo. Segundo o IBGE (2014)⁶, apenas 9,3% da população brasileira tem curso superior ou maior grau de escolaridade, contra 98,48% da Consulta Águres. Outros dados estatísticos⁷ indicam que somente 0,76% dos brasileiros têm doutorado, e estes representam 23,48% da amostra relativa à Consulta. Cabe destacar que o nível de formação acadêmica dos respondentes não significa que sejam profissionais ativos exclusivamente no meio acadêmico.

Visivelmente, a elevada escolaridade dos consultados — com um grande número de especialistas, mestres e doutores — amplia consideravelmente a qualidade e a confiabilidade das percepções coletadas.

3.1.5. Atividade profissional



No extrato da pesquisa Águres, todas as principais atividades profissionais estão representadas. Uma variação importante refere-se ao setor público. Segundo

⁶ Fonte: IBGE. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_media/ibge/arquivos/8b9eafcfed9d8742b0a8eaa5fce7ae94.pdf. Acessado em 05.06.2018. .

⁷ Fonte: CGEE. Disponível em: https://www.cgee.org.br/documents/10182/734063/Mestres_Doutores_2015_Vs3.pdf. Consulta realizada em 17 de janeiro de 2018.

a PNAD (IBGE), em 2014⁸, 5,34% dos brasileiros eram servidores públicos, embora representem 1/3 do universo de respondentes da Águres. No que refere aos desempregados e aposentados, observa-se uma certa semelhança: 3,71% do total de brasileiros desempregados e 3,03% da Consulta; e 14,2% de aposentados da população em geral e 12,12% da Consulta.

Há também significativa participação de consultados oriundos da Iniciativa Privada (31,82%), ensejando interessantes análises segmentadas.

Observe-se que somente 12,12% dos respondentes declararam que estão aposentados, ao tempo em que 27% têm 60 anos ou mais, indicando que a diferença é composta de pessoas em atividade, trazendo ainda mais consistência ao perfil dos consultados.

3.1.6. Conclusões parciais

O universo dos respondentes da Consulta Águres está bem distribuído pelo território nacional, pelas atividades profissionais e faixas etárias. A idade média mais elevada indica mais qualidade nas percepções coletadas. Há um certo desequilíbrio entre sexos, ensejando análises segmentadas, a serem oportunamente apresentadas.

Dentre todos os fatores analisados, o mais proeminente refere-se à elevada escolaridade dos respondentes, uma vez que quase a totalidade possui nível superior e cerca da metade é composta de mestres e doutores.

Em suma, o perfil dos respondentes implica adequada confiabilidade e excelente qualidade das percepções coletadas na Consulta Águres, robustecendo os trabalhos de análise e suas conclusões.

Essa prática de caracterizar os consultados segundo a Região de residência, a idade, o gênero, a escolaridade

8 Fonte: IBGE. disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/sintese_default.xls.shtm. Acesso em 04.06.2018. Obs: a tabela referente ao dado citado é 4.1.8.

e o setor da principal atividade profissional permite também analisar as percepções médias por segmento, desde que haja um número que permita adequada confiabilidade e poucas distorções.

Assim, para cada Incerteza Crítica, foram processados os dados e construídos gráficos indicando as percepções médias gerais e as percepções médias segmentadas — segundo uma visão otimista e conforme as hipóteses consideradas mais prováveis — dos seguintes públicos: Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste; Sexo Masculino e Feminino; Faixas etárias menor ou igual a 39 anos, de 40 a 59 anos e igual ou maior de 60 anos; Escolaridade Especialização, Mestrado e Doutorado; e principal atividade profissional ligada à Iniciativa Privada ou ao Setor Público.

Os gráficos estão apresentados no Anexo ao presente Relatório, exclusivamente na versão digital, possibilitando novas análises e interessantes inferências sobre o momento em que a Consulta foi realizada e as percepções médias dos principais segmentos do público participante.

3.2

CONHECIMENTO E IMPORTÂNCIA

Para cada um dos temas apresentados na Consulta Águres, foi pedido que os respondentes indicassem, numa autoavaliação, o respectivo nível de conhecimento sobre o assunto (quadro 1), com vistas a ponderar as respostas, valorizando as percepções mais abalizadas.

Qual é o seu nível de conhecimento sobre esse assunto?				
Praticamente nenhum	Pouco	Médio	Bom	Muito bom
1	2	3	4	5

Desse modo, durante o processamento dos dados da Consulta, quando o respondente afirma que seu conhecimento sobre o tema é “praticamente nenhum”, sua resposta tem peso 1 (um); quando afirma que é “muito bom”, sua resposta tem peso 5 (cinco).

Do mesmo modo, foi perguntada qual a importância de cada tema para o Brasil, conforme indicado a seguir (quadro 2).

Na sua opinião, qual é a importância desse tema para a “Comunidade BPC”?				
Nenhuma	Pouca	Média	Muita	Extrema
1	2	3	4	5

Quadro 2: níveis de importância.

Processadas as avaliações dos consultados, o resultado pode ser observado no quadro 3, ordenado segundo a importância, mas indicando, também, o nível médio de conhecimento.

Observe-se que o nível médio de conhecimento varia em uma escala de 1 a 5, conforme quadro 1, e o de importância varia em uma escala de 1 a 25. Isso porque a escala de importância já foi ponderada pelo conhecimento, como explicado anteriormente.

INCERTEZA CRÍTICA	Importância		Conhecimento	
Grau de renovação do parlamento brasileiro, nas eleições de 2018.	1	18,09	1	3,89
Qualidade da Educação Básica (Ensino Médio inclusive).	2	17,77	2	3,70
Evolução média anual do PIB brasileiro.	3	17,05	5	3,63
Alterações na carga tributária média brasileira.	4	16,77	6	3,63
Atuações de outros Governos e ONGs internacionais para acesso a recursos naturais brasileiros.	5	16,55	8	3,58
Evolução das taxas de desocupação e de desemprego.	6	15,90	9	3,55
Intensificação do processo de privatização, no Brasil.	7	15,72	3	3,67
Mudanças na legislação eleitoral.	8	15,66	10	3,52
Atuações de potências extrarregionais na América do Sul.	9	15,36	12	3,43
Relacionamento oficial do Brasil com os países do Entorno Estratégico.	10	15,32	11	3,47
Evolução da dívida pública interna.	11	15,29	14	3,34
Papel da ONU na governança do Sistema Internacional.	12	14,81	4	3,64
Posição oficial do Brasil com relação ao conflito na Venezuela.	13	14,71	7	3,59
Evolução do Orçamento de Defesa Nacional.	14	14,28	13	3,38
Evolução da capacidade militar de dissuasão para reagir às ameaças convencionais e às novas ameaças.	15	13,98	15	3,26
Capacidade Brasileira de Defesa Cibernética.	16	13,72	17	3,11
Capacidade de Defesa das Infraestruturas Críticas do País.	17	13,54	18	3,11
Mudanças nos modelos de parcerias público-privadas para saúde, educação e infraestrutura.	18	12,80	16	3,15
Alteração da regulação da energia e o crescimento do mercado livre.	19	12,11	19	2,83

Quadro 3: Ranking das Incertezas Críticas, segundo a Importância e o Conhecimento.

A primeira constatação refere-se ao nível de conhecimento. Considerando-se a média 3 (escala de 1 a 5), percebe-se que, de modo geral, os respondentes conhecem bem todos os temas abordados, uma vez que quase todas as Incertezas Críticas terminaram comprimidas entre 3,11 e 3,89. A exceção fica por conta da “alteração da regulação da energia e o crescimento do mercado livre”, que obteve 2,83. Registre-se, todavia,



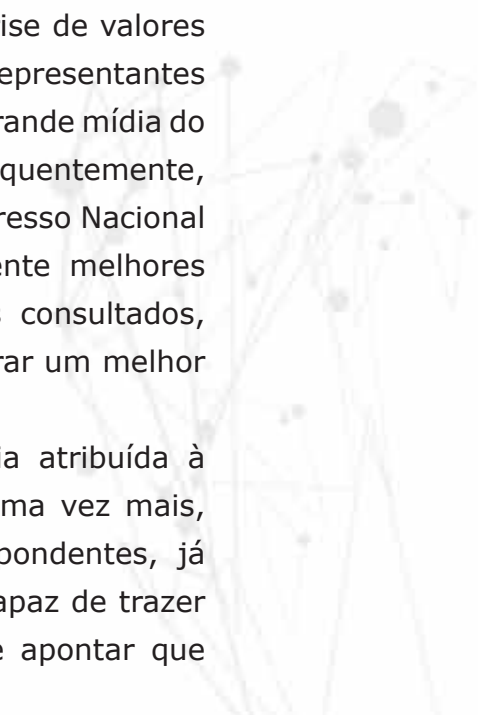
que não houve nenhuma Incerteza com pontuação acima de 4, o que indicaria muito bom conhecimento. De todo modo, essa autoavaliação e o ótimo perfil dos respondentes indicam que as percepções podem ser consideradas bastante confiáveis.

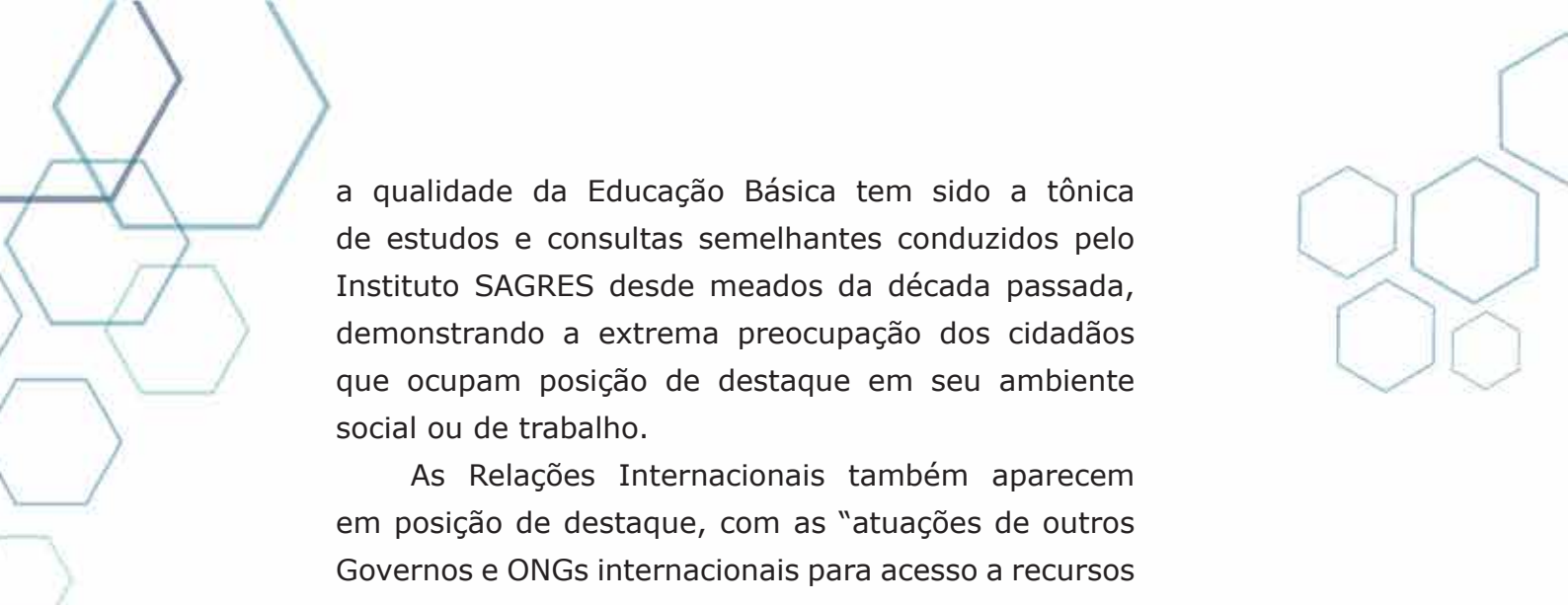
Quanto à importância, observa-se que, sendo 12 a média da escala (de 1 a 25), todas as Incertezas Críticas são medianas ou muito importantes, indicando que o diagnóstico e os trabalhos de seleção das Incertezas Críticas foi bem realizado, ou seja, o estudo não incluiu assuntos de importância relativamente menores.

A análise dos rankings permite afirmar que o “grau de renovação do parlamento brasileiro, nas eleições de 2018”, e a “qualidade da Educação Básica (Ensino Médio inclusive)” despontam, respectivamente, como as Incertezas Críticas mais conhecidas e também mais importantes. A primeira é de caráter eminentemente político e a segunda da dimensão social. Só depois são apresentadas duas incertezas de ordem econômica: “evolução média anual do PIB brasileiro” e “alterações na carga tributária média brasileira”.

A importância da renovação do parlamento brasileiro certamente justifica-se pela crise de valores atualmente vivenciada, onde nossos representantes aparecem mais nas páginas policiais da grande mídia do que nas seções de política nacional. Consequentemente, a chegada de novos integrantes do Congresso Nacional — ainda que não sejam necessariamente melhores — parece ser, na visão da média dos consultados, fundamental para que se possa vislumbrar um melhor futuro possível para a Nação brasileira.

Por sua vez, a grande importância atribuída à qualidade da Educação Básica indica, uma vez mais, o alto grau de discernimento dos respondentes, já que esta, sem dúvida, é a plataforma capaz de trazer o País para o Século XXI. Interessante apontar que





a qualidade da Educação Básica tem sido a tônica de estudos e consultas semelhantes conduzidos pelo Instituto SAGRES desde meados da década passada, demonstrando a extrema preocupação dos cidadãos que ocupam posição de destaque em seu ambiente social ou de trabalho.

As Relações Internacionais também aparecem em posição de destaque, com as “atuações de outros Governos e ONGs internacionais para acesso a recursos naturais brasileiros” colocadas como a 5ª incerteza mais importante.

Vale ressaltar, todavia, que quatro das sete Incertezas Críticas mais importantes se referem à Economia — fundamental para o desenvolvimento e o bem-estar da população.

No outro extremo da tabela, destacam-se a “a alteração da regulação da energia e o crescimento do mercado livre” e as “mudanças nos modelos de parcerias público-privadas para saúde, educação e infraestrutura”, respectivamente, como as menos importantes dentre as consultadas. A primeira incerteza é também a menos conhecida. Ambas referem-se às relações econômicas entre o poder público e a iniciativa privada, indicando que precisam ser mais bem difundidas e esclarecidas, dado que são inerentes às economias mais desenvolvidas.

As outras quatro Incertezas Críticas menos importantes, segundo os consultados, referem-se à dimensão Segurança e Defesa Nacional. Essa avaliação pode ser considerada normal, tendo em vista a ausência de ameaças externas iminentes e o tradicional desconhecimento do brasileiro sobre esses assuntos. Causa espécie, todavia, que a “capacidade de defesa das Infraestruturas Críticas do País” e a “capacidade brasileira de Defesa Cibernética” sejam avaliados como de menor importância, uma vez que podem, a qualquer



momento, serem objeto de ataques que trarão consequências imediatas para amplos e diversificados setores da sociedade, merecendo preocupação no último Fórum Econômico Internacional de Davos (COMPUTERWORLD, 2018).

De modo sintético, as autoavaliações dos respondentes — indicando o nível de conhecimento sobre os assuntos abordados — bem como suas apreciações sobre a importância das Incertezas Críticas, permitem afirmar que as percepções coletadas são bastante abalizadas e servem de consistentes subsídios para a elaboração dos Cenários Prospectivos.



3.3

ANÁLISE DAS PERCEPÇÕES - MÉDIAS GERAIS

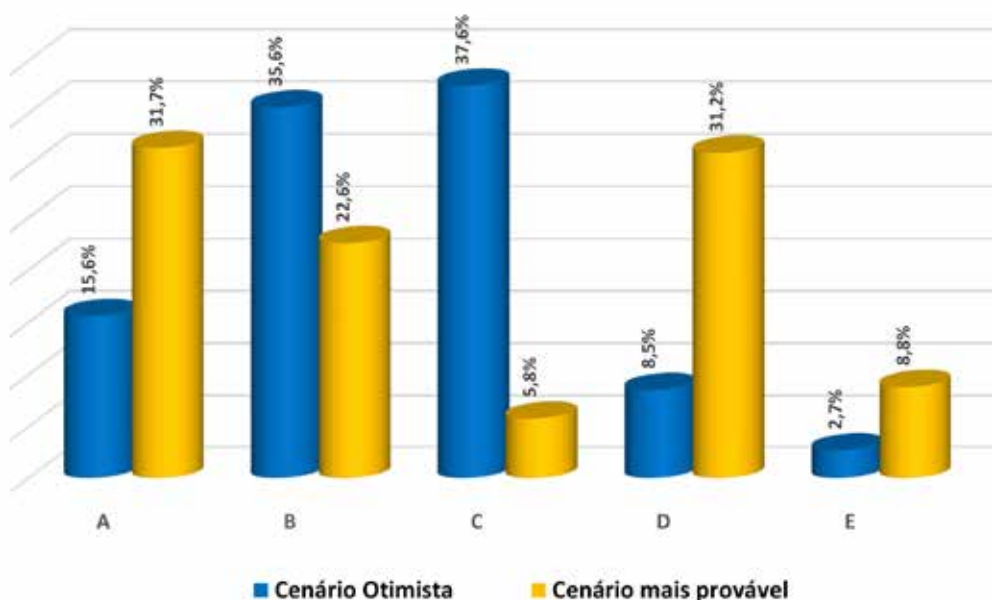
Os quadros e gráficos a seguir apresentam os percentuais de respondentes que optaram por cada uma das hipóteses, relativas a todas as Incertezas Críticas. A análise desses dados, cujas conclusões estão sinteticamente apresentadas a seguir, permite inferir sobre fatores objetivos e subjetivos que deverão interferir na conjuntura nacional, nos próximos cinco anos, facilitando a construção de Cenários Prospectivos pertinentes e que sirvam de consistentes subsídios para a tomada imediata de decisões estratégicas.



3.1.1 INCERTEZA CRÍTICA 1

INCERTEZA CRÍTICA 1: O PAPEL DA ONU NA GOVERNANÇA DO SISTEMA INTERNACIONAL, ATÉ 2022.		Otimista	+ Provável
A	A ONU permanecerá como o principal organismo de governança do sistema internacional e seguirá sendo controlada efetivamente pelos países que possuem o poder de veto no Conselho de Segurança (CSNU), não sendo acrescentados novos países como membros permanentes.	15,59%	31,66%
B	A ONU permanecerá como o principal organismo de governança da política internacional. O CSNU incluirá novos membros permanentes sem direito a veto.	35,55%	22,56%
C	A ONU permanecerá como o principal organismo de governança da política internacional. O CSNU incluirá novos membros permanentes com direito a veto.	37,63%	5,78%
D	A ONU perderá parte de sua importância devido aos novos paradigmas sistêmicos que estão sendo criados atualmente. O CSNU permanecerá como atualmente.	8,52%	31,20%
E	A ONU perderá sua importância, incapaz assegurar sua principal função, a segurança internacional. O CSNU permanecerá como atualmente.	2,70%	8,80%

IC 01 - O Papel da ONU na governança do Sistema Internacional, até 2022





Em relação ao papel da ONU na governança do Sistema Internacional, em uma perspectiva mais otimista, a pesquisa indicou que praticamente 73% dos entrevistados (somatório das hipóteses B e C) entende que a ONU permanecerá como o principal organismo de governança da política internacional, com o Conselho de Segurança da ONU incluindo novos membros permanentes. Todavia, a percepção dos respondentes ficou bem dividida em relação à questão do direito à veto destes novos membros permanentes, pois 37,6% do total dos entrevistados entende que estes novos membros terão esse direito, ao passo que 35,5% acreditam que não.

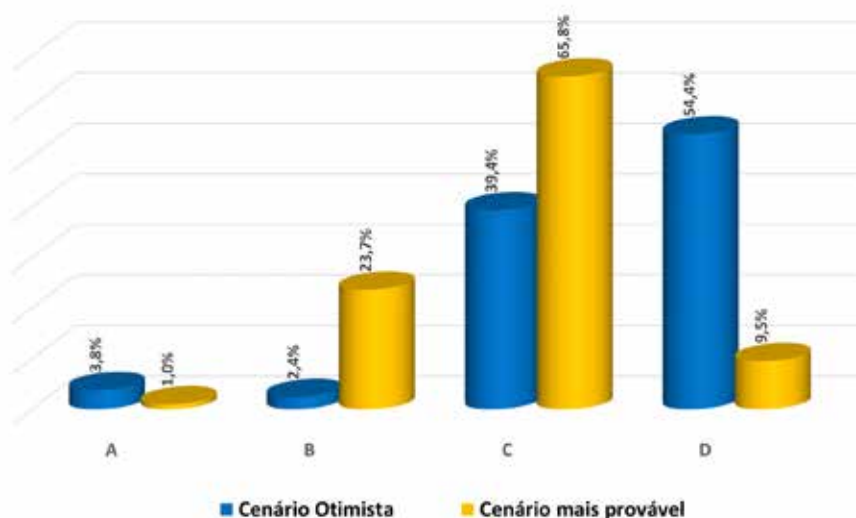
Quando se lança o olhar sobre o cenário mais provável, para o ano de 2022, percebe-se que mais de 70% (somatório das hipóteses A, D e E) creem que a ONU continuará sendo efetivamente controlada pelos países que possuem o poder de veto no Conselho de Segurança (CSNU), não sendo acrescentados novos países como membros permanentes. A dúvida é se a ONU permanecerá como o principal organismo de governança do sistema internacional ou perderá parte ou grande parte de sua importância, seja devido aos novos paradigmas sistêmicos que estão sendo criados, seja por sua incapacidade manter a paz internacional.



3.1.2 INCERTEZA CRÍTICA 2

INCERTEZA CRÍTICA 2: ATUAÇÕES DE POTÊNCIAS EXTRARREGIONAIS NA AMÉRICA DO SUL, ATÉ 2022.		Otimista	+ Provável
A	Guerra interestatal convencional ou ameaça dela: uma potência agressora utilizar-se de ameaça crível (velada ou não) ou de uso efetivo da força diretamente contra o Brasil, por intermédio de forças aeronavais deslocadas ao Atlântico Sul e utilização de bases continentais em países vizinhos contra o pré-sal, litoral e fronteiras do Brasil, seguida ou não de invasão territorial.	3,8%	1,0%
B	Guerra de Quinta Geração: apoio de uma potência agressora a insurgentes armados ou separatistas extremistas no nível subnacional, com vistas a ameaçar a estabilidade institucional do Brasil e sua integridade territorial, e/ou ameaçar, danificar ou destruir infraestruturas críticas essenciais, incluindo navios e plataformas petrolíferas em alto-mar.	2,4%	23,7%
C	Manutenção do <i>status quo</i>: sem guerra civil ou interestatal e por intermédio do fortalecimento das capacidades dissuasórias brasileiras (tendo em vista que o interesse e presença externa na América do Sul irá continuar crescendo), mantém-se a capacidade atual de autonomia relativa brasileira e o equilíbrio regional.	39,4%	65,8%
D	Redução da atuação externa no continente devido aos avanços na integração regional: um arcabouço institucional de defesa mútua e de mecanismos de segurança coletiva, aliado a maior interligação das economias nacionais no continente cria as condições para uma aliança regional que dissuade a atuação externa.	54,4%	9,5%

IC 02 - Atuações de potências extrarregionais na América do Sul, até 2022





Na questão relacionada às atuações de potências extrarregionais na América do Sul, sob uma perspectiva otimista, a maioria dos respondentes (54,4%) entende que até 2022 haverá uma redução da atuação externa no continente, devido aos avanços na integração regional, em decorrência de um arcabouço institucional de defesa mútua e de mecanismos de segurança coletiva, aliado à maior interligação das economias nacionais no continente e criando as condições para uma aliança regional que dissuadirá atuações externas.

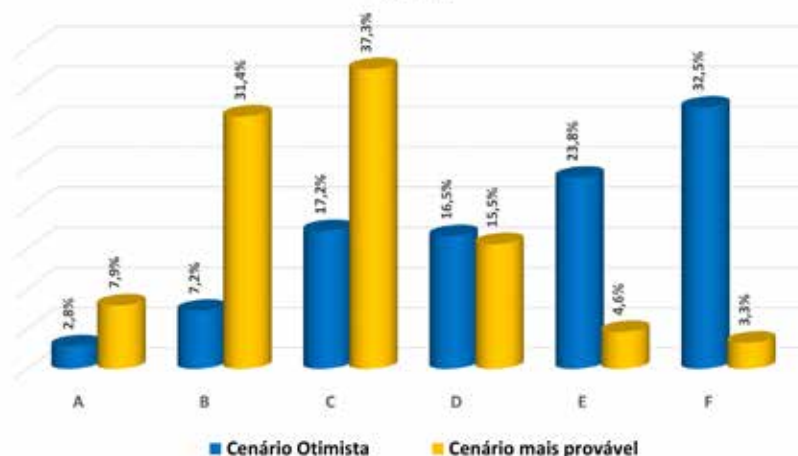
A percepção dos respondentes muda quando se reflete sobre o cenário mais provável pois, 65,8% deles entende que haverá a manutenção do *status quo*, sem guerra civil ou interestatal, mas sim decorrentes do fortalecimento das capacidades dissuasórias brasileiras, pois o interesse e a presença externa na América do Sul continuarão crescendo, mantendo-se a capacidade atual de autonomia relativa brasileira e o equilíbrio regional.



3.1.3 INCERTEZA CRÍTICA 3

INCERTEZA CRÍTICA 3: RELACIONAMENTO OFICIAL DO BRASIL COM OS PAÍSES DO ENTORNO ESTRATÉGICO, ATÉ 2022.		Otimista	+ Provável
A	Reversão dos processos de integração em curso, retornando-se a um padrão de competição nas relações com os países do entorno estratégico. Rompimentos com países-chave da região, desestabilizando iniciativas como UNASUL, MERCOSUL e ZOPACAS.	2,8%	7,9%
B	Estagnação dos processos de integração, com dinâmicas de competição de baixa intensidade retornando progressivamente. Relacionamento instável com países-chave na região. Iniciativas como UNASUL, MERCOSUL e ZOPACAS estagnadas, com comprometimento moderado de seus países-membros.	7,2%	31,4%
C	Continuidade dos processos de integração regional, ainda que em termos formais e com acordos de baixa envergadura. Retomada das reuniões da ZOPACAS e da UNASUL, mesmo que sem o firmamento de acordos substanciais.	17,2%	37,3%
D	Avanços da integração regional na área econômica e de infraestrutura. Os acordos de cooperação militar restringem-se a exercícios conjuntos e compra e venda de armamentos. Retomada das reuniões da UNASUL e da ZOPACAS, obtendo acordos de baixa e média envergadura.	16,5%	15,5%
E	Avanços da integração regional na área econômica, de infraestrutura e de segurança e defesa. A escala dos acordos de cooperação é de médio alcance, mas com relativa sustentabilidade política e econômica. Retomada das reuniões da UNASUL e da ZOPACAS, com a assinatura de acordos de média envergadura na área econômica e militar.	23,8%	4,6%
F	Consolidação da integração regional através da UNASUL e do MERCOSUL, principalmente nas questões econômicas, de infraestrutura e de defesa. Brasil firma grandes acordos de cooperação técnica e militar com potências regionais. Fortalecimento da ZOPACAS como ator no Sistema Internacional.	32,5%	3,3%

IC 03 - Relacionamento oficial do Brasil com os países do Entorno Estratégico, até 2022



Em relação ao relacionamento oficial do Brasil com os países do Entorno Estratégico, até o ano de 2022, a maioria dos respondentes entende que, em um cenário mais otimista, ocorrerão avanços na integração regional na área econômica e de infraestrutura, percepção presente em 72,8% das respostas, quando se concatena as ideias comuns presentes nos itens D, E e F. Porém, a maioria dos respondentes (32,5%), indicou que haverá uma consolidação da integração regional através da UNASUL e do MERCOSUL, principalmente nas questões econômicas, de infraestrutura e de defesa. Além disso, o Brasil deverá estabelecer grandes acordos de cooperação técnica e militar com potências regionais, ocorrendo também o fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) como um importante ator no Sistema Internacional.

O panorama mais provável, todavia, para 37,3% dos respondentes da pesquisa, é de que haverá uma continuidade nos processos de integração regional, ainda que em termos formais e com acordos de baixa envergadura. Serão retomadas as reuniões da Zopacas e da UNASUL, mesmo que sem a assinatura de acordos substanciais. Vale ressaltar que uma parte significativa dos respondentes (31,4%) tem a percepção de que o mais provável é que ocorra uma estagnação dos processos de integração, com dinâmicas de competição de baixa intensidade retornando progressivamente.

O relacionamento entre países-chave na região será instável e as iniciativas como a da UNASUL, do MERCOSUL e da ZOPACAS permanecerão estagnadas, com comprometimento moderado de seus países-membros.

3.1.4 INCERTEZA CRÍTICA 4

		O	+P
	INCERTEZA CRÍTICA 4: POSIÇÃO OFICIAL DO BRASIL EM RELAÇÃO À SITUAÇÃO NA VENEZUELA, ATÉ 2022.		
A	Permanece a situação atual, com o Brasil, articulado com outros países da região, contribuindo para o isolamento e o prolongamento da crise, na Venezuela.	7%	29%
B	O Brasil, articulado com outros países da região, promoverá um diálogo interno na Venezuela, entre governo e oposição, inconcluso até 2022.	23%	11%
C	O Brasil, articulado com outros países da região, promoverá um diálogo interno na Venezuela, entre governo e oposição, logrando obter uma solução pacífica para a crise, até 2022.	49%	9%
D	A situação na Venezuela evolui para um contexto de guerra civil e o Brasil, articulado com outros países da região e organismos internacionais, participará das Forças de Paz e da assistência humanitária, até 2022.	13%	26%
E	A situação na Venezuela evolui para um contexto de guerra civil e o Brasil, articulado com outros países da região e organismos internacionais, participará somente da assistência humanitária, até 2022.	7%	24%

O = Otimista

+P = Mais Provável





Quase metade dos respondentes indica que o melhor cenário possível para a caótica situação da Venezuela inclui uma articulação entre diversos países da América Latina, com a participação do Brasil — no papel ou não de protagonista (hipótese C). E esse grupo de países logrará, nesse cenário, promover consistente diálogo interno na Venezuela, entre governo e oposição, obtendo uma solução pacífica para a crise, até 2022.

No cenário de referência (mais provável), por outro lado, o universo de respondentes apresenta opiniões de certo modo divergentes. Quase um terço (29%) entende que permanecerá a situação atual, com o Brasil, articulado com outros países da região, contribuindo para o isolamento e o prolongamento da crise na Venezuela.

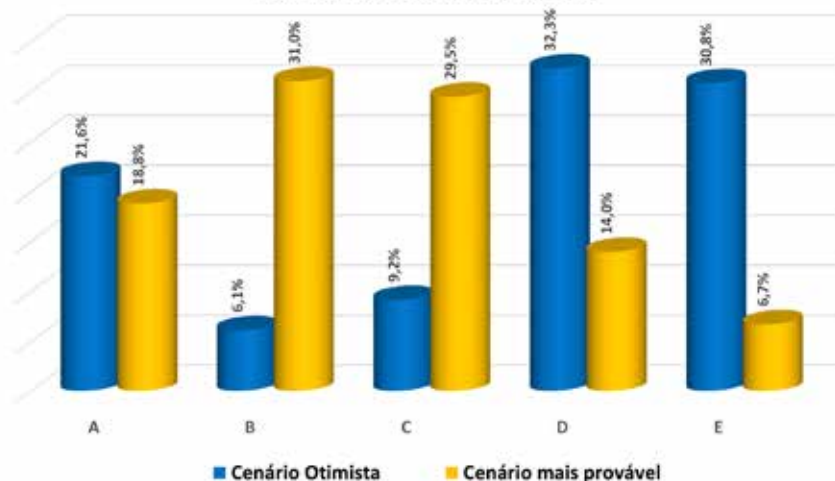
Contudo, somando-se os percentuais dos que apontaram para as hipóteses D (26,2%) e E (24,4%), infere-se que mais de 50% dos consultados têm a percepção de que a situação na Venezuela irá evoluir para um contexto de guerra civil, até 2022, e o Brasil, articulado com outros países da região e organismos internacionais, participará da assistência humanitária. A dúvida, nesse caso, é se nosso País participará ou não das Forças de Paz.



3.1.5 INCERTEZA CRÍTICA 5

INCERTEZA CRÍTICA 5: ATUAÇÕES DE OUTROS GOVERNOS E ONGs INTERNACIONAIS PARA ACESSO A RECURSOS NATURAIS BRASILEIROS, ATÉ 2022.		Otimista	+ Provável
A	Aumento da pressão diplomática e da atuação encoberta por parte de outros governos, somadas a ações de ONGs internacionais para acesso ostensivo aos recursos naturais brasileiros, segundo as leis brasileiras.	21,6%	18,8%
B	Aumento da atuação encoberta por parte de outros governos e de ações de ONGs internacionais para acesso clandestino aos recursos naturais brasileiros. Sem pressões diplomáticas.	6,1%	31,0%
C	Aumento da pressão diplomática de outros governos e da atuação de ONGs internacionais para internacionalização ou para exploração em moldes desfavoráveis ao Brasil dos seus recursos naturais, contrariando as leis brasileiras.	9,2%	29,5%
D	Manutenção dos níveis de pressão e de ingerência externa clandestina para acesso aos recursos naturais brasileiros. Sem pressões diplomáticas.	32,3%	14,0%
E	Redução dos níveis de pressão e de ingerência externa clandestina para acesso aos recursos naturais brasileiros. Sem pressões diplomáticas.	30,8%	6,7%

IC 05 - Atuações de outros Governos e ONGs internacionais para acesso a recursos naturais brasileiros, até 2022



Em relação à possibilidade de atuação de outros Governos e de ONGs internacionais, para acesso a recursos naturais brasileiros, até o ano de 2022, 63,2% (soma das hipóteses D e E) acredita que,

numa perspectiva otimista, não haverá aumento da pressão diplomática de outros governos e da atuação de ONGs internacionais para internacionalização ou para exploração dos seus recursos naturais em moldes desfavoráveis ao Brasil. Quando aos níveis de pressão e de ingerência externa clandestina para acesso aos recursos naturais brasileiros, 32,3% dos que opinaram na pesquisa acreditam, nessa perspectiva, que os níveis de pressão permanecerão os mesmos, enquanto que 30,8% entendem que os níveis de pressão se reduzirão.

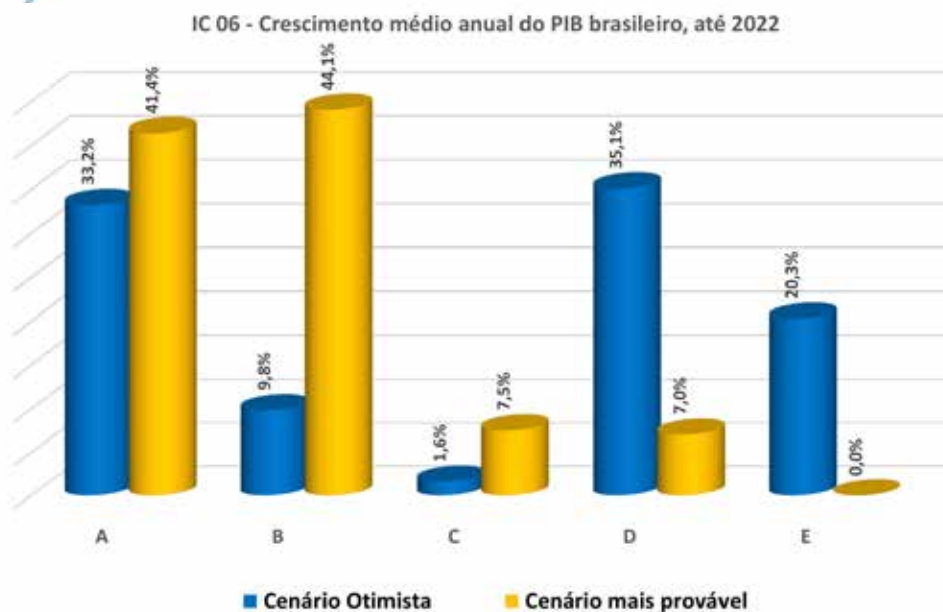
Já em relação ao cenário de referência (mais provável), o panorama se altera, conforme se pode observar no gráfico IC05, pois 31% dos respondentes entende que ocorrerá um aumento da atuação encoberta por parte de outros governos e de ações de ONGs internacionais para acesso clandestino aos recursos naturais brasileiros. Já para mais 29,5% dos respondentes, haverá um aumento da pressão diplomática de outros governos e de atuação de ONGs internacionais para a internacionalização ou para exploração em moldes desfavoráveis ao Brasil dos seus recursos naturais, contrariando as leis brasileiras.

3.1.6 INCERTEZA CRÍTICA 6

INCERTEZA CRÍTICA 6: CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO PIB BRASILEIRO, ATÉ 2022.		O	+P
A	O crescimento médio anual do PIB brasileiro ficará próximo do potencial (2,5% ao ano), ou seja, entre 2% e 3% ao ano.	33,2%	41,4%
B	O crescimento médio anual do PIB brasileiro ficará entre 1% e 2% ao ano.	9,8%	41,1%
C	O crescimento médio anual do PIB brasileiro ficará abaixo de 1% ao ano.	1,6%	7,5%
D	O crescimento médio anual do PIB brasileiro ficará entre 3% e 4,5% ao ano.	35,1%	7,0%
E	O crescimento médio anual do PIB brasileiro ficará acima 4,5% ao ano.	20,3%	0,0%

O = otimista

+P = Mais provável



Mesmo numa perspectiva otimista, o grupo de respondentes é parcimonioso, quando se refere ao crescimento da economia brasileira. Embora a melhor hipótese (E) indicasse um crescimento médio do PIB acima de 4,5% ao ano, apenas 20,3% apostaram na plausibilidade dessa hipótese. Ainda sob uma visão otimista, pouco mais de 1/3 dos consultados indicou que o crescimento médio anual do PIB brasileiro poderá ficar entre 3% e 4,5% ao ano. E outro grupo de tamanho semelhante, ainda mais conservador, crê que, mesmo otimistamente, o crescimento médio anual do PIB brasileiro ficará próximo do potencial (2,5% ao ano), ou seja, entre 2% e 3% ao ano.

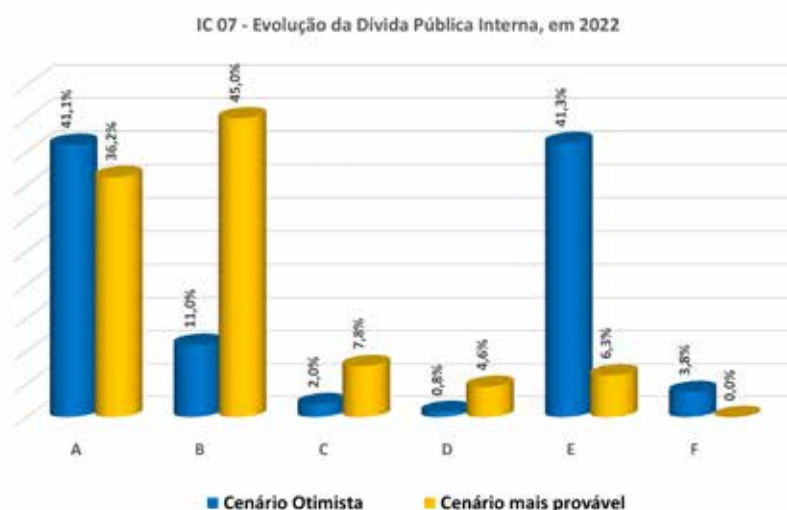
No Cenário de Referência (mais provável) 82,5% dos consultados (soma das hipóteses A e B) espera que o crescimento médio anual do PIB brasileiro fique entre 1% e 3%, até 2022. Interessante notar que, realisticamente, nenhum dos consultados apostou que esse crescimento fique acima de 4,5% (hipótese E).

3.1.7 INCERTEZA CRÍTICA 7

INCERTEZA CRÍTICA 7: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA INTERNA, EM 2022.		O	+P
A	Ficará entre 70% e 80%, como atualmente.	41,1%	36,2%
B	Ficará entre 81% e 100%.	11,0%	45,0%
C	Ficará entre 101% e 120%.	2,0%	7,8%
D	Ficará acima de 120%.	0,8%	4,6%
E	Ficará entre 50% e 69%.	41,3%	6,3%
F	Ficará abaixo de 50%	3,8%	0,0%

O = otimista

+P = Mais provável



Sob uma visão otimista, há um “empate técnico” entre os respondentes que, até 2022, entendem que a dívida pública deverá se manter na situação atual (entre 70% e 80%) e os que consideram que ela deverá cair para 50% a 69% do PIB. No final de 2017, esse valor era de 76,1%.

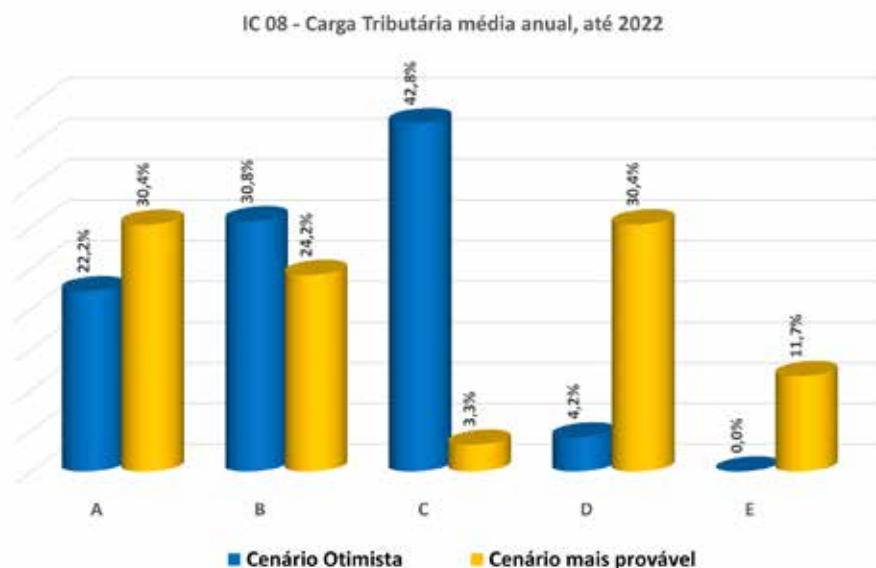
No cenário de referência, a visão majoritária dos respondentes (45%) é que haverá uma piora da dívida pública, com o crescimento para algo entre 81% a 100% do PIB, até 2022.

3.1.8 INCERTEZA CRÍTICA 8

INCERTEZA CRÍTICA 8: CARGA TRIBUTÁRIA MÉDIA ANUAL, ATÉ 2022.		O	+P
A	A carga tributária média anual ficará em torno da atual, entre 34% e 36%.	22,2%	30,4%
B	A carga tributária média anual será reduzida para algo entre 32% e 34%.	30,8%	24,2%
C	A carga tributária média anual ficará abaixo de 32%.	42,8%	3,3%
D	A carga tributária média anual será aumentada para algo entre 36% e 38%.	4,2%	30,4%
E	A carga tributária média anual ficará acima de 38%.	0,0%	11,7%

O = otimista

+P = Mais provável



Otimistamente e sem utopias, uma quantidade significativa dos consultados (42,8%) considera que a carga tributária deverá ser reduzida, ficando abaixo de 32% (hipótese C). Um outro bloco expressivo (30,8%) crê, mesmo em um cenário otimista, que a redução deverá ficar entre 32% e 34% do PIB.

No cenário de referência (mais provável), há um novo “empate técnico”, desta vez entre os que acreditam

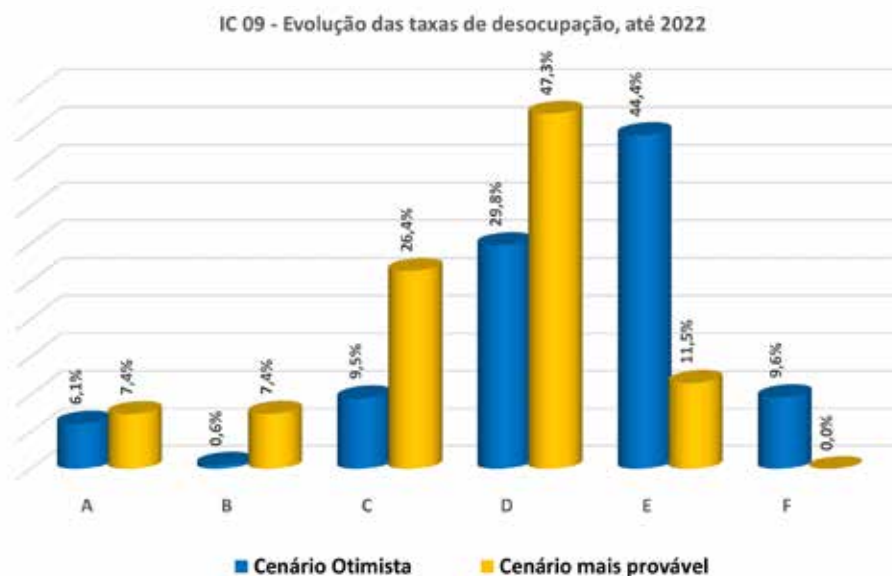
que a carga tributária será mantida no patamar atual (entre 34% e 36% do PIB) e os que apostam que haverá um aumento para algo entre 36% e 38% do PIB. Somando-se as percepções relativas às hipóteses D e E, conclui-se que mais de 42% entendem que haverá um aumento da carga tributária, contra 27,5% (soma das hipóteses B e C) que apostam na redução.

3.1.9 INCERTEZA CRÍTICA 9

INCERTEZA CRÍTICA 9: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE DESOCUPAÇÃO, ATÉ 2022.		O	+P
A	As taxas de desocupação serão ampliadas, ficando entre 13,1% e 15%.	6,1%	7,4%
B	As taxas de desocupação serão muito ampliadas, ficando acima de 15%.	0,6%	7,4%
C	As taxas de desocupação permanecerão próximas à atuais, entre 12% e 13%.	9,5%	26,4%
D	As taxas de desocupação serão um pouco reduzidas, ficando entre 9% e 12%.	29,8%	47,3%
E	As taxas de desocupação serão mais reduzidas, ficando entre 6% e 9%.	44,4%	11,5%
F	As taxas de desocupação serão bastante reduzidas, ficando em torno de 4%, considerado pleno emprego.	9,6%	0,0%

O = otimista

+P = Mais provável



A visão de significativa parcela dos respondentes (44,4%) para o cenário otimista é de uma sensível redução da taxa de desemprego, até 2022, algo entre 6% e 9% da população economicamente ativa (PEA), sem no entanto chegar ao pleno emprego que seria em torno de 4%.

Mas quase 30% dos consultados acredita, mesmo otimistamente, que uma redução possível traria a taxa de desemprego, até 2022, para algo entre 9% e 12% da PEA. Essa mesma hipótese é apontada por quase metade dos respondentes (47,3%) como alternativa mais provável.

Registre-se que nenhum dos consultados crê, como mais provável, que o Brasil alcançará o pleno emprego, até 2022 (hipótese F). Por outro lado, somente 14,8% (soma das hipóteses A e B) indica que haverá aumento do desemprego.

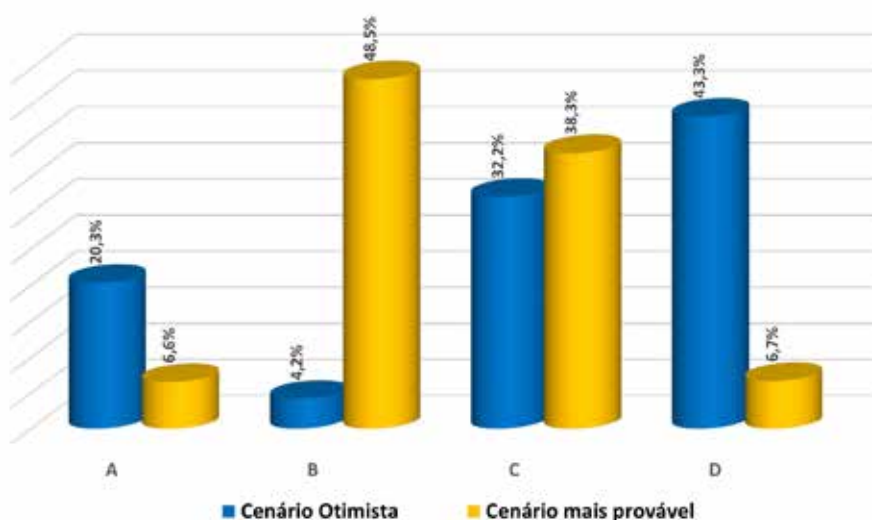
3.1.10 INCERTEZA CRÍTICA 10

INCERTEZA CRÍTICA 10: TENDÊNCIA RELACIONADA À PRIVATIZAÇÃO, NO ÂMBITO FEDERAL, ATÉ 2022.		O	+P
A	O governo federal inverterá a tendência atual, substituindo as atuais políticas de privatização por novo processo de estatização, assim que o crescimento econômico e o endividamento público permitirem mecanismos de investimento estatal.	20,3%	6,6%
B	O governo federal manterá as atuais políticas de privatização, no entanto com pouco sucesso, arrecadando no máximo 1/3 dos R\$ 44 bilhões planejados.	4,2%	48,5%
C	O governo federal manterá as atuais políticas de privatização, com relativo sucesso, arrecadando cerca de 2/3 dos R\$ 44 bilhões planejados.	32,2%	38,3%
D	O governo federal manterá as atuais políticas de privatização, com grande sucesso, arrecadando algo próximo da totalidade dos R\$ 44 bilhões planejados.	43,3%	6,7%

O = otimista

+P = Mais provável

IC 10 - Tendência relacionada à privatização, no âmbito federal, até 2022



Sob uma perspectiva otimista, o maior bloco (43,3%) de respondentes indica que os programas de privatização terão absoluto sucesso, arrecadando algo em torno de R\$ 44 bilhões. E outro significativo grupo (32,2%) aposta otimistamente no relativo sucesso, com arrecadações próximas a 2/3 disso (hipótese C).

Essa mesma hipótese (C) é vista como mais provável por 38,3% dos participantes da Consulta. Mas quase a metade (48,5%) indica, como mais provável, que o governo federal manterá as atuais políticas de privatização, com pouco sucesso, arrecadando no máximo 1/3 dos R\$ 44 bilhões planejados.

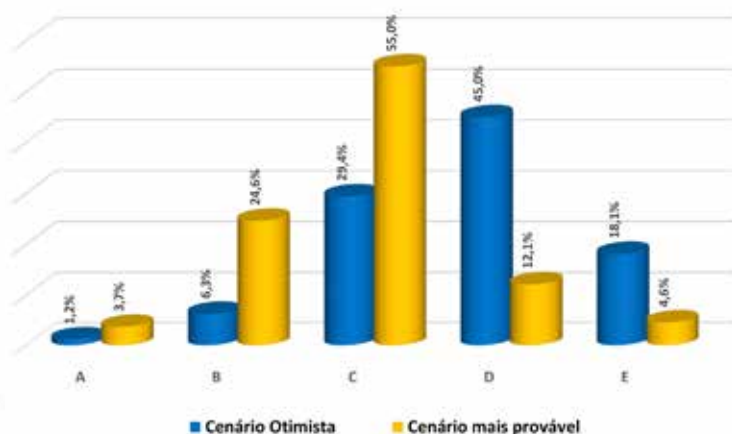
3.1.11 INCERTEZA CRÍTICA 11

INCERTEZA CRÍTICA 11: NOVAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, ATÉ 2022.		O	+P
A	Não haverá novas Parceria Público-Privadas até 2022.	1,2%	3,7%
B	Os contratos de PPP ficarão abaixo da média anual e, até 2022, terão somado menos de R\$ 44 bilhões.	6,3%	24,6%
C	Os contratos de PPP manterão a média anual e, até 2022, terão somado algo entre R\$ 44 e 60 bilhões.	29,4%	55,0%
D	Os contratos de PPP ficarão acima da média anual e, até 2022, terão somado algo entre R\$ 61 e 80 bilhões.	45,0%	12,1%
E	Os contratos de PPP ficarão bem acima da média anual e, até 2022, terão somado mais de R\$ 80 bilhões.	18,1%	4,6%

O = otimista

+P = Mais provável

IC 11 - Novas parcerias público-privadas, até 2022



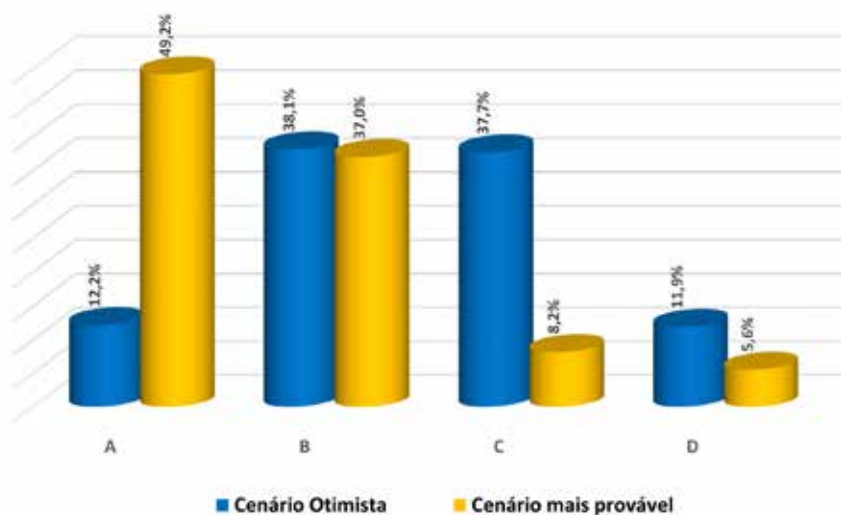
Na visão dos respondentes, até 2022, o cenário otimista é de que os contratos de PPP poderão ficar acima da média de arrecadação (R\$ 44 bilhões anuais), entre R\$ 61 e 80 bilhões, representando grande avanço no processo de concessões nacionais e superação dos gargalos de segurança jurídica, de modelagem de concessões e de precificação, assim como dos problemas de risco de engenharia.

Já no cenário mais provável (referência) a indicação dos respondentes é de que o ritmo das PPP irá continuar como atualmente, ou seja, entre R\$ 44 e 60 bilhões ao ano, demonstrando que as dificuldades de implementação das parcerias devem ser superadas caso a caso, mas não de forma institucional.

3.1.12 INCERTEZA CRÍTICA 12

INCERTEZA CRÍTICA 12: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MERCADO LIVRE DE ENERGIA, ATÉ 2022.		Otimista	+ Provável
A	O governo manterá a atual política para a transferência de consumidores para o mercado livre, levando esse mercado a representar no máximo 30% da energia consumida no Brasil.	12,2%	49,2%
B	O governo incrementará um pouco a atual política para a transferência de consumidores para o mercado livre, levando esse mercado a representar entre 30% e 50% da energia consumida no Brasil.	38,1%	37,0%
C	O governo incrementará bastante a atual política para a transferência de consumidores para o mercado livre, levando esse mercado a representar entre 51% e 60% da energia consumida no Brasil.	37,7%	8,2%
D	O governo incrementará significativamente a atual política para a transferência de consumidores para o mercado livre, levando esse mercado a representar entre 61% e 75% da energia consumida no Brasil.	11,9%	5,6%

IC 12 - Políticas Públicas para o mercado livre de energia, até 2022



Para a questão da adoção de Políticas Públicas para o mercado livre de energia, até o ano de 2022, numa perspectiva otimista, cerca de 2/3 dos respondentes entende que serão adotadas medidas pelo governo no sentido de incrementar a atual política para a

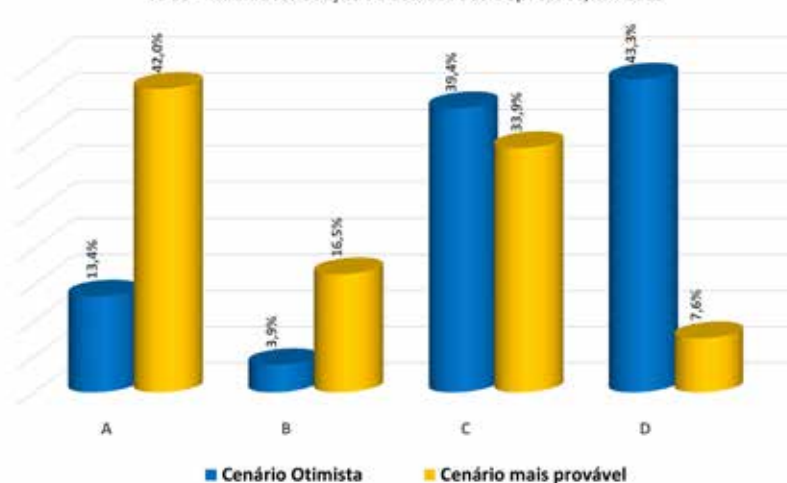
transferência de consumidores para o mercado livre. Para 38,1% desses consultados, esse mercado poderá representar entre 30% e 50% da energia consumida no Brasil e para 37,7%, a faixa poderá estar entre 51% e 60%. Mesmo nessa ótica otimista, apenas 11,9% acreditam que a faixa supere aos 61% do total de energia consumida no Brasil.

A análise das percepções dos respondentes sob a ótica mais provável demonstra que quase a metade (49,2%) entende que o governo manterá a atual política para a transferência de consumidores para o mercado livre, levando esse mercado a representar no máximo 30% da energia consumida no Brasil. E apenas 13,8% (soma das hipóteses C e D) considera mais provável um incremento maior ou significativo da atual política para a transferência de consumidores para o mercado livre.

3.1.13 INCERTEZA CRÍTICA 13

INCERTEZA CRÍTICA 13: TAXA DE RENOVAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 2018.		Otimista	+ Provável
A	A taxa de renovação da Câmara dos Deputados ficará na média histórica, ou seja, entre 45% e 55%.	13,4%	42,0%
B	A taxa de renovação da Câmara dos Deputados ficará abaixo da média histórica, entre 35% e 45%.	3,9%	16,5%
C	A taxa de renovação da Câmara dos Deputados ficará acima da média histórica, entre 55% e 65%.	39,4%	33,9%
D	A taxa de renovação da Câmara dos Deputados ficará muito acima da média histórica, ficando maior do que 65%.	43,3%	7,6%

IC 13 - Taxa de renovação da Câmara dos Deputados, em 2018

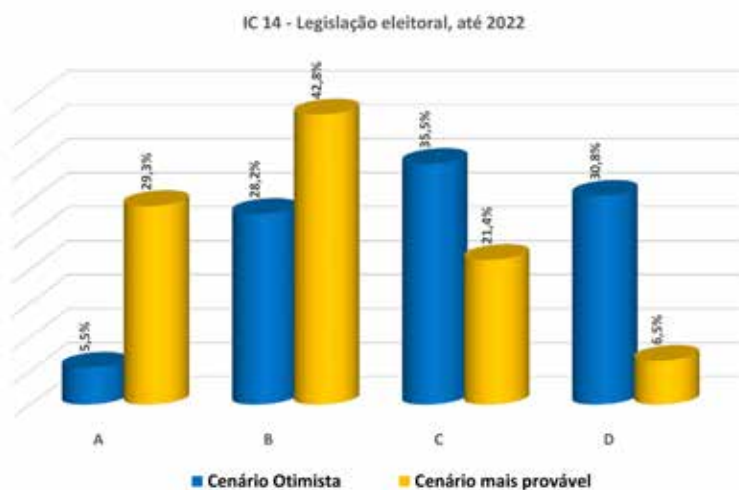


Considerando que essa é a Incerteza Crítica mais importante, segundo o universo dos respondentes, é interessante notar que 82,7% (soma das hipóteses C e D) considera que é possível, otimistamente, haver uma sensível renovação da Câmara dos Deputados, acima da média histórica, ou seja acima de 55% e mesmo de 65%. Essas percepções revelam uma certa esperança dos consultados nesse sentido.

Todavia, sob uma perspectiva mais provável (cenário de referência), 42% das pessoas que responderam à consulta entendem que a taxa de renovação da Câmara dos Deputados ficará na média histórica, ou seja, entre 45% e 55%. Vale destacar que, para a significativa parcela de 33,9% dos respondentes, a taxa de renovação será um pouco maior, devendo se situar entre 55% e 65% (hipótese C).

3.1.14 INCERTEZA CRÍTICA 14

INCERTEZA CRÍTICA 14: LEGISLAÇÃO ELEITORAL, ATÉ 2022.		Otimista	+ Provável
A	Não haverá novos ajustes na legislação eleitoral, além dos já aprovados.	5,5%	29,3%
B	Haverá somente ajustes pontuais na legislação eleitoral, como a operacionalização do voto impresso.	28,2%	42,8%
C	Haverá uma série de novos ajustes na legislação eleitoral, além dos já aprovados, por iniciativa do Congresso nacional e do TSE.	35,5%	21,4%
D	Haverá profundas mudanças na legislação eleitoral, implicando a realização de plebiscito ou referendo popular.	30,8%	6,5%



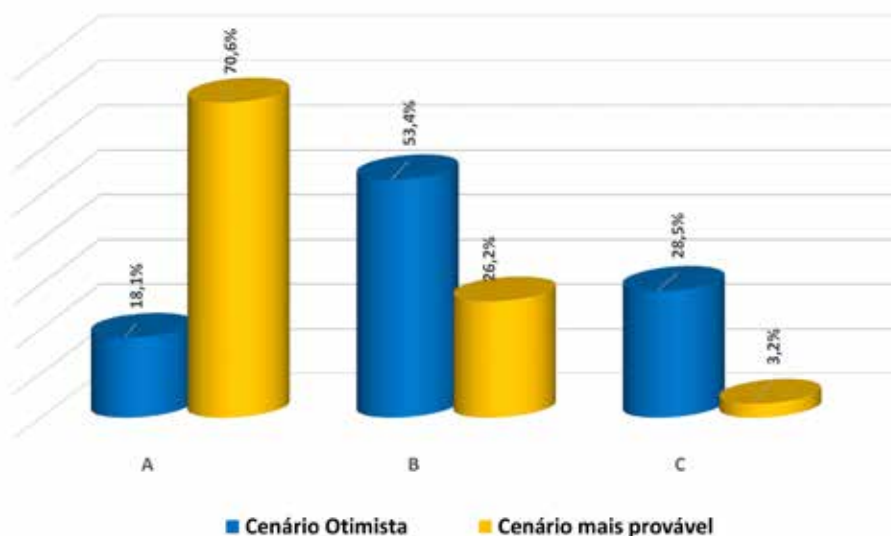
Ouvidos sobre a evolução da legislação eleitoral até o ano de 2022, numa perspectiva otimista, quase 95% dos respondentes acredita que ocorrerão ajustes na legislação eleitoral, sendo que para 33,5% deles, além dos já aprovados até março de 2018, outros ajustes serão promovidos ou por iniciativa do Congresso Nacional ou do Tribunal Superior Eleitoral. Porém, para 30,5% estes ajustes ocorrerão por meio de plebiscito ou referendo popular.

Numa perspectiva mais realista, 42,8% dos respondentes tem a percepção de que os ajustes na legislação eleitoral serão apenas pontuais, como por exemplo, a operacionalização do voto impresso. Um percentual significativo (29,3%) se mostrou mais conservador, entendendo que não ocorrerão novos ajustes na legislação eleitoral, além dos já aprovados.

3.1.15 INCERTEZA CRÍTICA 15

INCERTEZA CRÍTICA 15: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA, ATÉ 2022.		Otimista	+ Provável
A	O Brasil continuará posicionado, como atualmente, em posições acima do 60º lugar.	18,1%	70,6%
B	Haverá uma pequena melhora, permitindo que o Brasil fique posicionado entre o 50º e o 60º lugar.	53,4%	26,2%
C	Haverá uma significativa melhora, permitindo que o Brasil fique posicionado entre o 40º e o 49º lugar.	28,5%	3,2%

IC 15 - Qualidade da Educação Básica, até 2022



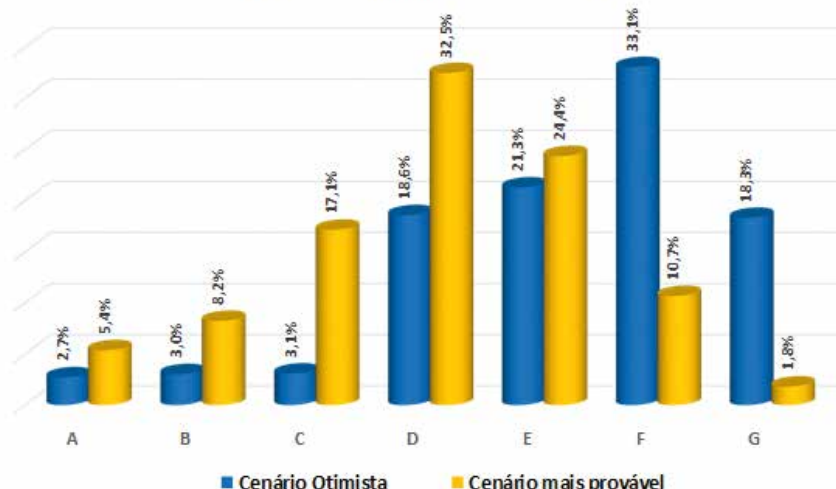
Quando questionados sobre a evolução da qualidade da Educação Básica no Brasil até o ano de 2022, numa perspectiva otimista, 53,4% das pessoas que responderam a pesquisa entendem que haverá uma pequena melhora na qualidade, permitindo que o Brasil fique posicionado entre o 50º e o 60º lugar no ranking mundial. Já para 28,5% dos respondentes esta melhora pode significar que o Brasil fique posicionado entre o 40º e o 49º lugar.

Num cenário mais realista, ou provável, a grande maioria (70,6%) tem a percepção de que não haverá melhoria na qualidade da Educação Básica no país, com o Brasil continuando a se posicionar acima do 60º lugar no ranking da Educação Básica Mundial.

3.1.16 INCERTEZA CRÍTICA 16

INCERTEZA CRÍTICA 16: EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO DE DEFESA NACIONAL, ATÉ 2022.		Otimista	+ Provável
A	Redução progressiva a taxas superiores a 5% ao ano.	2,7%	5,4%
B	Redução progressiva a taxas inferiores a 5% ao ano.	3,0%	8,2%
C	Oscilação entre redução e aumento, resultando em queda total inferior a 5%.	3,1%	17,1%
D	Manutenção do mesmo valor durante o período	18,6%	32,5%
E	Oscilação entre redução e aumento, resultando em aumento total inferior a 5%.	21,3%	24,4%
F	Aumento progressivo a taxas inferiores a 5% ao ano.	33,1%	10,7%
G	Aumento progressivo a taxas superiores a 5% ao ano.	18,3%	1,8%

IC 16 - Evolução do Orçamento de Defesa Nacional, até 2022



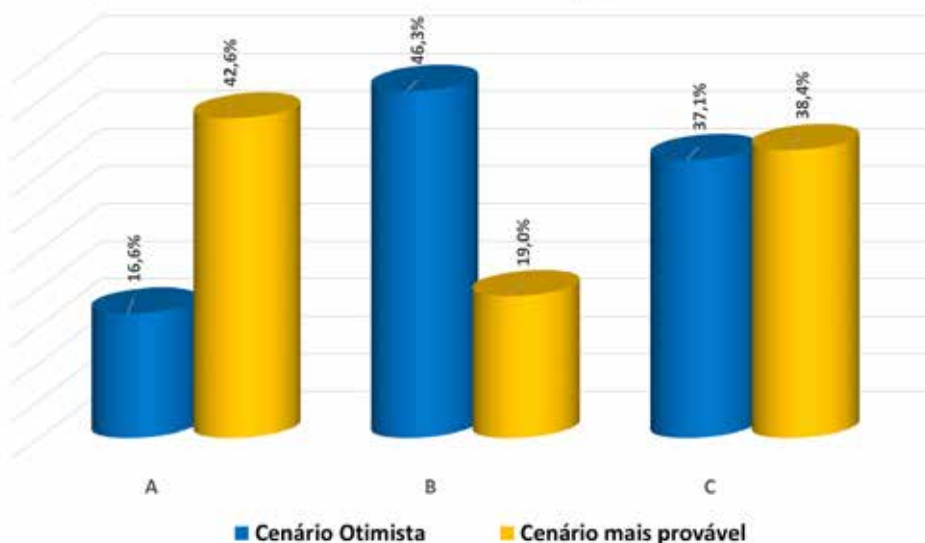
Um pouco mais da metade das opiniões dos respondentes (51,4%) na questão da evolução do orçamento de Defesa Nacional, de hoje até o ano de 2022 indica, num cenário favorável, que ocorrerá um aumento progressivo de orçamento; porém, 33,1% percebe que estas taxas serão inferiores a 5% ao ano, enquanto que 18,3% apontam para um incremento de orçamento com taxas superiores à 5% ao ano, até 2022.

Quando o cenário passa a ser o mais realista, a maioria das indicações (32,5%) foram no sentido de que o orçamento será mantido nos mesmos patamares de valor durante o período. Para 24,4% dos respondentes ocorrerá uma oscilação entre redução e aumento de orçamento no transcorrer dos anos até 2022, resultando em aumento total inferior a 5%.

3.1.17 INCERTEZA CRÍTICA 17

INCERTEZA CRÍTICA 17: EVOLUÇÃO DA CAPACIDADE MILITAR DE DISSUAÇÃO PARA REAGIR ÀS AMEAÇAS CONVENCIONAIS E ÀS NOVAS AMEAÇAS, ATÉ 2022.		Otimista	+ Provável
A	A evolução da Capacidade Militar de Dissuasão para reagir às ameaças convencionais e novas ameaças não será prioritária, em particular a execução dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas, pois não se vislumbra, a curto prazo, ameaças militares concretas e definidas, representadas por forças antagônicas de países potencialmente inimigos ou de outros agentes não estatais.	16,6%	42,6%
B	A evolução da Capacidade Militar de Dissuasão para reagir às ameaças convencionais e novas ameaças será prioritária, em particular a execução dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas, para garantir atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças, convencionais ou não, preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.	46,3%	19,0%
C	A evolução da Capacidade Militar de Dissuasão para reagir às ameaças convencionais e novas ameaças será redimensionada, em função da falta de ameaças convencionais no entorno regional, mas serão mantidos os Projetos Estratégicos que visem o combate às novas ameaças, tais como: o SISFRON, Defesa Cibernética, PROSUB, SisGAaz, Gripen NG e o KC 390.	37,1%	38,4%

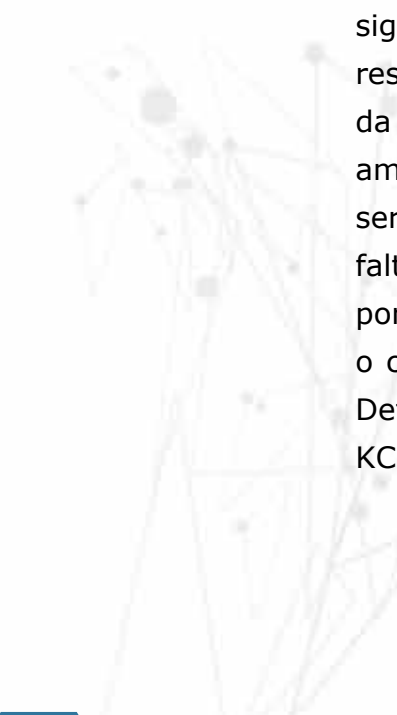
IC 17 - Evolução da Capacidade Militar de Dissuasão para reagir às ameaças convencionais e às novas ameaças, até 2022





Quando analisados os cenários mais favoráveis em relação à evolução da capacidade Militar de Dissuasão para reagir às ameaças convencionais e às novas ameaças, até o ano de 2022, 46,3% das pessoas que responderam à pesquisa entendem que essa evolução será prioritária, em particular a execução dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas, para garantir atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças, convencionais ou não, preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Porém, o mais provável (42,6% das indicações) é de que a evolução da Capacidade Militar de Dissuasão para reagir às ameaças convencionais e novas ameaças não será prioritária para o governo, em particular a execução dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas, pois não se vislumbra, a curto prazo, ameaças militares concretas e definidas, representadas por forças antagônicas de países potencialmente inimigos ou de outros agentes não estatais.

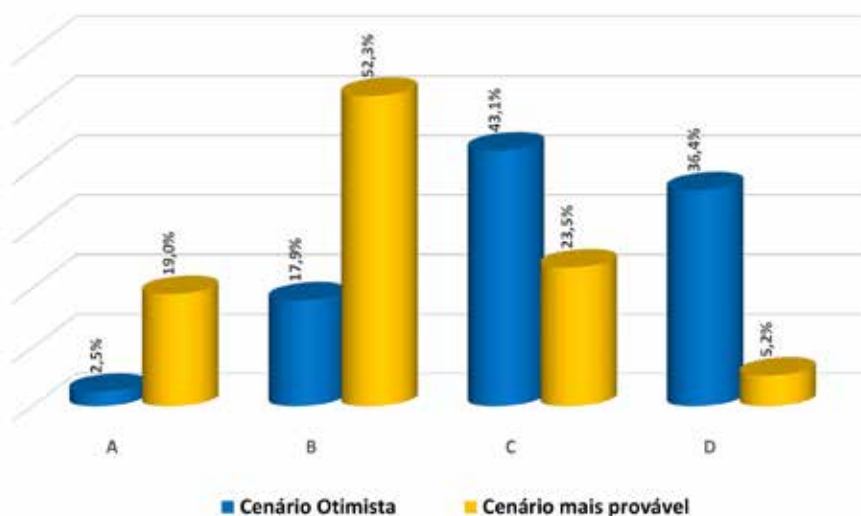


Para o desenho deste cenário provável, foi bastante significativa a percepção de 38,4% do universo de respondentes, entendendo que ocorrerá uma evolução da Capacidade Militar de Dissuasão para reagir às ameaças convencionais e novas ameaças, devendo ser redimensionada esta capacidade, em função da falta de ameaças convencionais no entorno regional, porém, mantendo os Projetos Estratégicos que visem o combate às novas ameaças, tais como: o SISFRON, Defesa Cibernética, PROSUB, SisGAAz, Gripen NG e o KC 390.

3.1.18 INCERTEZA CRÍTICA 18

	INCERTEZA CRÍTICA 18: CAPACIDADE BRASILEIRA DE DEFESA CIBERNÉTICA, ATÉ 2022.	Otimista	+ Provável
A	A Capacidade Brasileira de Defesa Cibernética será diminuída, em função da pulverização de recursos existentes e da disputa por maiores espaços institucionais pelos atores envolvidos na gestão das redes, ocasionando vulnerabilidade do sistema de segurança cibernética nacional, que inclui a proteção de dados de instituições governamentais, privadas e de cidadãos em geral.	2,5%	19,0%
B	A Capacidade Brasileira de Defesa Cibernética será mantida nos moldes atuais, apoiada na Estratégia Cibernética de Defesa e em projetos dos demais setores do Estado e da Iniciativa Privada, causando a superposição de missões institucionais e deficiência de governança do setor.	17,9%	52,3%
C	A Capacidade Brasileira de Defesa Cibernética será aperfeiçoada com a criação de uma instância nacional congênere ao CDCiber, que possa assimilar a sua experiência de coordenação e sua bagagem de conhecimentos para se colocar como o catalisador da segurança cibernética em níveis de infraestrutura e operações civis.	43,1%	23,5%
D	A Capacidade Brasileira de Defesa Cibernética será maximizada com a criação da Política Nacional de Segurança Cibernética, incluindo um Centro Nacional de Defesa Cibernética, que viabilizará o exercício da macrocoordenação do tema e propiciará a congruência dos esforços e iniciativas entre os diferentes atores do Estado e da iniciativa privada.	36,4%	5,2%

IC 18 - Capacidade Brasileira de Defesa Cibernética, até 2022





Já em relação a evolução da capacidade Brasileira de Defesa Cibernética, até o ano de 2022, num cenário mais otimista, quase 80% dos respondentes entende que haverá uma evolução desta capacidade, porém para 43,1% a Capacidade Brasileira de Defesa Cibernética será aperfeiçoada com a criação de uma instância nacional congênere ao CDCiber (atual ComDCiber), que possa assimilar a sua experiência de coordenação e sua bagagem de conhecimentos para se colocar como o catalisador da segurança cibernética em níveis de infraestrutura e operações civis. Já para 36,4%, a Capacidade Brasileira de Defesa Cibernética será maximizada por meio da criação da Política Nacional de Segurança Cibernética, incluindo um Centro Nacional de Defesa Cibernética, que viabilizará o exercício da macrocoordenação do tema e propiciará a congruência dos esforços e iniciativas entre os diferentes atores do Estado e da iniciativa privada.

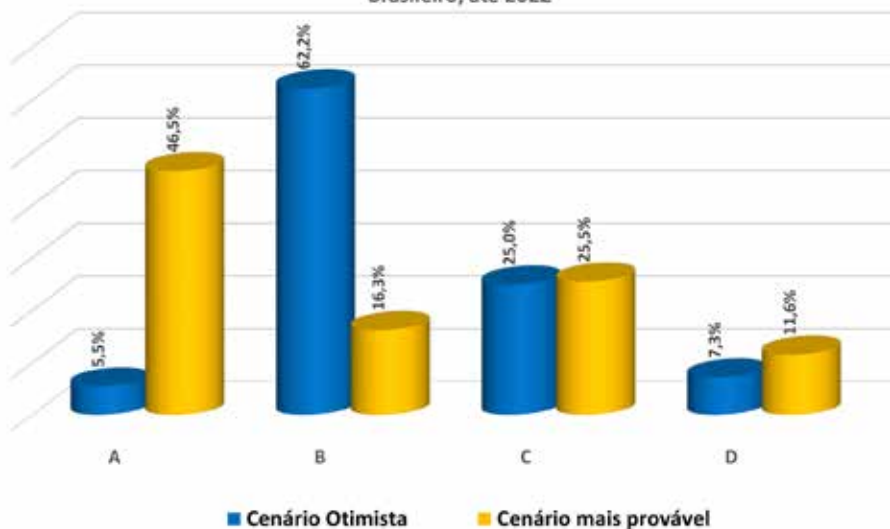
Agora, para um cenário mais realista, é provável — para a maioria dos respondentes (52,3%) — que a Capacidade Brasileira de Defesa Cibernética será mantida nos moldes atuais, apoiada na Estratégia Cibernética de Defesa e em projetos dos demais setores do Estado e da Iniciativa Privada, causando a superposição de missões institucionais e deficiência de governança do setor.



3.1.19 INCERTEZA CRÍTICA 19

INCERTEZA CRÍTICA 19: EVOLUÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO PROTEGER, DESENVOLVIDO PELO EXÉRCITO BRASILEIRO, ATÉ 2022.		Otimista	+ Provável
A	O Programa será mantido nas atuais condições, sem a criação de programas semelhantes nas demais Forças Armadas.	5,5%	46,5%
B	O Programa será ampliado, visando a atender também às demandas de segurança das Infraestruturas Críticas Portuárias, Marítimas e Aeroportuárias.	62,2%	16,3%
C	O Programa não será ampliado e serão criados programas semelhantes na Marinha e na Força Aérea visando a atender às demandas de segurança das Infraestruturas Críticas Portuárias, Marítimas e Aeroportuárias.	25,0%	25,5%
D	O Programa será desativado no Exército Brasileiro e criado no Ministério da Defesa para atuação <i>ad hoc</i> , de maneira integrada e pontual das Forças Armadas, em atendimento às demandas de segurança das Infraestruturas Críticas do País.	7,3%	11,6%

IC 19 - Evolução do Programa Estratégico PROTEGER, desenvolvido pelo Exército Brasileiro, até 2022



Na questão da evolução do Programa Estratégico PROTEGER, desenvolvido pelo Exército Brasileiro, até o ano de 2022, a maioria dos respondentes entende que, num cenário mais favorável, o Programa deverá ser ampliado, buscando atender também às demandas de segurança das Infraestruturas Críticas Portuárias, Marítimas e Aeroportuárias.



Já para um cenário mais provável, grande parte dos respondentes (46,5%) percebe que, até o ano de 2022, o Programa será mantido nas atuais condições, sem a criação de programas semelhantes nas demais Forças Armadas. Entretanto, parcela significativa dos respondentes tem a percepção de que o Programa não será ampliado, porém serão criados programas semelhantes na Marinha e na Força Aérea, visando a atender às demandas de segurança das Infraestruturas Críticas Portuárias, Marítimas e Aeroportuárias.

A collage of several hexagonal images showing business-related scenes: hands shaking, hands pointing at documents, a hand holding a pen over a graph, and a hand pointing at a screen. Some hexagons are solid blue or black, while others contain the images.

4

CENÁRIO REFERÊNCIA

Explicações necessárias

A large, light gray wireframe sphere composed of many interconnected lines, resembling a globe or a complex network, positioned on the left side of the page.

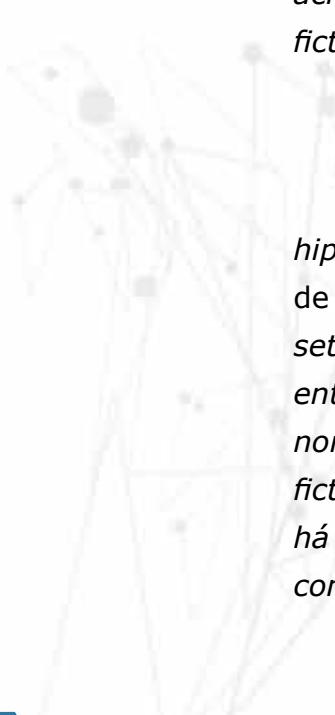
O Cenário Referência foi esquematizado e analisado com base nas hipóteses mais prováveis, segundo o universo de 132 pessoas que responderam toda a Consulta Águres. Em caso de “empate técnico” — quando duas ou mais hipóteses receberam percentuais semelhantes de respostas por parte dos consultados — os cenaristas buscaram descrever um meio-termo ou, quando cabível, um somatório de situações, buscando interpretar fielmente as percepções apontadas pelo público respondente.



Acurados exames realizados pela equipe de consultores permitem afirmar que não houve inconsistências na combinação das hipóteses indicadas pelos respondentes como mais prováveis e, portanto, o Cenário Referência decorrente dessas combinações é bastante consistente. Isso ocorreu porque as análises morfológicas relativas às incertezas — que redundaram nas hipóteses correspondentes — foram eficazmente elaboradas. Além disso, deve-se levar em conta os adequados atributos do público respondente. Finalmente o êxito na consistência do Cenário Referência é decorrente, também, aos “empates técnicos” indicados pelos respondentes, ampliando o leque de opções. Todavia, se, por um lado, esse fator proporciona consistência, por outro amplia as indefinições, tornando o futuro ainda mais incerto.

A sequência de descrição das hipóteses partiu das Incertezas Críticas de cunho econômico, consideradas de grande motricidade, ou seja, cuja ocorrência influencia bastante as demais. A partir daí, a narrativa buscou um encadeamento fluido de assuntos e ideias, acrescentando, quando pertinente, outras ocorrências fictícias.

Contextualização



O Cenário Referência foi descrito como uma hipotética entrevista publicada pela “Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais”, em setembro de 2022, posicionando entrevistador, entrevistado e leitores no horizonte temporal. Como é normal, os nomes do entrevistado e do repórter são fictícios, bem como da maioria das ocorrências. Mas há também uma mescla com fatos já ocorridos, dando consistência à narrativa.

ENTREVISTA

Térbio de Germâno

O GOVERNO ENTENDEU QUE NÃO HÁ AMEAÇAS MILITARES CONCRETAS E DEFINIDAS

Térbio de Germâno, de 54 anos, coordena o setor de análise da conjuntura do Instituto de Estratégia Rutênio Paládio, que ajudou a fundar há cerca de uma década. Formado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco, é doutor em Filosofia Política pela Universidade Sorbonne, na França. Recentemente coordenou um trabalho com quinze especialistas de diversas áreas do conhecimento, como administradores, militares, cientistas políticos, sociólogos e economistas, para traçar um perfil da evolução sociopolítica e econômica do Brasil, nos últimos quatro anos.

Após o evento de lançamento do estudo, na semana passada, o Dr. Térbio concedeu entrevista para a repórter Vanádia Rutherforddio, da Revista Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais.

ENTREVISTA: O Brasil está em recuperação econômica?

DR.TÉRBIO DE GERMÂNIO: O crescimento modesto econômico do PIB observado nos últimos quatro anos (média de 1,9% ao ano) mostra que devemos ter cautela ao analisar a recuperação da economia brasileira. A balança comercial parece se descolar do cenário de estagnação e pode mostrar alguma reação até o final deste ano de 2022, apresentado alguns bons resultados, principalmente nos números do agronegócio.

A divulgação do resultado do PIB do primeiro semestre, em 1 de setembro deste ano, comprova que o setor agrícola (obs: exportações, historicamente, tem pouca relevância no PIB) brasileiro puxadas pelo agronegócio apresentaram resultados bastante satisfatórios, com um crescimento de 2,7% em comparação primeiro semestre de 2021. Esse resultado permite dizer que no caso de se excluírem o setor agrícola (obs: exportações, historicamente, tem pouca relevância no PIB) da base de cálculo do PIB, o crescimento econômico do país nos últimos quatro anos ficaria próximo de zero, ou seja, o setor agrícola continua sendo essencial para o crescimento do PIB, contrapondo-se aos demais setores, que não tem

apresentando bons resultados, desde a crise que o país enfrentou a partir do ano de 2015.

ENTREVISTA: Quais os motivos desta recuperação econômica tão lenta?

DR.TÉRBIO DE GERMÂNIO - Eu diria que existem vários fatores que contribuíram para este período de estagnação econômica. Um deles é o crescimento da dívida pública interna, que nos últimos quatro anos aumentou e agora está em cerca de 86%, não tendo este governo, no período de 2018 até hoje, a capacidade de comandar um processo estruturado de corte de gastos, além de ter enfrentado um Congresso com uma configuração que pouco mudou nas últimas legislaturas, prejudicando o sucesso em orquestrar os ajustes necessários às questões previdenciárias, conquistando apenas parcialmente algumas vitórias. Isso, continuou comprometendo o caixa da União.

Vale lembrar que nossa carga tributária é enorme, chegando a 36% do PIB, porém, mesmo com esse imenso volume de recursos, o governo não é capaz de oferecer bons serviços e adequada infraestrutura, fazendo com que a classe empresarial invista menos,



o que acarreta na baixa arrecadação em relação às expectativas, levando à redução da capacidade de crescimento e da geração de novos empregos.

A máquina pública ainda é muito onerosa e as políticas de concessões e de desestatização ocorrem em um ritmo muito lento, com forte interferência dos órgãos de controle. Diante disso, como investir em infraestrutura? Como investir em pesquisa, desenvolvimento, qualificação de pessoal, etc.?

Veja os índices de desemprego dos últimos anos. Não tenha dúvida que parte da culpa é da pouca qualificação da mão de obra, que induz a redução da produtividade, principalmente dos segmentos industriais e de serviços. O governo e o parlamento pouco fizeram para estagnar esta sangria de recursos, em modernizar a máquina pública e promover projetos e políticas públicas realmente estruturantes.

ENTREVISTA: Mas as taxas de desemprego nos últimos quatro anos ficaram em 10% em média, este não é um bom número?

DR.TÉRBIO DE GERMÂNIO - Eu diria que em relação ao panorama anterior o número é aparentemente melhor, mas 10% como taxa de desemprego ainda significa que

precisamos que evoluir. Veja bem, a reforma trabalhista instituída a partir de 2017, de certa maneira abriu espaço para a formalização das relações de trabalho, tirando muita gente da informalidade e estabelecendo novos parâmetros nestas relações, uma vez que garantiu mais segurança jurídica para empregado e empregador. Isso refletiu positivamente nos índices, mas não significa um aumento na qualidade da capacidade técnica desta mão de obra. O ideal seria que melhores índices de empregabilidade estivessem atrelados a um melhor perfil profissional do empregado, pois isso é a força motriz de maior produtividade e de crescimento econômico estruturado.

ENTREVISTA: A melhor qualidade da mão de obra voltada para o mercado tem relação com uma educação de qualidade ofertada pelo Estado. Estamos no rumo certo com as medidas para área de educação no país?

DR.TÉRBIO DE GERMÂNIO - Certamente que com educação de qualidade abrem-se os caminhos para uma formação técnica e profissional de mais qualidade e focada realmente na demanda futura do mercado de trabalho.



O Brasil continua patinando nesta área, ocupando acima do 63º lugar no ranking do Programa Internacional de Avaliação Escolar (PISA), entre os 75 países que se submeteram à avaliação, com baixos desempenhos na área de ciências, matemática e leitura.

O governo eleito no ano de 2018 não teve a capacidade de dar uma injeção de ânimo na área da educação, seja ela básica ou superior, fato que pode ser comprovado pelas diversas manifestações de classe de educadores, muitas vezes apoiada pelos próprios estudantes.

É evidente que recursos são necessários e essenciais para mudança no patamar qualitativo da educação brasileira, mas não posso deixar de mencionar o despreparo dos gestores públicos na condução da política educacional do país, que continuam insistindo numa carga horária minimalista, na falta de uma política de aprimoramento e atualização dos conhecimentos dos professores, na desconexão dos currículos escolares com a realidade nacional e, principalmente, de uma política estruturante voltada para inserção dos jovens no mercado de trabalho no futuro.

Os últimos quatro anos foram perdidos na área de educação e espero que para as eleições deste ano de 2022 o eleitorado provoque uma real mudança, fazendo com que os

poderes legislativo e executivo federal e estaduais sejam compostos por pessoas que estejam sensibilizadas com a questão da educação e abracem a causa, promovendo uma educação mais inclusiva, moderna e integrada com a família e a sociedade brasileira.

ENTREVISTA: Então a renovação no parlamento brasileiro nas eleições de 2018 não foi suficiente para dar conta das políticas estratégicas para o país?

DR.TÉRBIO DE GERMÂNIO - Esperava-se um grau de renovação maior, no entanto, nas eleições de 2018 esta renovação não atingiu 50% das cadeiras. Quem dera tivéssemos mais de 80% do legislativo e executivo com caras novas. Provavelmente, com sangue novo na política, os velhos conchavos políticos seriam mitigados, mas isso não ocorreu, continuamos a presenciar o velho “toma lá, dá cá”. Com isso, grupos e partidos predominantes permanecem no poder, com acesso aos meios de controle de recursos públicos e de priorização de políticas, visando a sua autopromoção.

Devemos lembrar que em 2018 havia um quadro de grave crise política e de representação, aliado a um sentimento de indignação que parecia levar o eleitor a provocar um



processo de renovação consistente, nos parlamentos e no executivo. Porém, o que se viu foi uma grande parte dos eleitores optarem por continuar com os mesmos representantes. Posso dizer que este baixo índice de renovação foi influenciado pelas dificuldades de financiamento de campanha para os novos postulantes, em função das regras impostas para aquela eleição.

ENTREVISTA: A legislação eleitoral contribui para este cenário?

DR.TÉRBIO DE GERMÂNIO - Eu diria que interferiram, sim. Para uma efetiva mudança do perfil do parlamento e do executivo seriam necessárias mudanças mais profundas na legislação eleitoral. Mas o que vimos foram mudanças "cosméticas, que ajudaram a manter no poder grande parte do grupo que ali estava. Para estas eleições de 2022, as alterações na legislação continuaram a ser pontuais, exceto no que se refere à operacionalização do voto impresso, cuja Lei foi rejeitada pelo STF em 2018. Foi preciso uma grande manifestação popular como a de 2020, para que o voto impresso viesse a ser implantado, para este ano.

ENTREVISTA: Os eleitos em 2018 não tiveram força para promover o processo de privatização?

DR.TÉRBIO DE GERMÂNIO - O resultado da política de privatização foi muito tímido, pois no período entre 2018 e 2021 o governo federal arrecadou pouco mais R\$ 15 bilhões com as privatizações, quando o previsto eram R\$ 44 bilhões.

Além dos aspectos estruturais, com as estatais gerindo um patrimônio sucateado — a exemplo de muitas estradas e ferrovias — vimos também a falta de consenso, por parte do governo, com ministros tendo posições diversas sobre o tema, uns com firme interesse em deflagrar o processo de privatização e outros criticando. Esta falta de coordenação afeta a imagem do governo e mostra que não tem unidade, refletindo em sinais confusos para o mercado, que afugentam investidores. Então, de certa maneira, o governo eleito não soube conduzir de maneira célere e coordenada o processo de privatização, nos últimos anos.

ENTREVISTA: A falta de coordenação no governo também foi uma das causas do desempenho modesto obtido pelas Parcerias Público-Privadas?

DR.TÉRBIO DE GERMÂNIO - A ampliação do número de PPP tem um viés mais administrativo do que político. Veja que os analistas mais



otimistas diziam que os contratos de PPP garantiriam, já neste ano de 2022, investimentos privados alcançando um patamar próximo à R\$ 80 bilhões. Entretanto, as projeções mostram que poderemos chegar em dezembro com pouco mais de R\$ 50 bilhões de investimentos privados em PPP. Não é um resultado ruim.

Apesar da fragilidade que o executivo tem demonstrado ante aos assuntos de interesse nacional, muitas vezes pela interferência do legislativo, nestes últimos quatro anos foi necessário um esforço adicional para superação dos principais desafios que se apresentaram para as PPP brasileiras, principalmente na superação da insegurança jurídica para o parceiro privado. A administração pública federal lançou mão de consultas jurídicas ao STJ, que levaram maior tranquilidade ao administrador em promover contratos de PPP, que hoje são mais equilibrados nos quesitos direitos e deveres dos parceiros, mitigando assim os riscos para o setor privado, ao mesmo tempo que proporcionou maior previsibilidade ao fluxo de caixa futuro dos projetos e despertou o interesse de novas fontes de financiadoras.

ENTREVISTA: E quanto aos recursos naturais brasileiros? O governo ainda não despertou para a importância do controle de recursos naturais estratégicos?

DR. TÉRBIO DE GERMÂNIO - A coisa anda muito solta nesta questão. O que se vê é uma omissão geral, que pode ser por incompetência ou interesse. Nos últimos anos, a importância dos recursos energéticos de origem marítima, o petróleo e o gás natural, vem se tornando cada vez mais estratégica para autonomia energética brasileira e, principalmente, na questão da soberania brasileira sobre as jazidas na camada Pré-Sal. Outro ponto relaciona-se à defesa das riquezas naturais da região da Amazônia, que cada vez mais se torna uma das tarefas mais complexas para as Forças Armadas do Brasil.

O nosso governo deveria empreender ações no sentido de assegurar a segurança energética nacional e a segurança para acesso aos recursos naturais das mais diversas formas. Porém o que se viu no período deste governo foi um aumento do acesso clandestino aos recursos naturais brasileiros, em parte motivada por pressão diplomática para concessão de exploração de recursos em moldes mais vantajosos para as potências externas, além de ações



encobertas para acesso clandestino direto aos recursos, por parte de ONGs internacionais.

ENTREVISTA: Com relação à energia elétrica, ao que parece o mercado livre de energia está estagnado na casa dos 30% há praticamente meia década. O que falta para este mercado evoluir?

DR.TÉRBIO DE GERMÂNIO - O mercado livre de energia elétrica no Brasil foi criado em 1995 e tinha como finalidade estimular a livre concorrência na produção, transmissão e distribuição de energia. Esta modalidade também visa a diminuir a existência de empresas monopolistas e consumidores cativos, proporcionando negociações na Câmara de Comércio de Energia Elétrica – CCEE.

Na Europa existem diversos países que atingiram 100% do livre mercado de energia e nos Estados Unidos este percentual superou os 80% em 2021.

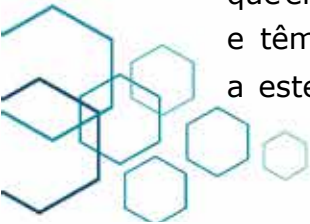
Porém, no Brasil, prevalece o entendimento de que a migração de clientes cativos para o mercado livre causa prejuízo às distribuidoras (grande parte delas estatais) devido ao fato de que elas comprem energia das geradoras e têm menos clientes cativos. Devido a este risco de prejuízos, o governo

baixou normativos que desobrigam as distribuidoras de renovar a contratação de energia em excesso, jogando o prejuízo para as geradoras. Além disso, vem empreendendo ações que dificultam a liberação dos consumidores para o mercado livre.

ENTREVISTA: Olhando o Brasil para dentro, percebe-se várias fragilidades como as aqui apresentadas. E olhando do Brasil para fora, a política exterior e de defesa são adequadas?

DR.TÉRBIO DE GERMÂNIO - Veja que até agora, setembro de 2022, não tivemos guerra interestatal na América do Sul, em parte em função do fortalecimento das capacidades dissuasórias brasileiras. Lembre-se que o interesse e a presença externa na América do Sul continuam crescendo, porém estamos mantendo a capacidade atual de autonomia relativa brasileira e o equilíbrio regional. Os processos de integração regional vêm evoluindo nos últimos quatro anos, ainda que em termos formais e com acordos de baixa envergadura, porém foram retomadas as reuniões da ZOPACAS e da UNASUL, mesmo que sem assinatura de acordos substanciais.

O ponto fraco provavelmente seja a postura do Brasil ante a crise Venezuelana. A guerra civil iniciada em 2020 é resultado da degradação da qualidade de vida da população, do colapso energético, do



acionamento de alimentos e da violência. Tudo isso aprofunda a crise e materializa a tragédia dos migrantes que deixam o país, incluindo o Brasil como uma das principais rotas de fuga, gerando graves problemas sociais para os estados de Roraima e do Amazonas.

O Brasil, articulado com outros países da região e organismos internacionais, participa da assistência humanitária e das Forças de Paz de modo ainda tímido, terminando por prolongar o conflito.

ENTREVISTA: Em relação à capacidade militar do Brasil, avançamos muito nestes últimos 4 anos?

DR.TÉRBIO DE GERMÂNIO - As capacidades militares brasileiras ainda possuem um *gap* significativo frente às grandes potências ou mesmo potências médias, ou seja, não estamos adequadamente preparados para dar uma resposta militar a eventuais ataques convencionais ou não à nossa soberania em mar, terra ou pelo ar.

A evolução da Capacidade Militar de Dissuasão para reagir às ameaças convencionais e novas ameaças não foi prioritária, em particular a execução dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas, uma vez que este governo entendeu que não há ameaças militares concretas e definidas, representadas por forças antagônicas de países potencialmente inimigos ou de outros agentes não estatais. O reflexo disso é a estagnação do Orçamento de Defesa Nacional neste período.

Com o orçamento restrito o Programa Estratégico de Defesa Cibernética Nacional não decolou, comprometendo a qualificação de pessoal para lidar com ameaças cibernéticas, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento nesta área dentre outras ações estratégicas. O Programa Estratégico PROTEGER, desenvolvido pelo Exército Brasileiro, também permanece nas mesmas condições que no ano de 2018.

ENTREVISTA: O Brasil pode vir a ter um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas?

DR.TÉRBIO DE GERMÂNIO - O Brasil integra o chamado "G4" e há mais de uma década vem se articulando com outros países membros da ONU no sentido da ampliação do número de cadeiras no CSNU. Porém, as negociações não avançaram nos últimos anos, minando a pretensão do país em se tornar um novo membro permanente, com direito a veto.

A ONU permanece como o principal organismo de governança do sistema internacional, sendo efetivamente controlada pelos países que possuem o poder de veto no Conselho de Segurança (CSNU). Mas, devido aos novos paradigmas sistêmicos e o surgimento de novos polos de poder mundial, a importância da ONU tem sido constantemente questionada.



5

CENÁRIO OTIMISTA

Explicações necessárias

O cenário Otimista tem como base de informação as hipóteses mais otimistas — sem serem utópicas — indicadas pelos 132 respondentes que completaram a Consulta Águres. A combinação dessas hipóteses segue a mesma lógica de causa e efeito utilizada para elaboração de Mapas Estratégicos, originários da metodologia Balanced Scorecard.

As análises realizadas pela equipe de consultores permitem afirmar que não houve inconsistências na combinação das hipóteses indicadas pelos respondentes como mais otimistas, indicando um cenário sólido e bastante factível.

No intuito de tornar a leitura mais agradável e atrativa, o Cenário Otimista foi elaborado na forma de uma série de matérias fictícias, publicadas em 2022 no blog do ISAPE – O Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE), organização sem fins lucrativos

voltada à realização de pesquisa, ensino e consultoria nas áreas de Relações Internacionais e Estudos Estratégicos. O Instituto busca ampliar a inovação no estudo da guerra e do cenário internacional mediante a integração de temas correlatos, tais como: Política e Segurança Internacionais, Integração Regional, Economia, Direito, Administração, Tecnologia, Filosofia e Religião. O ISAPE tem sede em Porto Alegre e conta com o apoio de pesquisadores com formação em diferentes áreas do conhecimento. Tem como missão auxiliar a elaboração de políticas públicas no Brasil e no exterior, voltadas para a promoção da soberania, da cidadania, do desenvolvimento sustentável e da Integração Sul-Americana.

A sequência de descrição das hipóteses relativas às Incertezas Críticas para o Cenário Otimista é diferente das sequências adotadas para o Cenário Referência e para o Cenário Fora da Concha. Neste caso, partiu-se daquelas consideradas mais importantes pelos respondentes da Consulta Áugures, com pequenas variações que possibilitaram uma sequência lógica para a narrativa.

O CENÁRIO OTIMISTA



isape.org.br

Este site tem a função de divulgar notícias e artigos científicos na área de Relações Internacionais, especialmente na subárea de Estudos Estratégicos. Para isto está dividido em três tipos de seções.

O primeiro tipo, disponível logo no início do acesso ao blog, é composto por textos conjunturais,

publicados diariamente em um dos quatro idiomas principais (Português, Inglês, Espanhol e Francês). Trata-se de notícias e artigos completos, publicados em jornais, blogs ou revistas de notoriedade nacional e internacional, que possuam relevância para o Brasil e para seus vizinhos sul-americanos.

O segundo tipo de seção é o ISAPE Debate. Nele há textos produzidos pela equipe do ISAPE, após discussão aberta para a comunidade, sobre diversos temas da agenda internacional.

Por fim, há a seção dos livros publicados pela editora do instituto. Nela é possível encontrar as versões digitais (e-books) deles.

CONJUNTURA DIPLOMÁTICA, ECONÔMICA E POLÍTICA BRASILEIRA

Confira aqui o encarte eletrônico **A Conjuntura Brasileira, Nacional e Internacional**, às Vésperas das Eleições de 2022. Esperamos que os conteúdos possam servir de motivo de reflexão para o eleitor brasileiro.

Fruto de trabalhos de pesquisa junto a especialistas, os textos descrevem a evolução econômica, política e social brasileiras especialmente nos últimos cinco anos, cobrindo o mandato do governo eleito em novembro de 2018 e lançando um olhar sobre os acontecimentos que envolveram a nação brasileira, tanto dentro do país quanto no exterior. Foi um período de grandes mudanças e avanços que, muitos nem suspeitam, começaram há poucos anos, quando o País saía de uma grave crise institucional e de liderança.

São seis matérias de cunho jornalístico, versando sobre temas que mais influenciaram o Brasil nesses últimos anos, tais como reforma política eleitoral, reestruturação do papel econômico do estado,

comportamento macroeconômico, qualidade da educação, atuação geopolítica do Brasil e projeção militar nacional. Com o intuito de provocar debates e reflexões, os trabalhos serão lançados na forma de um encarte eletrônico, fácil de imprimir e reproduzir.

A CONJUNTURA BRASILEIRA, NACIONAL E INTERNACIONAL, ÀS VÉSPERAS DAS ELEIÇÕES

Evolução Política Via Voto

Muito dos fatos ocorridos durante os últimos quatro anos e meio podem ter suas raízes localizadas nas mudanças realizadas nas eleições de 2018. Ao longo das eleições realizadas nos 24 anos anteriores à de 2018, a taxa média de renovação, na Câmara girava em torno de 50%. Contudo, em 2018 cerca de 68% das cadeiras legislativas foram ocupadas por estreantes na casa. Além disso, é possível afirmar que houve, também, uma mudança qualitativa, para melhor.

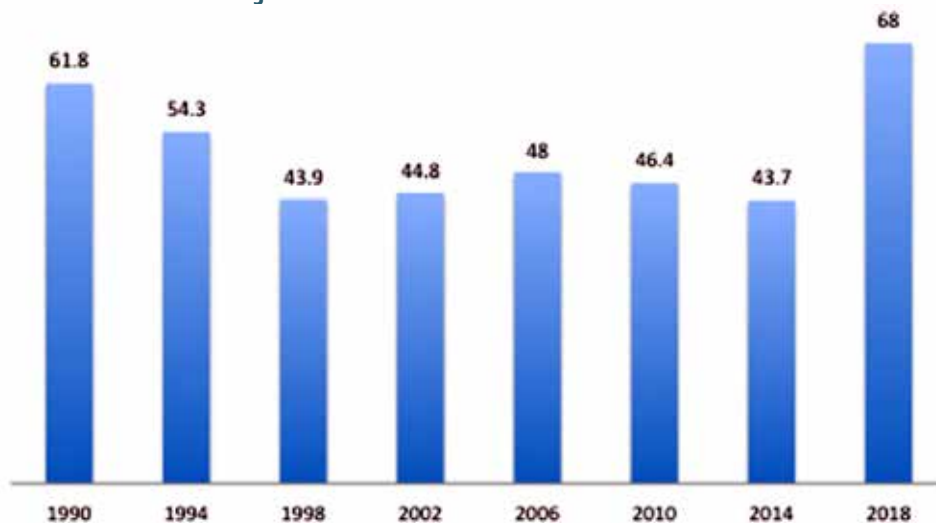
Temas que antes apresentavam sérias dificuldades para a reformulação do marco legal, como a reforma da previdência, privatizações e parcerias público-privadas (PPP) obtiveram mudanças relativamente rápidas, no sentido de diminuir o *deficit* público e promover o equilíbrio orçamentário.

A legislação eleitoral também obteve mudanças relevantes. A adoção do voto distrital misto, aprovado em 2017, foi mantido e deve ser testado, pela primeira vez, neste outubro de 2022. Essa mudança explica muito do comportamento dos parlamentares eleitos pelo antigo modelo de voto proporcional.



Cientes da necessidade de proximidade com os cidadãos dos distritos eleitorais, os parlamentares passaram a votar primordialmente em função das necessidades das bases de relacionamento. Em muitos distritos, foi possível observar uma opinião pública majoritariamente de tendência liberal, facilitando a aprovação desses novos marcos legais.

RENOVAÇÃO PARLAMENTAR – 1990-2018



Fonte: DIAP⁹ e Instituto Sagres

REESTRUTURAÇÃO DO PAPEL PRODUTIVO DO ESTADO

Com as mudanças do marco legal aprovadas pelo Congresso Nacional, o Executivo Federal conseguiu construir um modelo de privatização que dificultou as ingerências políticas e aumentou consideravelmente a segurança jurídica, facilitando a transparência e possibilitando uma série de privatizações bem-sucedidas, logo nos primeiros anos do governo.

Com isso, cerca de 75% dos R\$ 44 bilhões previstos para serem arrecadados ao longo do processo de privatização foram recebidos nos dois primeiros anos de governo. Esse fato, somado ao processo de investimento direto na modernização das empresas privatizadas,

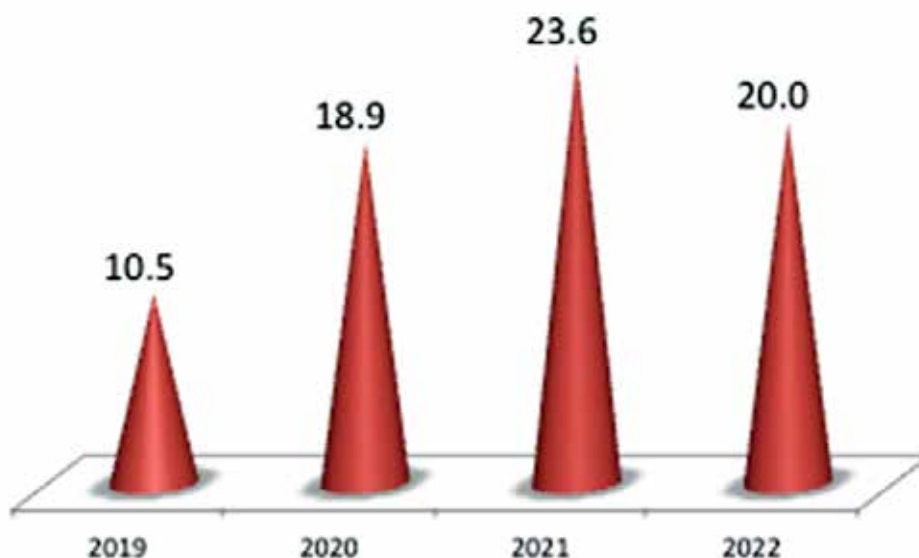
⁹ Fonte: DIAP. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/10/1931325-nova-lei-devera-tornar-mais-dificil-renovacao-da-camara.shtml>

acarretaram em mudanças positivas nas expectativas dos investidores e tiveram forte impacto no crescimento econômico do país.

Da mesma forma, o processo de parcerias público-privadas (PPP) obteve apoio político para uma modelagem que permitisse mitigar os riscos de engenharia, financeiros e legais, possibilitando um modelo de precificação tecnicamente defensável e transparente. As PPP proporcionaram uma arrecadação estatal de R\$ 73 bilhões, entre 2019 e 2021.



VALOR DOS CONTRATOS COM PPP (R\$ BILHÕES)

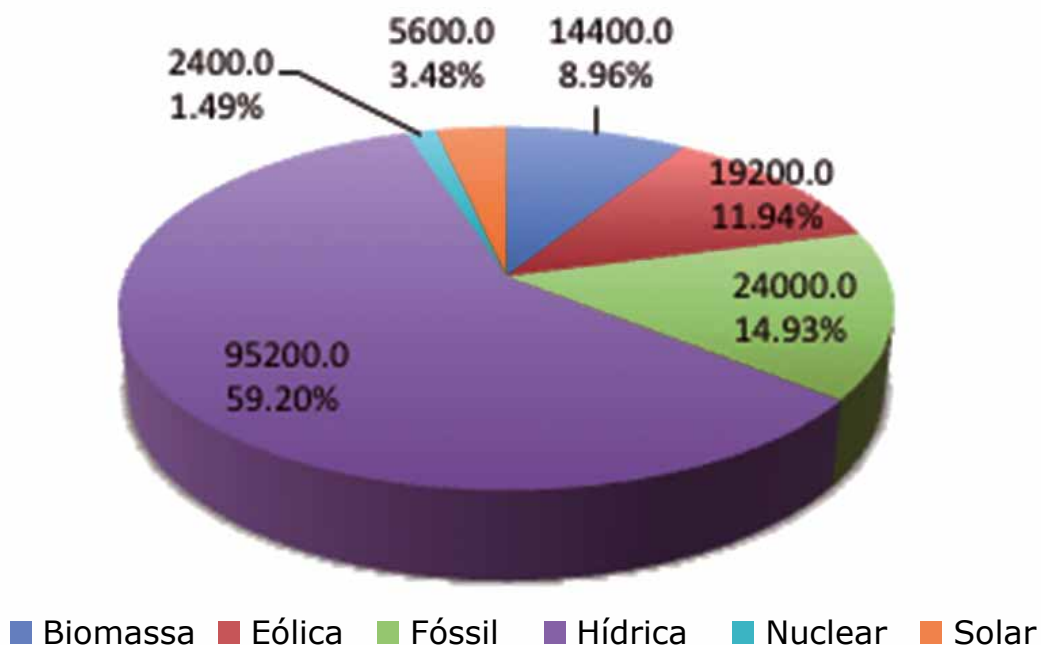


Fonte: Instituto Sagres.

No mesmo sentido das privatizações e das PPP, houve a reformulação da regulamentação quanto ao consumo de energia. Enquanto no início do governo, menos de 30% do consumo tinha seu preço controlado, hoje pouco mais de 50% tem tarifas livremente negociadas em ambiente de contratação livre – ACL.

Duas forças atuaram para que a contratação livre crescesse no Brasil. A incorporação de consumidores à ACL e o crescimento das geração distribuída por meio de biomassa, eólica e solar.

MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA – 2022 (MW)



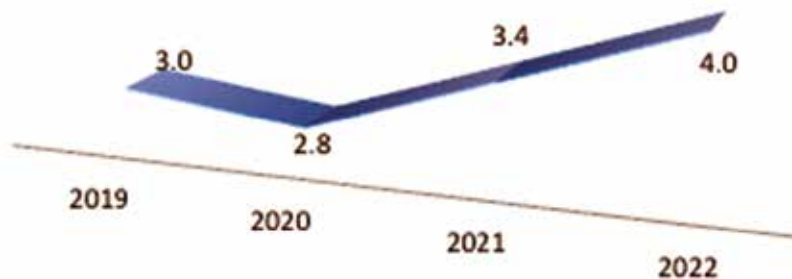
Fonte: Instituto Sagres

CRESCIMENTO ECONÔMICO

No último quadriênio, o crescimento médio brasileiro do PIB esteve próximo do potencial estimado pelos analistas: 3,3%. As perspectivas apontam para um desempenho melhor, após a série de reformas estruturantes empreendidas nos últimos anos. Para este ano de 2022 é estimado um crescimento na ordem de 4%, caso sejam confirmados os investimentos privados estrangeiros já anunciados.



EVOLUÇÃO DO PIB



Após as eleições, uma série de fatores contribuíram para elevar o PIB potencial, com destaque para a superação da crise de representatividade e o apoio do Congresso às medidas pró-investimento privado.

O intenso processo de modelagem do marco legal, das PPP e das privatizações, ao longo de 2019, teve reflexos amortecedores no crescimento de 2020 que subiu apenas 2,8%. Superados os obstáculos aos investimentos ainda em 2019, o crescimento foi retomado com força a partir de 2021 e deve chegar a 4,0% em 2022.

O crescimento econômico e a reestruturação da função produtiva do estado em direção a uma função reguladora geraram reflexos positivos nas demais variáveis macroeconômicas do país. Ao longo dos últimos quatro anos, a dívida pública caiu de 76,1% do PIB para os atuais 68,6%. A carga tributária recuou de 35% do PIB para 30%.

No mesmo diapasão, desemprego está a 6,5% da PEA. Embora essa seja uma notícia alvissareira, o Brasil já começa a sentir escassez de mão de obra qualificada, devido à defasagem educacional da população. A demanda por trabalhadores com formação técnica e superior não tem sido atendida no volume demandado. Por outro lado, um contingente grande de trabalhadores não qualificados têm dificuldade de encontrar emprego, impedindo uma queda mais acentuada da taxa de desemprego.

EDUCAÇÃO AINDA É NOSSO MAIOR PROBLEMA

Se houve uma grande evolução, nos últimos anos, em termos políticos, institucionais e econômicos, o mesmo não pode ser dito quanto à educação. Em 2015, éramos o 62º de 69 países avaliados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA, em inglês). Uma pequena melhora nos permitiu ocupar, em 2021, a 58ª posição. Este efeito merece comemorações, uma vez que quatro anos seja pouco tempo para que as mudanças educacionais surtam efeito.

Ano	Leitura	Ciências	Matemática
2006	393	390	370
2009	412	405	386
2012	210	405	391
2015	407	401	377
2018	409	397	362
2021	413	404	389

Fonte: OCDE e Escola de Sagres

Ainda não há, por parte do governo, um plano de qualificação dos professores da educação básica capaz de introduzir em sala de aula as técnicas necessárias para que alunos aprendam a ler, escrever e calcular na idade correta e com a qualidade planejada. Os equipamentos e materiais didáticos também não caminham para esses objetivos.

Além disso, continua a disputa em torno do papel social da escola e da educação. Muito dos profissionais da área têm como missão a construção uma consciência política e ideológica nos alunos — papel crescentemente rejeitado pela sociedade. Outro item em disputa social são os currículos escolares. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ainda encontra fortes resistências de alguns setores, que clamam por maior autonomia e liberdade de cátedra.



O BRASIL OCUPOU SEU LUGAR COMO LÍDER REGIONAL NA AL

Embora tenha buscado acordos bilaterais e regionais em termos comerciais por todo o mundo, foi por meio da atuação junto aos vizinhos do entorno estratégico que o Brasil alcançou o maior êxito na geopolítica internacional. O País, junto com os demais parceiros, aprofundou o processo de união aduaneira do Mercosul, diminuindo em 30% os itens das listas nacionais de exceções à tarifa externa comum, bem como diminuiu pela metade as barreiras não tarifárias intrabloco.



Tais fatos criaram o ambiente favorável para que, no ano passado (2021) os países membros aprofundassem a cooperação na área de Defesa. A partir deste ano, parte dos exercícios de defesa passaram a ser executados rotineiramente em comum. Essa cooperação e intensas negociações diplomáticas permitiram que o conceito de Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) avançasse junto aos demais países da América Latina, Caribe e África.

Durante a Conferência realizada em março do corrente ano (2022), em Curitiba, foram abertas tratativas para um acordo de apoio militar mútuo entre

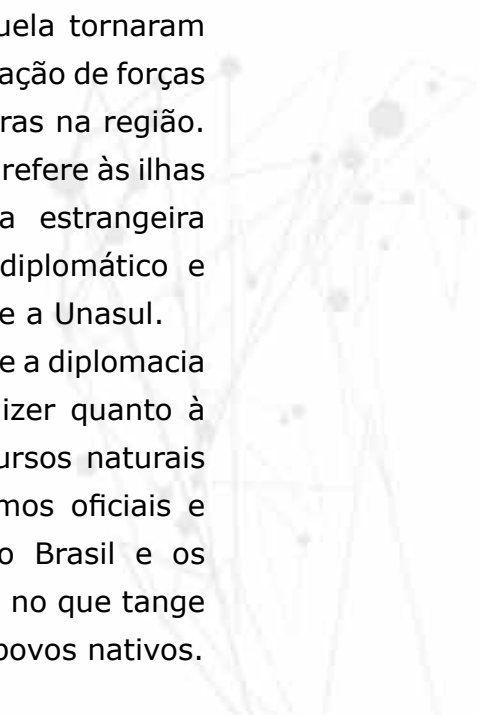


os países do Atlântico Sul, mesmo com forte oposição dos Estados Unidos e ameaças de retaliação do Reino Unido, por conta da reivindicação da Argentina quanto às ilhas Falkland/Malvinas. Essas tratativas foram viabilizadas a partir da declaração de Gaborone–Botsuana, em que os países da América do Sul e 20 (vinte) países africanos declararam que não darão apoio logístico e territorial para operações de guerra no Atlântico Sul, em caso de conflitos no Atlântico Norte ou Oriente Médio. Exceção feita às operações autorizadas pela ONU.

Especificamente em nosso continente, o Brasil, o Mercosul e a Unasul obtiveram o compromisso do governo Maduro e da oposição venezuelana para a realização de eleições parlamentares e para uma assembleia constituinte, no ano passado (2021). Uma nova Constituição deverá ser promulgada em dezembro de 2022, quando finda o governo Maduro. Um novo governo de transição, eleito pelo parlamento, deverá conduzir o país até as eleições presidenciais, em julho de 2023.

Ao longo do processo de aprofundamento das relações econômicas e de defesa, as ações do Mercosul, da Unasul e da ZOPACAS junto à Venezuela tornaram cada vez mais difícil e desnecessária a atuação de forças políticas e bélicas de potências estrangeiras na região. Com exceção do Reino Unido — no que se refere às ilhas Falkland/Malvinas — nenhuma potência estrangeira atua na região nos planos comercial, diplomático e militar sem negociações com o Mercosul e a Unasul.

Todavia, se no plano oficial o diálogo e a diplomacia são as regras, o mesmo não se pode dizer quanto à cobiça internacional em relação aos recursos naturais da região. Por meio de ONG's, organismos oficiais e formadores de opinião internacionais, o Brasil e os demais países sofrem constante pressão, no que tange às reservas naturais e aos territórios de povos nativos.



Essas pressões que ocorrem no sentido de aumentar a influência multinacional sobre os povos ocupantes de áreas ricas em recursos naturais, fragilizando a soberania, em especial na Amazônia. Contudo, o governo brasileiro e dos demais países da Região têm conseguido, de forma lenta e gradual, administrar essas pressões e, por vezes, até diminuí-las ou neutralizá-las.



Paralelamente à integração regional na América do Sul e ao crescimento da atuação internacional da ZOPACAS, a ONU permaneceu como principal organismo de governança internacional, muito pela atuação dos países Latino-Americanos, Asiáticos e Africanos. Novos países obtiveram assento permanente no Conselho de segurança, dentre eles o Brasil. A questão do direito a veto desses países ainda está em discussão, mas China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia dão sinais de aceitar essa mudança, em determinadas circunstâncias.

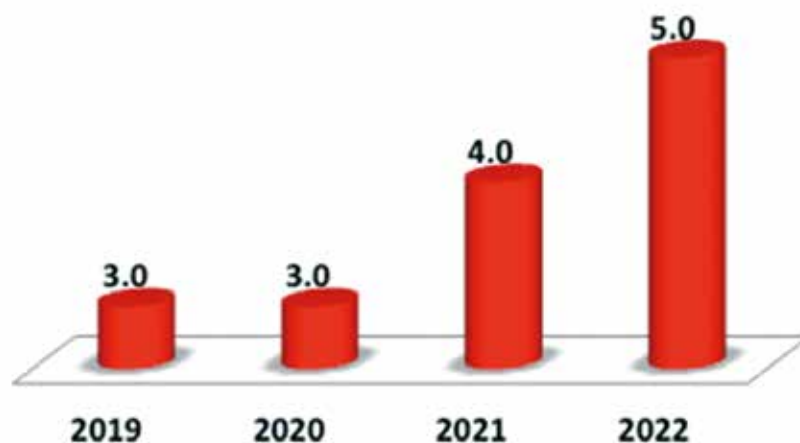
NOSSA CAPACIDADE DE PROJEÇÃO MILITAR TEM AUMENTADO

Ao longo do último quadriênio, alguns fatores concorreram para que o Brasil aumentasse o orçamento militar. O primeiro foi a formação de consenso social

quanto ao papel do Estado como promotor de políticas e estratégias para a Nação e não mais como mero produtor de bens e serviços. A construção desse consenso destacou a Segurança Interna e Externa como áreas prioritárias.

Uma série de fatores positivos ajudaram nesse objetivo, tais como o crescimento econômico, com consequente aumento da arrecadação, e a diminuição do *deficit* público e do endividamento. O rápido processo de desestatização, com a redução de investimentos estatais, propiciaram a liberação de recursos orçamentários para investimento em equipamento e infraestrutura física e de pessoal militar. Apesar disso, o crescimento orçamentário foi modesto para as necessidades, alcançando de 5% apenas neste ano (2022).

CRESCIMENTO DO ORÇAMENTO DE DEFESA



Fonte: Instituto Sagres

Por outro lado, o aumento do poder diplomático, os acordos de Defesa no Cone Sul e a volta dos investimentos na área militar fizeram crescer a capacidade militar brasileira de dissuasão a ameaças convencionais e não-convencionais. Análises acuradas permitem destacar



avanços na defesa cibernética, por meio de investimentos no Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) — em especial no Programa de Planejamento e da Execução da Segurança Cibernética e no de Estrutura de Pesquisa Científica na Área Cibernética.

Os novos recursos estimularam a priorização de atividades que demonstrassem resultados imediatos, como resposta à Nação brasileira. Os conceitos que levaram à criação do programa PROTEGER, elaborado pelo Exército, foram ampliados para a Marinha e para a Força Aérea, ao tempo em que as áreas de infraestrutura, aeroportuária e portuária foram incluídas no agora conhecido como Sistema de Defesa PROTEGER. Porém, grande parte dos investimentos necessários ao funcionamento do sistema ainda estão retidos, devido a determinadas restrições orçamentárias impostas pelo Congresso Nacional. Todavia, segundo o Governo Federal, as verbas estão asseguradas para os próximos anos. Os gestores públicos entrevistados alegam que os cronogramas estão sendo cumpridos com poucos atrasos.



6

CENÁRIO FORA DA CONCHA

Esclarecimentos e considerações iniciais

Cenários do tipo "Fora da Concha" — "Out of the Shell", em inglês — são utilizados pelos prospectivistas para explorar pontos de vista alternativos sobre o futuro e contribuir no aprofundamento de conhecimentos que possam criar possibilidades plausíveis para o longo prazo.

A prática de construir Cenários dessa natureza se propõe a desafiar linhas convencionais de combinação de hipóteses, escolhendo aquelas pouco consideradas na consulta e perguntando "e se" acontecer o imprevisível? Estariam as empresas, as instituições públicas, o governo e a sociedade preparados para assimilar as mudanças provocadas pelo efeito de variáveis consideradas de baixa probabilidade, mas, que se ocorrerem, serão de alto impacto?



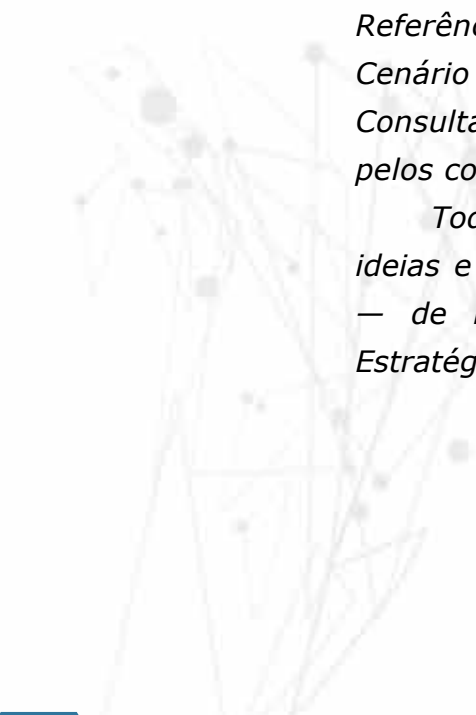
Tais cenários funcionam como lentes que permitem vislumbrar o futuro por óticas adversas, com vistas a alargar os mapas mentais e flexibilizar o processo decisório.

Neste caso, o "caminho crítico" foi desenhado a partir da combinação das hipóteses menos votadas pelos respondentes da Consulta Águres. Mas também foram incluídas hipóteses bastante prováveis, para dar consistência à narrativa. Ato contínuo, a "história do futuro" baseada na combinação dessas variáveis foi contada pelos alunos de um Curso — imaginário — de Pós-Graduação, por meio da ferramenta "Fórum de Discussão", em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com orientação e tutoria de professores da Escola de Sagres, promotora do curso.

A sequência de apresentação das Incertezas Críticas foi igual à da Consulta Águres, ordenadas do universal para o nacional e do nacional para o setorial. E nesses âmbitos específicos, das mais motrizes — ou seja, que ocorrendo influenciam a ocorrência das demais — para as mais dependentes.

Portanto, tal como nos Cenários Otimista e de Referência, a base de informações para descrição do Cenário "Fora da Concha" teve origem nas hipóteses da Consulta Águres, em especial naquelas consideradas, pelos consultados, como pouco prováveis.

Todavia, também neste Cenário foram agregadas ideias e considerações dos alunos do Curso — fictício — de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Estratégica, iniciado em setembro de 2022.





SAGRES
Política e Gestão Estratégica Aplicadas

O Instituto SAGRES – Política e Gestão Estratégica Aplicadas promove estudos e pesquisas, consultorias, palestras, eventos, cursos e capacitação em suas áreas de conhecimento, com destaque para: Planejamento Estratégico, Desdobramento e Alinhamento da Estratégia, Prospectiva Estratégica, Inteligência Estratégica e Dinâmicas Governantes.



CONTEXTUALIZAÇÃO

A ESCOLA DE SAGRES

A Escola de Sagres nasceu em dezembro de 2021, a partir da necessidade de clientes e parceiros do Instituto Sagres - Política e Gestão Estratégica Aplicadas, de criar, aprimorar e consolidar conhecimentos e experiências na aplicação de ferramentas que envolvam todo o ciclo de gestão organizacional.

A Escola tem como entidade mantenedora o próprio Instituto Sagres, fundado em 2004, com o propósito de disponibilizar seus conhecimentos e oferecer bases consistentes às organizações, para que obtenham resultados mais eficazes. O nome "SAGRES", vale dizer, faz uma homenagem ao Projeto Estratégico que ficou conhecido como "Escola de Sagres", ressaltando a ligação atávica entre as nações brasileira e portuguesa.





Durante 15 anos, o Instituto Sagres manteve como sua principal vocação o desenvolvimento humano e institucional — por meio de projetos de consultoria, capacitação e realização de estudos técnico-científicos em 14 diferentes áreas ou temas organizacionais de interesse de órgãos ou entidades de qualquer natureza, tais como planejamento e gestão, política e estratégia, prospectiva, inteligência, logística e gestão de recursos, comunicação social e gestão de crises.

Nesse período, o Sagres desenvolveu também vasta experiência em temas como segurança e defesa, preservação e conservação do meio ambiente, promoção do desenvolvimento sustentável, promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia, e de outros valores universais. Também se dedica a estudos de temas como cultura, defesa e preservação do patrimônio histórico e artístico.

Por outro lado, na medida em que a sociedade se torna mais complexa, mais informada e exigente, torna-se também mais necessário e importante o domínio dessa diversidade de áreas e temas relacionados à criação, gestão e entrega de produtos e serviços aos clientes, cidadãos e sociedade.

O aporte de tecnologias gerenciais apropriadas a cada caso ou situação, à natureza e ao momento de maturidade da organização passam a ser mais demandados e requerem maior consistência na transferência dos conhecimentos, de maneira que novas competências sejam criadas, ou aprimoradas aquelas já existentes. Esse processo faz com que as organizações contemporâneas busquem e valorizem, além da aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de habilidades e atitudes, propiciando mudanças na produtividade e na qualidade dos resultados dos colaboradores.



É nesse quadro que se abre a oportunidade para a criação — um tanto tardia, mas, durante mais de uma década sonhada — da Escola de Sagres, voltada ao desenvolvimento de competências em suas áreas de atuação, eminentemente por meio de cursos de extensão e de Pós-Graduação.

O Curso de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Estratégica configura a iniciativa inaugural da Escola de Sagres, idealizado após mapeamento de necessidades e entendimento de expectativas dos principais clientes do Instituto, na maioria órgãos e instituições públicas.

DADOS GERAIS DO CURSO

- **Área:** Administração
- **Curso:** Planejamento e Gestão Estratégica
- **Carga Horária:** 400 horas
- **Período de Realização:** setembro de 2022 a novembro de 2023
- **Modalidade:** 30% presencial e 70% a distância
- **Plataforma EaD:** Própria da Escola de Sagres
- **Aulas Presenciais:** Dinâmicas e Jogos Organizacionais, Estudos de Caso, Imersão em Desafios Vivenciais, Teal.
- **Local de Realização dos Encontros Presencial:** Instalações da ANDE-BRASIL, localizada na Granja do Torgo.
- **Disciplina de Nivelamento:** Análise de Conjuntura (via EaD)
- **Avaliação da Aprendizagem:** 1 Fórum de Discussão, 2 Chats, 3 Exercícios extraídos de Estudos de Caso.
- **Instituições/empresas participantes:** 9 Instituições do Setor Público e 5 Empresas da Iniciativa Privada
- **Turma 1:** Composta por 26 participantes.
- **Professores:** Getúlio Fontenelle e Floriza Augustin.
- **Tutores:** Gregório Formoso e Dionísio Ruivo de Bragança

ALUNOS MATRICULADOS:

1. Actínio Samário
2. Alípio Maruno
3. Angélica Toruna
4. Aprísio Dorgival Pinheiro
5. Ariana Antunes Amado
6. Cadmo Junqueira
7. Daurora Coinbra
8. Emiliana Nicolau
9. Európio Berquélio
10. Genésio Caixão
11. Joana Rústica
12. Laurêncio Lutécio
13. Manfreda Jóia
14. Nobélio Promécio
15. Olívia Dalton
16. Otacílio Pacífico
17. Raul Rhoitman
18. Safira Galena
19. Sérvio Negrão
20. Shioko Takano
21. Tadeu dos Anjos Pereira
22. Tobias Aleixo
23. Victor Cavalheiro

UM CENÁRIO "FORA DA CONCHA"

(Conjuntura socioeconômica do País em 2022)

FÓRUM DE APRENDIZAGEM

DISCIPLINA INTRODUTÓRIA:
Análise de Conjuntura

1. ORIENTAÇÃO GERAL AOS PÓS-GRADUANDOS

PROFESSORES

Getúlio Fontenelle e Floriza Augustin.

Com base nos conteúdos da Disciplina introdutória Análise de Conjuntura – pesquisa aberta, orientações de estudo, aulas interativas, textos complementares, planilhas, gráficos e análises, videoaulas e exercícios disponíveis na Biblioteca do AVA, solicita-se aos alunos que promovam discussão temática apresentando os fatores que mais contribuíram com o crescimento econômico e com os indicadores positivos da economia brasileira dos últimos anos, em especial no período de 2019-2022.

Para tanto, os participantes do fórum devem extrair dos conteúdos da disciplina as questões mais pertinentes e debater sobre as causas – internas ou externas –, responsáveis pela situação de vulnerabilidade e risco em que o Brasil chegou e sua marcante retomada para o desenvolvimento.

Procurem focar no cenário atual do País e apontar Políticas Públicas, objetivos alcançados, ações e medidas adotadas pelo governo que tenham permitido a “virada do jogo” e impulsionado a volta do crescimento econômico.

Como subsídio metodológico, recomendamos releitura de trechos do Livro FIGE – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica, entregue no Kit do Aluno.

2. PROBLEMATIZAÇÕES E DISCUSSÕES

PROBLEMATIZAÇÃO 1

Professor Getúlio Fontenelle: As discussões devem ter início com um olhar sob a atual conjuntura do País, buscando justificar, a partir dos conteúdos da disciplina, as principais questões de influência que merecem ser destacadas, a exemplo do papel da ONU, da atuação das potências extrarregionais, do relacionamento do Brasil com os países do entorno estratégico, particularmente com a Venezuela.

Bem-vindos todos!

**Vamos lá,
o Fórum está aberto.**

Genésio Caixão: Ao se analisar a conjuntura na segunda metade da década passada, fica evidente que muitas questões — internas e externas — contribuíram para o crescente enfraquecimento da economia brasileira, para a desordem nas contas públicas, para a crise ética em que chegou o Brasil e para a consequente desmoralização da política, em âmbito nacional.

Daurora Coinbra: Fica claro nos conteúdos do curso e principalmente nas videoaulas que, entre 2014 e 2018, o Brasil viveu momentos economicamente complicados e perdeu boa parte da posição de destaque então conquistada no cenário internacional.

Victor Cavalheiro: Foi uma crise sem precedentes. Naquele tempo, por falta de investimentos nas Forças Armadas, a vulnerabilidade de nossas fronteiras estava

exposta a ameaças, colocando em risco a soberania nacional. Mas essa realidade pouco promissora começou mudar a partir de 2019, tendo em vista a instalação de um governo liberal que se empenhou em “virar o jogo” em pouco tempo.

Joana Rústica: Perfeito, Victor. É também indiscutível o papel e a relevância que os organismos internacionais têm exercido ao longo da história do nosso País. Vale destacar que o enfraquecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), nesses últimos 5 anos, tem contribuído com o avanço da desordem no relacionamento entre nações que, durante décadas, conviveram em harmonia, sem ameaças mútuas.

Aprísio Dorgival Pinheiro: Concordo e destaco a enorme preocupação de que essa realidade venha a se agravar. Inclusive nunca se viu tantos governantes e estudiosos da área acadêmica discorrendo sobre os riscos de uma desordem internacional mais grave.

Cadmo Junqueira: Na mesma linha de reflexão, vale destacar o crescente interesse de países das mais diversas culturas e condições econômicas, que buscam participar do Conselho de Segurança da ONU. No fundo, o desejo dessas nações é o de poder, de alguma forma, contribuir para a paz mundial.

Olívia Dalton: Nem sempre essa é a razão do interesse, Cadmo. Há também aqueles com interesses velados de obter vantagens econômicas, geopolíticas ou quaisquer outras, mesmo em detrimento de nações vizinhas.

Tobias Aleixo: Com o grande propósito de restabelecer a Ordem Internacional na intrincada conjuntura que marcava o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a ONU, desde sua criação, em 1945, vem cumprindo

determinante papel no cenário internacional. Contudo, o que hoje, em 2022, se vê, é o enfraquecimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) decorrente da inabilidade do governo de Donald Trump— dada a histórica hegemonia dos EUA, mesmo com a emergência dos BRICS — e de novos conflitos no Oriente Médio. Vide Artigo disponível na Biblioteca deste Fórum.

Tutor Gregório Formoso: Ótima discussão pessoal, vocês estão indo muito bem.

Nobélio Promécio: É um absurdo o que o Trump vem fazendo no contexto mundial.

Victor Cavalheiro: Na minha visão, e com base na leitura dos Textos Seleccionados, o que mais contribui para a perda de importância do CSNU é o fato de que os EUA, juntamente com Inglaterra e França, não têm, nos últimos anos, atendido e respeitado as decisões emanadas desse conselho, a ponto de figurarem como os novos “xerifes do mundo”.

Nobélio Promécio: O governo Trump não tinha o direito de intervir daquele modo na Síria, enfraquecer os Palestinos e quebrar o tratado com o Irã, causando instabilidades e provocando nova onda de atentados terroristas por parte de extremistas muçulmanos.

Tadeu dos Anjos Pereira: É isso. E como consequência tem-se também enfraquecida a governança do Sistema Internacional, e os riscos de conflitos tornam-se mais iminentes. Ai está a Venezuela enfrentando uma inaceitável Guerra Civil interna.

Nobélio Promécio: A Guerra civil na Venezuela foi arquitetada pelo Trump.

Emiliana Nicolau: Sim, nesse quadro, a intervenção dos EUA com uso da força contra o governo da Venezuela

desperta reações da comunidade internacional. A ONU condena, mas as reações ficam só na retórica. Inglaterra e França estão apoiando os EUA, mas, basicamente com atitudes diplomáticas, enviando forças limitadas, somente para caracterizar uma intervenção “multinacional”.

Európio Berquélio: O Nobélio acredita que todos os males do planeta são obra do Trump, inclusive a Guerra Civil venezuelana. Como assim? E o Maduro, é santo?

Safira Galena: Quer conhecer os méritos do Trump, basta olhar para a economia americana, que nada de braçadas nos principais macroindicadores.

Tutor Gregório Formoso: A propósito, de que maneira essa questão da Venezuela tem afetado ou poderá vir a afetar o Brasil?

Angélica Toruna: Essa intervenção na Venezuela já tem sido prejudicial à nossa Balança Comercial, em especial no que se refere ao preço do petróleo.

Joana Rústica: Eu acho que, embora haja uma intervenção velada dos EUA na Venezuela, nosso Entorno Estratégico fica mais desprotegido e, mediante um agravamento dessa crise, o território brasileiro poderá servir de base para forças estrangeiras, com riscos de conflito e ameaça à soberania do País.

Cadmo Junqueira: Verdade. Conforme a Aula Interativa 2, já temos a preocupação que perdura há mais de 14 anos com a reativação, ainda em 2008, da IV Frota estadunidense, localizada no Atlântico Sul, bem como a manutenção de suas bases em países vizinhos do Brasil. Enquanto isso o governo britânico realiza constantes exercícios militares nas proximidades do entorno estratégico sul-americano e mantém sua presença nas ilhas do Atlântico Sul.

Professora Floriza Augustin: Joana, a intervenção norte-americana na Venezuela não é tão velada assim. A IV Frota, ancorada próximo da Colômbia e do Panamá, bombardeou posições ocupadas por milícias bolivarianas, na Venezuela. Além disso, os EUA fornecem abertamente armas e munições para a parcela do Exército, da Marinha e da Força Aérea daquele país que se insurgiu contra o governo de Maduro, com o apoio de grande parcela da população.

Otacílio Pacífico: Isso demonstra a importância da área de influência sul-americana para a política externa, em especial para a norte-americana.

Nobélio Promécio: Daqui a pouco a IV Frota vai bombardear Roraima e vão achar que é “intervenção velada”.

Tutor Gregório Formoso: É certo que o Brasil, há 200 anos de sua Independência, está empenhado em fortalecer e consolidar uma conjuntura interna competitiva, mas não pode ignorar o preocupante quadro na América do Sul.

Tutor Dionísio Ruivo de Bragança: Levem em conta que as divergências são aprofundadas nos relacionamentos entre os países do Entorno Estratégico, a ponto de provocar reversão dos processos de integração. O Brasil hoje enfrenta rompimento com países-chave da região, desestabilizando iniciativas como UNASUL, MERCOSUL e ZOPACAS. Esses organismos internacionais sofrem o mesmo mal da ONU, ou seja, progressiva perda de importância.

Professor Getúlio Fontenelle: O cenário atual da Venezuela é crítico e poderá ser agravado. O Brasil, vale notar, insiste em não intervir militarmente no país vizinho, mas está ativamente participando com ajuda humanitária. Mas, como a turma já absorveu das leituras, o fato de o Brasil desfrutar de um cenário socioeconômico privilegiado, isso não o credencia a despreocupar-se com os problemas que se avizinham nos seus arredores.

PROBLEMATIZAÇÃO 2

Professora Floriza Augustin: A partir das provocações e discussões exploradas na questão anterior, que deixam mais clara a importância do contexto internacional para a realidade interna do País, pede-se agora aos participantes do curso que identifiquem e discutam os principais fatores que promoveram a drástica redução dos níveis de pressão e de ingerência externa aos recursos naturais do Brasil.

Victor Cavalheiro: Devemos considerar que o Sistema Internacional tem apresentado um quadro de intensificação das disputas políticas, econômicas e militares, entre as potências mundiais, por esferas de influência em diversas regiões do planeta. Parte desse acirramento se deve à busca pelo controle de recursos naturais estratégicos, o que leva à progressiva tendência do aumento da demanda global por energia.

Ariana Antunes Amado: Sim, Victor, mas os Gráficos e Indicadores que discutimos em aula mostram “drástica redução dos níveis de pressão e de ingerência clandestina externa”. Veja que, com base na sua afirmativa, que é verdadeira, a lógica seria que a pressão clandestina tivesse tomado força nesses últimos anos. E o que se vê, é que perdeu força. O que explica isso?

Nobélio Promécio: Alguém tem dúvida de que os EUA virão buscar nossas riquezas naturais, à força, se precisarem?

Angélica Toruna: Para colocar mais pimenta nesse caldo, vamos considerar o fato de que a busca pelo acesso e controle dos bens comuns globais e pelo acúmulo de recursos estratégicos têm intensificado as disputas políticas ao redor do mundo.

Laurêncio Lutécio: Não é assim, Nobélio. Os EUA não têm interesse em arrumar mais um contencioso com o Brasil. Mas a Angélica tem razão, porque os recursos naturais são fonte de disputas políticas.

Ariana Antunes Amado: Concordo com a Angélica, mas ainda assim a interferência sofre redução. E mais, não há que negar que a América do Sul e, em especial o Brasil, vêm progressivamente, desde o início dos anos 2000, aumentando o seu valor geopolítico.

Victor Cavalheiro: Há uma vasta literatura referenciada na Biblioteca deste Fórum, que fundamenta o quanto crescem em importância os recursos energéticos de origem marítima, o petróleo e o gás natural, colocando a soberania brasileira sobre as jazidas na camada Pré-Sal no centro da questão.

Actínio Samário: Essa é uma questão interessante. O petróleo e outros combustíveis fósseis estão perdendo importância no mundo, em face do crescimento de energias limpas e renováveis, como a eólica e, principalmente, a solar (fotovoltaica).

Safira Galena: Só quero lembrar que, em toda a história da humanidade, a cobiça nunca deixou de estar presente e merece destaque no que se tornou conhecido como “7 pecados capitais”. Então, não será nestes novos tempos, com tantos bilhões de humanos demandando e consumindo recursos, que vamos poder sonhar em berço esplêndido e acreditar que nossa Pátria está a salvo de ameaças.

Tutor Dionísio Ruivo de Bragança: Vejam todos que a questão do indicador – drástica redução da pressão externa, aferida neste ano de 2022 – está mais para um ponto fora da curva. Há 4 anos, arrisco-me a afirmar que poucos brasileiros poderiam imaginar que, em tão pouco tempo, estaríamos com os resultados que estamos hoje.

Sérvio Negrão: Muito verdadeiro Dionísio, hoje o País está bem. A economia vive um dos seus melhores cenários. É o momento de se realizar investimentos que assegurem melhor proteção dos recursos naturais da Amazônia, inclusive da nossa “Amazônia Azul”.

Tobias Aleixo: Por outro lado, a defesa das riquezas naturais da região da Amazônia é uma das tarefas mais complexas para as Forças Armadas do Brasil. Um possível conflito externo nesse campo, poderá comprometer a atual conjuntura socioeconômica e colocar por terra a evolução dos últimos anos.

Laurêncio Lutécio: Nossas maiores riquezas da Amazônia não estão na madeira e nos minérios. Estão na biodiversidade. E, na minha opinião, as pressões só estão diminuindo por causa da crise na Venezuela e da presença maior das nossas Forças Armadas na Amazônia, com atribuições de fiscalizar e reprimir atividades estrangeiras.

Tutor Dionísio Ruivo de Bragança: Todos estão trazendo ótimas questões ao debate, mas não deixem de consultar as referências específicas disponíveis na Biblioteca, prioritariamente as seguintes: (CERA, 2006; USEIA, 2011 e 2016; OPEP, 2016; KERR OLIVEIRA et al., 2016 e FRANCO, 2011).

Tadeu dos Anjos Pereira: Estou lendo tudo, e o fórum está ótimo. Mas, e o ponto fora da curva? Há algum fator pragmático que o explique?

Aprísio Dorgival Pinheiro: Vejo que a ameaça de crise parece ter reforçado o espírito nacionalista de amplos setores da sociedade e afastado — pelo menos nestes últimos anos — ONGs e governos estrangeiros que ambicionam os recursos naturais brasileiros.

Nobélio Promécio: Alguém pensa que as grandes multinacionais da indústria farmacêutica desistiram? No máximo, estão dando um tempo.

Tutor Gregório Formoso: Olá turma, ótimas discussões! Mais alguma coisa a ser explorada nessa questão?

Otacílio Pacífico: Sim Gregório. Não podemos, contudo, nos esquecer do cenário de Guerra Civil vivido pela

Venezuela – já abordado anteriormente –, o que deixa aquele país em extrema vulnerabilidade, abrindo janelas para a ingerência estrangeira, inclusive na fronteira com os Estados do Amazonas e de Roraima.

PROBLEMATIZAÇÃO 3

Professores Getúlio Fontenelle e Floriza Augustin:

Vistos e apresentados os pontos mais relevantes do cenário internacional, é momento de focar nas questões-chave, de natureza econômica e social, que configuram o atual cenário brasileiro neste ano em que é celebrado aniversário de 200 anos da Independência de nosso País. Com esse entendimento, pede-se que os participantes apresentem os principais indicadores ou avanços macroeconômicos e justifiquem sua evolução nos últimos 5 (cinco) anos.

Tutor Gregório Formoso: Pessoal, podemos nos concentrar no crescimento do PIB, na Dívida Pública Interna, na Carga Tributária anual e nas Taxas de desemprego e desocupação, até porque esses indicadores funcionam como motrizes da economia nacional.

Otacílio Pacífico: Em 2018, o crescimento médio anual do PIB brasileiro beirava aos 2% e isso fez com que a economia começasse 2019 patinando. Mas, surpreendentemente, bateu 3,8% naquele ano, 4,4% em 2020 e 4,8% em 2021. Para este ano de 2022, as projeções do Ministério da Fazenda e do Banco Central estimam crescimento próximo de 6% aa.

Joana Rústica: Essa reação positiva da economia, conforme vimos na Aula 3, deve-se a diversos fatores internos, sendo o mais relevante para efeitos de crescimento econômico o estilo de governo liberal implementado a partir de 2019.

Cadmo Junqueira: O apoio da sociedade fez grande diferença nesses quatro anos de governo. Outro fator

relevante a ser considerado é a forte renovação do Congresso, dando sustentação às medidas liberais adotadas pelo executivo.

Shioko Takano: A percepção de segurança jurídica também foi ampliada e vem elevando os índices de confiança do setor privado em contratualizar com o governo e investir em projetos públicos. As Parcerias Público-Privadas (PPP) nunca tiveram tamanho êxito, nem no âmbito federal nem no dos Estados.

Nobélio Promécio: Falam desse crescimento como se fosse algo excepcional. Para começar, a base era muito baixa, principalmente devido ao crescimento pífio do governo Temer. É preciso lembrar que no último ano do governo Lula (2010), esse país cresceu 7,53%.

Victor Cavalheiro: Os investimentos do governo nas Forças Armadas – em razão do quadro da Venezuela e de ameaças ao território nacional – também ajudam a impulsionar o PIB. Se, por um lado, os investimentos nas FA geram gastos, por outro movimentam a economia e atraem investidores externos, inclusive para servir como contraponto aos EUA. Assim, estão investindo no Brasil, pesadamente, a China, a Alemanha e o Japão, visualizando boas oportunidades.

Actínio Samário: Não é bem assim, Nobélio. Você está colocando suas preferências ideológicas para o nosso debate. O “crescimento pífio do governo Temer” foi, em grande parte, herança maldita da Dilma e do próprio Lula, que postergou importantes reformas. Além disso, o crescimento de 2010 foi sobre a base baixa de 2009 (-0,13%) e com foco na demanda interna, que mais tarde se revelou insustentável.

Manfreda Jóia: Enquanto isso, a dívida pública continua comendo grande parte do PIB. Não?

Tutor Gregório Formoso: Olá Manfreda, seja bem-vinda ao Fórum. Sim ainda temos uma dívida pública elevada, mas já foi muito maior em passado recente. Se você examinar os números do [Gráfico 8](#), vai notar uma redução constante a partir de 2020. Actínio e Nobélio, sugiro deixar o passado no passado. Nossa discussão está focada nos últimos cinco anos. Grato pela compreensão.

Cadmo Junqueira: Nossa dívida pública interna já esteve em mais de 80% do PIB, portanto, hoje próxima de 50%, só nos dá motivos para comemorar. Considero também indispensável destacar aqui o extraordinário crescimento dos indicadores de empregabilidade e ocupabilidade, até então não abordado.

Professor Getúlio Fontenelle: O Victor aborda um aspecto fundamental para o melhor entendimento do crescimento recente da nossa economia. A China investe pesadamente no Brasil, não somente pelas boas oportunidades e pela ampliação da segurança jurídica. Investe também na infraestrutura e trazendo empresas de alta tecnologia e intensivas em mão de obra. Tudo como contraponto aos EUA, na tentativa de contrabalançar a presença norte-americana na América do Sul.

A Rússia vai no mesmo caminho. Embora sem o poderio econômico da China, tem ofertado equipamentos militares de última geração a preços atrativos, com transferência de tecnologia. Vários equipamentos (não armamentos) foram assim adquiridos, embora o governo atual mantenha certa reserva em relação a uma parceria de longo prazo com os russos.

Alemanha e Japão, mesmo sendo aliados históricos dos EUA, têm visto no Brasil ótimas oportunidades de negócios e também buscam um contraponto comercial com os norte-americanos.

Em suma, há uma guerra comercial como há muito não se via, e o Brasil está sabendo lucrar com isso, devido à guinada liberal que se instalou no governo federal. A dúvida é se esse crescimento é sustentável.

Joana Rústica: A propósito do que nos lembra o Cadmo, indicadores de emprego e ocupação tendem a ser dos mais relevantes para o bem-estar de uma sociedade. O índice de desocupação de 6% registrado no último Relatório do IBGE (PNAD 2021), mostra que o Brasil, em menos de 4 anos, saiu de 12% de desemprego para uma situação que caminha para o pleno emprego, ou melhor, de ocupação plena. Isso é inédito, ou não?

Tadeu dos Anjos Pereira: Então pessoal, olhando para esses indicadores onde o PIB cresce em média 4,5% ao ano, a Dívida Pública Interna é drasticamente reduzida em relação a anos anteriores e, embora não se desfrute de pleno emprego, as taxas de desocupação vêm melhorando mês a mês, pode-se vislumbrar um novo milagre econômico?

Raul Rhoitman: Eu sou doutor em economia e acho (aliás só gosto de achar quando tenho certeza) que, para se ter um Milagre Econômico, muitos outros fatores precisam estar presentes. Não é ainda o nosso caso.

PROBLEMATIZAÇÃO 4

Professora Floriza Augustin: É correta sua observação, Rhoitman. Mas quais seriam esses outros fatores, ou pelo menos alguns deles? Em Textos Seleccionados temos um conjunto de matérias trazendo à luz eventos ou medidas que compõem o atual quadro socioeconômico do País.

Tadeu dos Anjos Pereira: Embora o tema não tenha sido objeto específico das Aulas Interativas, arrisco dizer que essa reação positiva da economia deve-se, em grande parte, ao estilo de governo liberal implementado a partir de 2019. Dentre outros importantes, para mim esse é o mais relevante fator interno, que está impulsionando o crescimento econômico do País.

Sérvio Negrão: É bem provável Tadeu. Contudo, vimos nas Videoaulas que muitas medidas contribuíram para uma reação positiva rápida, destacando-se as seguintes:

- Aprovação da Reforma da Previdência, com grande economia para os cofres públicos, em um período de transição deverá se estender pelos próximos quatro anos.
- Reforma Tributária que resultou em significativa redução da carga média de tributos. Nossa carga tributária média hoje em torno de 32% é ainda alta, mas já permite aos setores da economia a obtenção de melhores resultados líquidos, com impacto positivo nos investimentos e na poupança.
- Nova reforma trabalhista, reduzindo os encargos sociais e estimulando a formalização, com efeitos imediatos e até inesperados.
- O sucesso conquistado nas privatizações e a entrada de R\$ 44 bilhões do programa nos cofres públicos.
- Os contratos de Parceria-Público Privada (PPP) realizados também estimam a entrada, até o final deste ano, de R\$ 80 bilhões, aproximadamente. Juntas, PPP e Privatizações são responsáveis por mais de R\$ 100 bilhões aos cofres do tesouro.
- Desestatização de considerável parcela de grandes empresas estatais, com destaque para a Petrobras e a Eletrobrás.
- A implementação de Políticas Públicas voltadas ao mercado livre de geração, transmissão e distribuição energia. A expectativa é de que até o fim deste ano mais de 60% dos consumidores estejam transferidos para o mercado livre.

Nobélio Promécio: Esse crescimento só está acontecendo porque os vendilhões estão rifando o patrimônio nacional. É insustentável. Quando esse dinheiro acabar, voltaremos a ser colônia, só que agora da China e da Alemanha.

Safira Galena: Nobélio, você deve se lembrar da paralisação dos caminhoneiros em 2018, episódio que estava levando o País à beira do caos. Naquela ocasião, ficaram evidentes as consequências para a sociedade de um monopólio estatal mal administrado. Muita gente que era contra a privatização de grandes companhias estatais passou a pensar diferente.

Tutor Dionísio Ruivo de Bragança: Calma, Nobélio. Suas observações merecem ser mais bem estudadas. As PPP foram analisadas previamente pelo TCU e não encontraram irregularidades. Até o STF foi acionado e decidiu a favor de praticamente todas as desestatizações, embora tenha havido algumas ressalvas.

Mas, pessoal, parece-me que nada disso seria possível, por melhores que fossem as Políticas do Governo, caso o nosso Congresso não tivesse sofrido renovação tão drástica. Concordam?

Genésio Caixão: Verdadeiro, Dionísio. Os números mostram que só na Câmara dos Deputados houve uma troca de mais de 72% dos parlamentares que ocupavam a casa em 2018. Tal mudança foi altamente benéfica para o executivo conquistar apoio do Parlamento à aprovação e implementação de importantes Políticas Públicas. Um parlamento menos fisiológico e mais comprometido com o sucesso do País.

Manfreda Jóia: Da mesma forma, as profundas mudanças na legislação eleitoral, inclusive com a realização de plebiscito e referendo popular. A inclusão

do voto impresso, após muita resistência de setores afins e de algumas ideologias políticas, foi um revés para a prática de fraudes a eleições. A verdade é que a falta de segurança do sistema eletrônico acaba comprometendo a legitimidade do certame e fragilizando seus vencedores. Por ora, esse desafio está superado.

PROBLEMATIZAÇÃO 5

Professor Getúlio Fontenelle: Pessoal, e a Educação Básica, reconhecidamente fundamental para o desenvolvimento do Brasil, como vocês estão vendo sua evolução?

Aprísio Dorgival Pinheiro: Sim, a Educação Básica, pelo que tínhamos no *ranking* em 2018 para o atual, o Brasil apresenta melhoria ainda muito pequena. Documentos nos dão conta de que, em 2018, entre os 70 países que se submeteram à avaliação do PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – o Brasil ficou na 61ª posição em ciências, na 60ª em leitura e na 62ª colocação em matemática.

Shioko Takano: Já para este ano de 2022, houve uma profunda mudança nas tecnologias de apuração do PISA, por parte da OCDE, possibilitando saber os resultados em prazos muito mais curtos que anteriormente. As primeiras avaliações indicam que, dos 74 países participantes, o Brasil melhorou, ocupando a 49ª posição em ciências, a 51ª em leitura e a 53ª em matemática. Esse é um feito histórico que deve ser comemorado!

Nobélío Promécio: A direita sempre ignorou e abandonou a Educação Básica. Os professores nunca foram valorizados. Os recursos sempre foram e continuam sendo precários. Nunca iremos passar desse patamar.

Manfreda Jóia: Mas é compreensível que o reflexo das melhorias implementadas demore a impactar o *ranking* do Brasil no cenário internacional. O importante mesmo é que o País, a partir de 2019, vem apresentando melhorias consistentes, embora lentas, ano a ano.

Laurêncio Lutécio: O Nobélio dialoga mais com o fígado do que com o cérebro. Minha impressão é de que a direita nunca conseguiu atuar sobre a Educação porque a esquerda — principalmente a mais radical — sempre trabalhou no sentido de dominar a gestão e os conteúdos didáticos. E creio que os progressos de agora são lentos, mas, se a esquerda não atrapalhar, poderão ser duradouros. Meritocracia já!

Safira Galena: É interessante notar que todo candidato, no momento da campanha, defende a educação com todas as garras e promete prioridade. Mas se for eleito, nada, ou quase dada, faz. O atual governo conseguiu dar uma arrancada, mas precisa que se dê continuidade às melhorias implementadas, com muita consistência, comprometimento dos diversos atores envolvidos, para que os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE - versão aprimorada) possam ser cumpridos, e as metas alcançadas.

PROBLEMATIZAÇÃO 6

Professor Getúlio Fontenelle: Prezados amigos, sugiro deixarmos as diferenças ideológicas de lado, no momento, e nos concentrarmos na conjuntura dos últimos cinco anos.

Outras questões de natureza estratégica devem ser priorizadas quando se busca um desenvolvimento equânime do País. Precisa-se também fortalecer estruturas de soberania, defesa

e segurança nacionais. Portanto, para finalizar o nosso Fórum, solicitamos que vocês discutam sucintamente a evolução das seguintes questões, com foco nos últimos cinco anos:

- **Orçamento de Defesa Nacional.**
- **Capacidade Militar de Dissuasão para reagir às ameaças convencionais e às novas ameaças.**
- **Programa Estratégico PROTEGER, desenvolvido pelo Exército Brasileiro.**
- **Capacidade Brasileira de Defesa Cibernética.**

Professora Floriza Augustin: Considerem que o Brasil precisa continuar investindo nas Forças Armadas para evitar que os bons indicadores, recentemente conquistados, revertam e o País passe a sofrer ingerências externas. Não se esqueçam da IV Frota.

Sérvio Negrão: Um dos vídeos mostra que, em decorrência da crise e da EC nº 95/2017, o orçamento de Defesa Nacional vem sofrendo seguidas restrições nos últimos anos, mas, embora com dotações reduzidas, tem conseguido executar bem os seus Projetos Estratégicos. Em 2017 e 2018 o orçamento da Defesa perdeu mais de R\$ 10 bilhões, contudo, a partir de 2020, vem recebendo aumentos progressivos a taxas superiores a 5% ao ano.

Nobélio Promécio: É a volta da Ditadura? É assim que vamos progredir? Há pessoas passando fome e nas filas dos hospitais. Enquanto isso, estamos investindo em armas.

Joana Rústica: Caro Nobélio e demais colegas, esse aumento do orçamento de Defesa não só é necessário

para proteger nossas fronteiras, como tem trazido mais investimentos e melhorias na área econômica. Temos de fazer frente à ameaça que os EUA representam, não só para a Venezuela como também para todos os países do subcontinente. Dissuadir é muito melhor do que se contrapor. Outra coisa: note que os investimentos têm sido muito mais em equipamentos de alta tecnologia, inclusive de guerra cibernética, do que em armamentos convencionais.

Shioko Takano Miura: A Capacidade Militar para dissuadir e reagir a ameaças é um dos mais estratégicos assuntos para os órgãos de Defesa Nacional. Porém, precisamos aqui entender o que se conceitua como ameaça. De acordo com Relatório da ONU — grupo de alto nível sobre ameaças, desafios e mudança —, ameaça pode ser definida como “qualquer acontecimento ou processo que cause mortes em grande escala ou uma redução maciça das expectativas de vida e que enfraqueça o papel do Estado como unidade básica do sistema internacional”.

Joana Rústica: É isso mesmo, Miura. De acordo com esse Relatório, existem seis grupos de ameaças que merecem prioridade global nas próximas décadas. São ameaças econômicas e sociais, rivalidades e conflitos interestatais, violência interna, armas nucleares, cibernéticas, radiológicas, químicas e biológicas, terrorismo, e crime organizado transnacional.

Raul Rhoitman: E a Capacidade Militar do Brasil para enfrentamento a tais ameaças está ainda muito aquém do que seria uma posição compatível com a sua extensão territorial, com a complexidade das fronteiras e a diversidade de recursos atrativos e valiosos no cenário internacional.

Shioko Takano Miura: Vimos o PAED — Plano de Articulação e de Equipamento de Defesa — que se materializa nos Projetos Estratégicos das Forças

Armadas, contemplando as três forças, Marinha, Exército e Aeronáutica. Os mais importantes Projetos Estratégicos estão sendo priorizados, como se pode constatar no quadro apresentado na Aula 9.

Sérvio Negrão: Prezados internautas, mudando de assunto, venho acompanhando a criação do Centro Nacional de Defesa Cibernética e a implementação da Política Nacional de Segurança Cibernética que deve, a partir do próximo ano, propiciar ao Brasil a macrocoordenação do tema, gerando maior congruência dos esforços e iniciativas entre os diferentes atores do Estado e da iniciativa privada.

Alípio Maruno: Esclareça-se que o modelo de Defesa Cibernética implementado no Brasil conta com duas instituições chave: o GSI/PR, responsável pela Política de Defesa Cibernética e o Exército Brasileiro, a quem cabe a Defesa Cibernética do País, utilizando-se de diversos Projetos Estruturantes que canalizam esforços para o Programa Estratégico de Defesa Cibernética.

Nobélio Promécio: E as *Fake News*? O Exército fica tão preocupado com a Guerra Cibernética que esquece das *Fake News*. Há muitas bobagens na internet não detectadas pelas Forças Armadas.

Sérvio Negrão: Mais uma bola fora, Nobélio. Guerra e Defesa Cibernéticas são bem mais amplas do que *Fake News*. Creio que você não viu a aula 9.

Tobias Aleixo: A meu ver, cabe ainda uma última questão que não pode, neste contexto, ser esquecida. É a nítida evolução do Programa Estratégico PROTEGER, desenvolvido pelo Exército Brasileiro. A partir de 2020 — e a questão foi bastante debatida nos grupos — o País vem realizando consistentes investimentos no Projeto com vistas a atender às demandas de segurança das Infraestruturas Críticas Portuárias, Marítimas e Aeroportuárias.

Actínio Samário: Esse Programa só prosperou devido à presença de tropas multinacionais na América do Sul e à Guerra Civil na Venezuela. O Brasil foi por diversas vezes ameaçado com ações de milicianos da Venezuela, afirmando que nós apoiamos os EUA e estamos interferindo diretamente no conflito interno deles. Não é verdade, mas o alerta de terrorismo já foi acionado várias vezes, em especial junto a Infraestruturas Críticas da Amazônia. Há também informes — publicados pela grande mídia — que a IV Frota poderia atacar nossas instalações e colocar a culpa nos venezuelanos, forçando nossa entrada militar no conflito.

Inclusive lembraram que há suspeitas históricas de que foram os aliados que afundaram nossos navios, na II Guerra Mundial, colocando a culpa nos alemães.

Raul Rhoitman: Nesse tema, cabe entender o que são “Infraestruturas Críticas”, ou seja, aquelas instalações, ou mesmo serviços e bens que não podem ser interrompidos ou destruídos, sob o risco de sério impacto social, econômico, político, internacional ou à segurança nacional. Estas devem ser tratadas com prioridade e estão recebendo, no atual governo, toda atenção em termos de investimento, modernização e gestão.

Tutor Dionísio Ruivo de Bragança: Actínio, essa afirmação sobre os ataques aos nossos navios pelos aliados, fazendo-se passar por alemães, já foi historicamente desmentida, inclusive por entrevistas a militares alemães, décadas após a II Guerra Mundial. Só para aproveitar a expressão da moda: é *fake*!

A large graphic of a human brain, where the silhouette is filled with a dense collection of icons. The icons are primarily blue, with a central cluster of red icons. These icons represent various aspects of digital communication and technology, including smartphones, laptops, social media birds (like Twitter), speech bubbles, network globes, and documents labeled 'SMS' and 'NEWS'. The overall composition suggests a connection between human cognition and digital information processing.

Tutor Gregório Formoso: Estamos nos procedimentos finais de encerramento do nosso primeiro Fórum do Curso de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Estratégica do Instituto Escola de SAGRES. Aos cinco minutos para a zero hora de hoje este Fórum será encerrado. Manteremos a Sala do Café aberta por mais três dias.

Tutor Dionísio Ruivo de Bragança: Excelente trabalho, objetivo alcançado. Parabéns aos Pós-Graduandos pelas ricas discussões. Salvo alguns poucos participantes que, embora fossem estimulados, tiveram pouca participação ativa nas discussões, considero que todos alcançaram um bom resultado de aprendizagem. E esse era o nosso propósito.

Professor Getúlio Fontenelle: Parabenizo a todos, lembrando que este primeiro Fórum foi mais para aquecimento. No Segundo Fórum discutiremos conteúdos mais técnicos, pertinentes às ferramentas de Planejamento e Gestão Estratégica, envolvendo Desdobramento e Alinhamento da Estratégia.

Professora Floriza Augustin: Meus cumprimentos a todos. A turma saiu-se muito bem. Neste fim de semana já foram disponibilizados na Biblioteca do AVA os primeiros conteúdos da disciplina Planejamento e Gestão Estratégica e encaminhados os *links* dos conteúdos complementares e interativos. A nova Sala de Café também já está aberta. Aproveitem esse espaço para trocar ideias. Uma ótima interação a todos.



7 PRÓXIMOS PASSOS



A complexa e cambiante conjuntura política, econômica e social brasileira, neste ano de 2018, é fortemente influenciada pelo panorama internacional, que também revela-se bastante intrincado, com destaque para o nosso entorno estratégico e a crise vivida pela vizinha Venezuela.

Essas incertezas são exponencialmente ampliadas em qualquer estudo prospectivo que se proponha a examinar

o próximo quinquênio. Apesar disso, o Instituto SAGRES – Política e Gestão Estratégica Aplicadas, em parceria com a ABRIG – Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais, o ISAPE – Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia e a ABRAEE – Academia Brasileira de Estudos Estratégicos se propuseram à desafiante tarefa de oferecer, à sociedade brasileira, algumas luzes sobre as alternativas de futuro que poderão se configurar, até o ano do bicentenário da Independência do Brasil (2022), o qual coincide com o último ano de gestão do próximo governo, a ser eleito em outubro de 2018.

Os subsídios foram colocados e esperamos que sejam úteis não somente para o posicionamento social e profissional dos parceiros envolvidos, como também para todos os que pretendem exercer, em toda a sua plenitude, o relevante papel de cidadão brasileiro.





REFERÊNCIAS

8

STURARI, Raul e KORILIO, Verônica. **Metodologia FIGE – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica**. São Paulo: All Print, 2017.

RITCHEY, Tom. **General Morphological Analysis – A General Method for Non-Quantified Modelling**. Estocolmo: SwedishMorphologicalSociety, 2013. Disponível em <http://www.swemorph.com/pdf/gma.pdf>. Consulta realizada em maio de 2018.

ZWICKY, F. & Wilson A. (eds.). **New Methods of Thought and Procedure: Contributions to the Symposium on Methodologies**. Berlin: Springer, 1967.

GODET, Michel. **A “Caixa de Ferramentas” da Prospectiva Estratégica**. Prefácio da edição portuguesa por Júlio Dias. Lisboa: CEPES, 2000. Disponível em <http://www.cnam.fr/lipsor/lips/conferences/data/bo-lips-po.pdf>. Consulta realizada às 18h de 24 de janeiro de 2010.

COMPUTERWORLD. **Fórum Econômico Mundial cria centro global de cibersegurança**. Digital Network Brasileiro, 2018. Disponível em <http://computerworld.com.br/forum-economico-mundial-cria-centro-global-de-ciberseguranca>. Consulta realizada às 21h de 20 de março de 2018.



SAGRES
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS







CENÁRIOS BRASIL 2022

Realização:



SAGRES
POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS

Apoio e Patrocínio:



Abrig
Associação Brasileira de
Relações Institucionais
e Governamentais

Apoio:

